

CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA INFLUÊNCIA DA LAVOURA ESPECULATIVA DO SISAL NO ESTADO DA BAHIA

MARIA NOVAIS PINTO

INTRODUÇÃO

No nordeste do Brasil, onde a angustiante penúria de água está sempre à frente dos problemas individuais e de planejamento, uma pequena zona do Estado da Bahia encontrou a prosperidade, o emprêgo e um forte impulso econômico e social, graças a uma planta xerófita que aí encontrou condições ideais para seu desenvolvimento.

Em menos de 30 anos essa região sofreu uma remarcada transformação econômica e social, resultante da cultura e da exploração da agave sisalana, que fornece uma fibra têxtil, o sisal, muito procurada pelos mercados estrangeiros.

É verdade que, após a intensificação dessa cultura, várias crises fizeram-se sentir, principalmente em virtude da má qualidade do produto colocado no mercado, cujo preço de venda excede apenas aos altos preços da produção e de um aumento considerável das áreas em cultura. A época das pesquisas *in loco*, no fim de 1966 e início de 1967, a região sisaleira estava em sua 3.^a crise e as perspectivas não eram nada encorajadoras.

A importância da cultura do sisal no Estado da Bahia varia segundo os municípios. Para alguns dêles o sisal é a base de sua economia, constituindo o que se chama *região sisaleira*; para outros, êle se divide com a pecuária e diversas outras formas de atividades agrícolas, e, por êsse fato, sua influência é menor sôbre a economia municipal. Enfim, em vários outros municípios, o sisal, mesmo quando sendo cultivado, não reduziu as atividades tradicionais; nesse estudo não serão incluídos êsses últimos municípios, porém sômente aquêles que estão em grandes dificuldades econômicas, devido à crise sisaleira ora em curso.

Apresentou-se, assim, de início, o problema de delimitação da região estudada. É compreensível que, em virtude da extensão da lavoura sisaleira na Bahia, é absolutamente necessário limitar-se, para um estudo circunstancial, a uma região facilmente delimitada; preferi, pois, uma delimitação a partir da organização administrativa, pois todo o

município se ressentir, direta ou indiretamente, do sucesso e das crises do sisal. Escolhi os municípios propriamente sisaleiros, bem como aqueles que os envolvem e onde essa atividade se apresenta em proporções consideráveis a ponto de formar *regiões sisaleiras secundárias*. Como exemplo dessas últimas citarei Jacobina, na Chapada Diamantina. Com efeito, nessa região, onde as condições do solo são completamente diferentes daquelas da *região sisaleira propriamente dita*, a produção e a comercialização do sisal constituem, até o momento, uma fonte substancial de rendas, que se juntam àquelas proporcionadas pela mamona, fumo, café, algodão, etc. (Anexo I) e pela criação do gado que, há muito, fazem a riqueza dessa região.



Fig. 2

A região estudada localiza-se entre os paralelos 9°50' e 12°00', e entre os meridianos 38°50' e 41°50' (Greenwich). Compreende uma superfície de 59 543 km², ou seja 11,2% da superfície do Estado, com uma média de 350 km de longitude (Figs. 1 e 2). É formada pelos municípios seguintes: *

| | | | |
|--------------------|-------------------------|--------------------|-------------------------|
| Campo Formoso | — 8 989 km ² | Serrinha | — 1 146 km ² |
| Euclides da Cunha | — 5 428 " | Conceição do Coité | — 1 121 " |
| Jacobina | — 4 785 " | Pindobaçu | — 1 015 " |
| Riachão do Jacuípe | — 3 297 " | Miguel Calmon | — 987 " |
| Monte Santo | — 3 237 " | Saúde | — 904 " |
| Uauá | — 3 128 " | Valente | — 711 " |
| Queimadas | — 2 711 " | Várzea do Poço | — 698 " |
| Jaguarari | — 2 574 " | Nova Soure | — 658 " |
| Quijingue | — 2 090 " | Retirolândia | — 530 " |
| Tucano | — 2 255 " | Candeal | — 447 " |
| Senhor do Bonfim | — 2 187 " | Biritingas | — 390 " |
| Mirangaba | — 1 912 " | Caém | — 368 " |
| Itiúba | — 1 733 " | Teofilândia | — 316 " |
| Santaluz | — 1 702 " | Caldeirão Grande | — 278 " |
| Araci | — 1 490 " | Antônio Gonçalves | — 266 " |
| Serrolândia | — 1 350 " | Ichu | — 56 " |
| Cansanção | — 1 317 " | | |

* Divisão administrativa de 1964.

Condições de trabalho — As pesquisas foram realizadas durante 7 meses, sendo êsse período dividido entre o inquérito, os estudos estatísticos e a bibliografia, quatro meses foram dedicados ao trabalho de campo.

O inquérito foi realizado por intermédio de *sondagens de opinião* e de um *questionário* (Anexo II). Efetuei minhas sondagens em cada aglomeração visitada; dirigi-me tanto a particulares como aos organismos oficiais, inquirindo-me junto aos prefeitos, professôres, médicos, advogados, agrônomos do Serviço de Extensão Rural, padres, gerentes de bancos, diretores de cooperativas, comerciantes, etc.

Utilizei o questionário em 40 estabelecimentos. Entretanto, 15 cultivadores apenas forneceram respostas que mereciam ser consideradas; êsse fato é devido à presença de uma pessoa da Prefeitura, que sempre me acompanhava e que, naturalmente, constrangia os meus interlocutores e lhes impedia de falar livremente. Êsse questionário apoiava-se nos problemas seguintes:

- a — o lavrador, a família e seu ambiente profissional
- b — a área de trabalho e seu ocupante
- c — relações humanas
- d — a produção e a comercialização do produto no interior e/ou na capital
- e — estrutura do comércio exportador do produto na capital.

Os números estatísticos foram fornecidos pelos organismos oficiais das aglomerações visitadas e da capital. São provenientes, também, dos recenseamentos gerais do país, realizados em 1940, 1950 e 1960. Êsses números, relativos à demografia, agricultura, comércio e indústria, permitiram a interpretação e a crítica das relações entre alguns fenômenos cartografados e aqueles observados por mim mesma, por ocasião do trabalho de campo. Infelizmente os critérios adotados para a elaboração dos recenseamentos não são os mesmos para os anos acima citados. E para 1960 os dados são ainda parciais.

Por essas razões não é possível fazer evoluções, análises e comparações entre vários fenômenos geográficos. Igualmente todos os dados estatísticos devem ser julgados parcialmente, em virtude das respostas mais ou menos exatas dadas aos inquiridores oficiais.

Os dados climatológicos foram tomados na Divisão de Meteorologia do Ministério da Agricultura, na Divisão de Águas do Ministério das Minas e Energia, no Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas (DNOCS) e na Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

A bibliografia existente sôbre a região é muito restrita. Alguns trabalhos foram publicados pela Universidade da Bahia, pela SUDENE e pelo DNOCS. Utilizei, também, as publicações do Banco do Nordeste do Brasil, da Câmara do Sisal, da Comissão de Planejamento do Estado (CPE) e de vários periódicos, bem como artigos da imprensa especializada ou não, aparecido nesses últimos 10 anos.

Foram, também, de grande ajuda as consultas a relatórios de viagem de geógrafos do Conselho Nacional de Geografia (IBGE), bem como o relatório da excursão realizada pelo Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade da Bahia, e dos inquéritos realizados pela Inspetoria Regional de Estatística do IBGE.

A base cartográfica é uma redução da carta do Estado da Bahia ao 1:1 000 000, publicada em 1966 pelo Conselho Nacional de Geografia.

O SISAL E O MEIO FÍSICO

1. DADOS SUCINTOS DO QUADRO FÍSICO

1.1 *Características morfológicas e botânicas*

A região estudada compreende dois conjuntos topográficos distintos, sendo seus limites nos arredores do meridiano 40° Greenwich. A parte oriental, com terras baixas, é constituída por rochas cristalinas do Pré-cambriano ou do Paleozóico inferior, tendo sua borda de leste ao longo do meridiano 39° Greenwich, ligada ao restante do continente por uma fossa tectônica do Cretáceo. A oeste, o escudo inclina-se docemente sob as rochas do Paleozóico que, graças a uma inversão do relêvo, constitui as terras mais altas da Bahia: é a Chapada Diamantina.

O cristalino tem sua origem ligada a um geossinclinal, com o domínio de sedimentos argilosos e uma certa formação de sílica. O metamorfismo transformou as camadas argilosas em micaxistos e em gnaisses, e as camadas silicosas originaram os leptinitos. Existem,

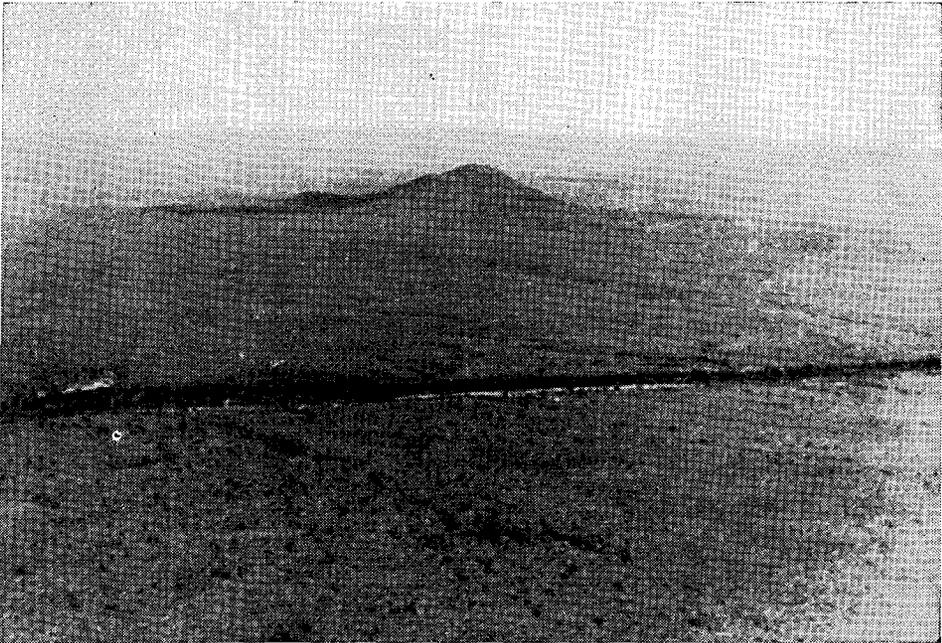


Fig. 3 — Na região cristalina, glacis e inselberg. Em primeiro plano o vale do Itapicuru. Proximidades de Queimadas. (Arquivos do Instituto de Geografia de Estrasburgo)

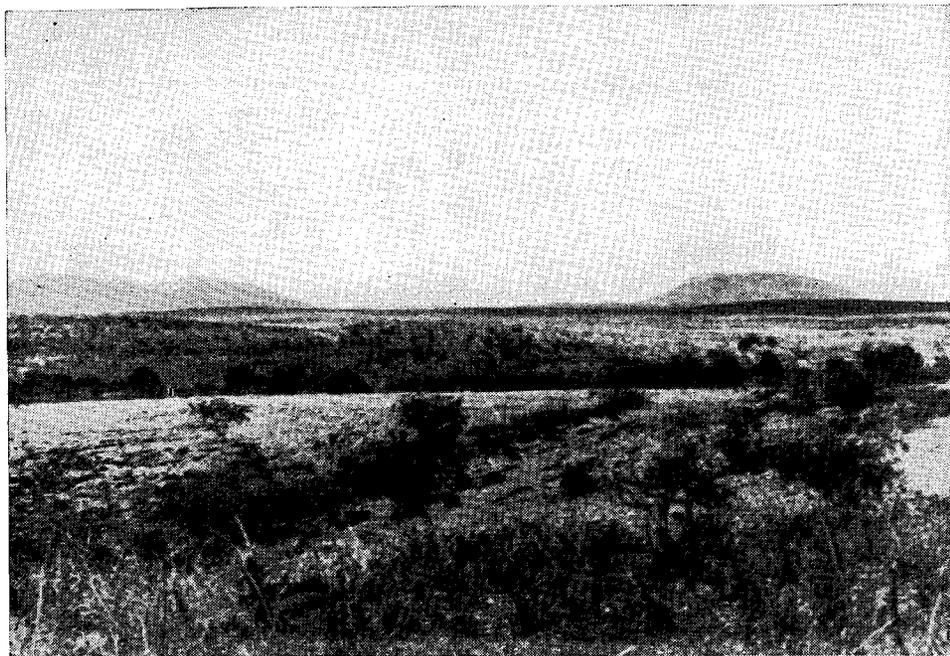


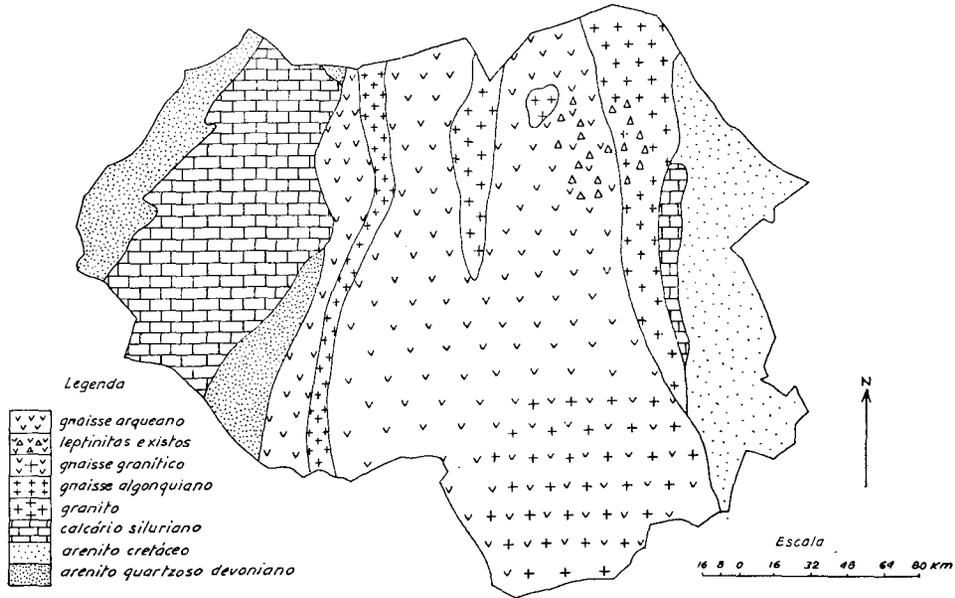
Fig. 4 — Cristas monoclinais de quartzitos na borda oeste da fossa cretácica, próximo a Canudos. (Arquivos do Instituto de Geografia de Estrasburgo)

também, afloramentos de rochas graníticas que são mais recentes que os gnaisses.

A região cristalina, tendo uma ligeira tendência ao levantamento, desde o Paleozóico até nossos dias, é submetida a uma erosão muito intensa. Constitui vastas extensões em gnaisses, facilmente alteráveis, com largos vales francamente encaixados nos planaltos estruturais. As superfícies de erosão são do tipo *glacis*, modeladas no Terciário Superior e Quaternário, sendo que as mais extensas coincidem com afloramentos de gnaisses. O leptinito e as formações cristalinas mais compactas constituem as serras sob a forma de *inselberg*, os relevos isolados que surgem acima dos *glacis*, ou os matacões.

A fossa tectônica que existe, contendo os sedimentos, teve origem no grande tectonismo do Cretáceo e corresponde a um intenso movimento de afundamento no sentido N-S, que afetou o leste do Estado. Sedimentos originários das formações do escudo e do Paleozóico preencheram a fossa; a parte inferior é constituída por camadas de argilas, margas e calcários, * enquanto a parte superior é mais detrítica, com poderosos depósitos silicosos, que deram origem a arenitos terciários e algumas formações argilosas. Os arenitos, modelados por uma superfície de erosão terciária, constituem os planaltos tabulares, de uma altitude média de 500 metros, chamados tabuleiros, que constituem, também, uma inversão do relêvo em relação ao escudo cristalino.

* Corresponde às formações petrolíferas do Recôncavo da Bahia.



(Baseado no "Mapa Geológico do Brasil" - escala 1:5000 000, 1960, do M. Agricultura - prep. por M. Novaes Pinto) desenho: DCI/SP1

Fig. 5

A Chapada Diamantina possui uma altitude de 900 a 1 100 metros; é uma *área afundada*, um vasto sinclinal profundo. Aí o escudo é recoberto por sedimentos proterozóicos de fácies silicosa, de arenito fino: a parte média é constituída por formações silicosas do Devoniano. Essas camadas sofreram dobramentos de direção N-S, e fenômenos de metamorfismo intrusivo; elas constituem um complexo litológico muito rico do ponto de vista mineralógico.

Na área em estudo a Chapada Diamantina apresenta-se com a borda oriental muito escarpada e fracamente dissecada por vales do sistema Itapicuru. Entretanto, em direção a oeste, a topografia apresenta-se menos rígida, fortemente dissecada pelo vale do Salitre, afluente do rio São Francisco, que corre a oeste da Chapada Diamantina no sentido N-S, para, em seguida, desviar-se em direção ao Atlântico.

O sistema hidrográfico que predomina na região é o do Itapicuru, limitado, a nordeste da bacia do Vasa-Barris, por serras e tabuleiros, ao sul do vale do Paraguaçu, pelo rio Jacuípe. Com as águas do Salitre esse limite é confundido com as serras constituídas pela dissecação da encosta da Chapada Diamantina.

A vegetação predominante é a caatinga, adaptada às condições de semi-aridez da época atual. Ela é caracterizada por um conjunto de árvores e arbustos ricos em espinhos e cactáceas que perdem suas fôlhas durante a estação sêca. Nessa época ela apresenta um aspecto desolado, com seus galhos dessecados, alguns deles caídos no solo nu; mas quan-

do chegam as chuvas tôda a região se transforma, pois as plantas são recobertas de fôlhas verdes e o solo é recoberto por um tapête de gramíneas.

A caatinga oferece aspectos fisionômicos muito variados, dependendo da ecologia. Na região estudada ela se apresenta com densidades que vão da *caatinga alta*, de plantas herbáceas e um nível contínuo de arbustos, até a *caatinga baixa* ou *aberta*, de cactos como o xique-xique e o mandacaru.

Na encosta da Chapada Diamantina a caatinga desaparece. A grande altitude impede a passagem das correntes de ar marítimo; a condensação da umidade é feita sob forma de neblina e de leves chuvas que caem durante todo o ano. Aí aparece uma *floresta tropical de encosta*, muito densa, com grandes árvores, lianas e epífitas.

A leste, a região representa uma transição entre as zonas semi-áridas e o litoral do Estado. Os *tabuleiros* são favoráveis à infiltração da água, mas permitem, também, uma evaporação muito forte durante a estação sêca. A fraca umidade permite o desenvolvimento de uma vegetação que se assemelha àquela das regiões sêcas, localmente chamada *tabuleiro*; é o *cerrado*, em geral com um estágio herbáceo e uma cobertura de gramíneas.

Segundo NELSON MOREIRA DA SILVA, parece que, no caso, o cerrado seria uma vegetação relíquia de uma antiga superfície contínua que se desenvolveu em um período em que o sol e o clima eram mais uniformes. Hoje êle se apresenta sob forma de ilhas, muito influenciados pelo homem e pela invasão das espécies pioneiras das formações vizinhas, principalmente da caatinga.

Na Chapada Diamantina, além da vegetação da floresta tropical de encosta há, em seguida, os tabuleiros, com algumas áreas de solo pedregoso, o carrasco e, enfim, a caatinga que se instala nas grandes áreas para oeste. (Fig. 6)

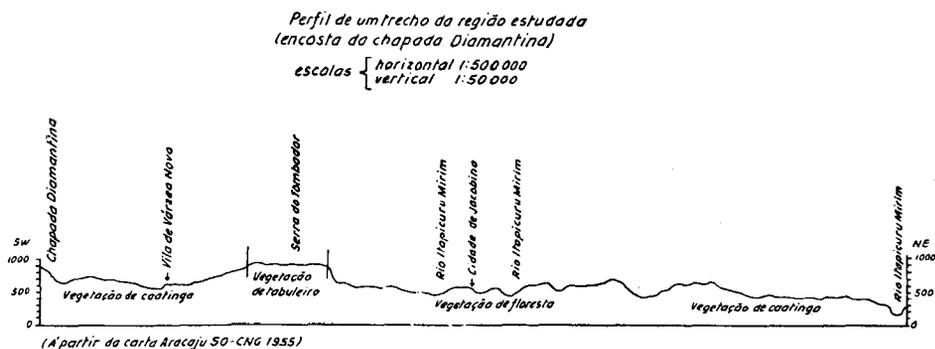


Fig. 6

1.2 Condições climáticas da região

O clima é caracterizado por uma alternância de duas estações bem marcadas: a das chuvas, chamada pelos nordestinos de inverno, que

se prolonga de julho a dezembro; e a da seca, o verão, que vai de janeiro a junho, * caracterizado por precipitações muito raras e irregulares, e temperaturas elevadas.

A maior parte da região recebe u'a média de 750 milímetros por ano. A zona central, constituída pelos municípios de Queimadas, Santaluz e Conceição do Coité, têm uma pluviosidade média de 500 mm/ano; é a menos favorecida pelo regime pluviométrico regional. Ao contrário, na encosta da Chapada Diamantina a média anual varia de 700 a 1 100 mm com chuvas que caem durante todo o ano. A leste da região estudada, a topografia dos tabuleiros e a proximidade do litoral fazem com que a média seja de 700 a 900 mm, e as chuvas caem, principalmente, de março a agosto.

As chuvas de inverno podem ser retardadas ou mesmo escassas, com o mínimo situado em agosto, setembro e outubro. Durante a estação seca (janeiro a junho) o deslocamento para o sul da cintura de depressão do equador é a origem de chuvas tempestuosas chamadas "trovoadas" pelos nordestinos; essas chuvas têm um máximo durante os meses de março e abril. Mas é um fenômeno muito irregular: anos chuvosos podem suceder a anos secos.

Os dados pluviométricos obtidos no DNOCS, na Divisão de Águas do Ministério das Minas e Energia e na Divisão de Meteorologia do Ministério da Agricultura são, na sua maior parte, incompletos, devido a afastamentos sucessivos do responsável do posto. É preciso sublinhar os casos de interrupção de medidas de vários meses por defeito do aparelho: é o caso de Jacobina para quase todo o ano de 1964 e início 1965, igualmente, por várias vezes, para os municípios de Serrinha, Santaluz e Cipó. Esses dados correspondem ao período 1956-1965.

Vejamos a situação de quatro estações pluviométricas localizadas em Queimadas, Euclides da Cunha, Valente e Tucano (Fig. 7) (gráficos de *irregularidades de chuvas*). A irregularidade nas quatro estações é muito nítida, para os anos 1956, 1960, 1961 e 1963. Os meses que podem ser considerados secos pela média pluviométrica são freqüentemente muito chuvosos e provocam cheias rápidas e perigosas (como para os anos 1956 e 1963). Entretanto, em outros anos, a pluviosidade é mínima ou completamente nula, como para 1960 e 1961. Ao contrário, os meses considerados chuvosos, podem, num ano excepcional, serem meses completamente secos em algumas regiões (caso de Valente).

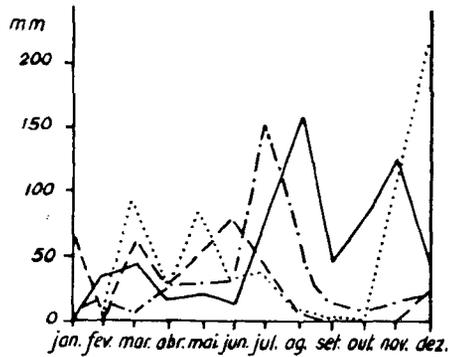
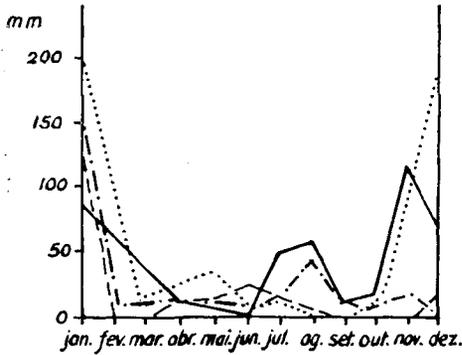
A ausência de formações sedimentares superficiais no conjunto da região não permite a infiltração. A água da chuva, que não é retida pelos açudes e barreiros, corre rapidamente para os numerosos vales, em geral secos fora da estação chuvosa. A vegetação de caatinga favorece o escoamento durante as chuvas.

* Essas denominações regionais não têm nenhuma relação com as astronômicas.

IRREGULARIDADE DAS CHUVAS

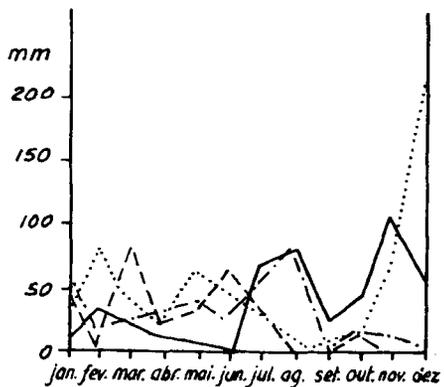
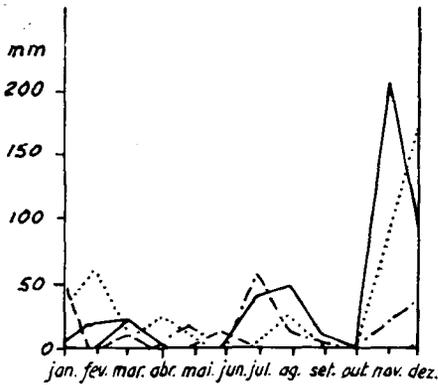
Queimados

Euclides da Cunha



Valente

Tucano



Legenda

————— 1956 - - - - - 1961
 - · - · - 1959 ······· 1963

Fig. 7

O problema de obtenção da água para o consumo doméstico é muito grave. Em alguns locais a água da chuva é aproveitada através de uma "bica" colocada no telhado da casa que a derrama em um tanque. É comum também a utilização das águas de açudes.

O calor é outro grave problema da região, pois é responsável pela intensa evaporação superior a 100 mm durante a estação seca; a consequência imediata é a salinidade dos açudes e a seca dos barreiros.

Segundo os dados da Divisão de Meteorologia do Ministério da Agricultura, a média das temperaturas máximas é superior a 25° e a média

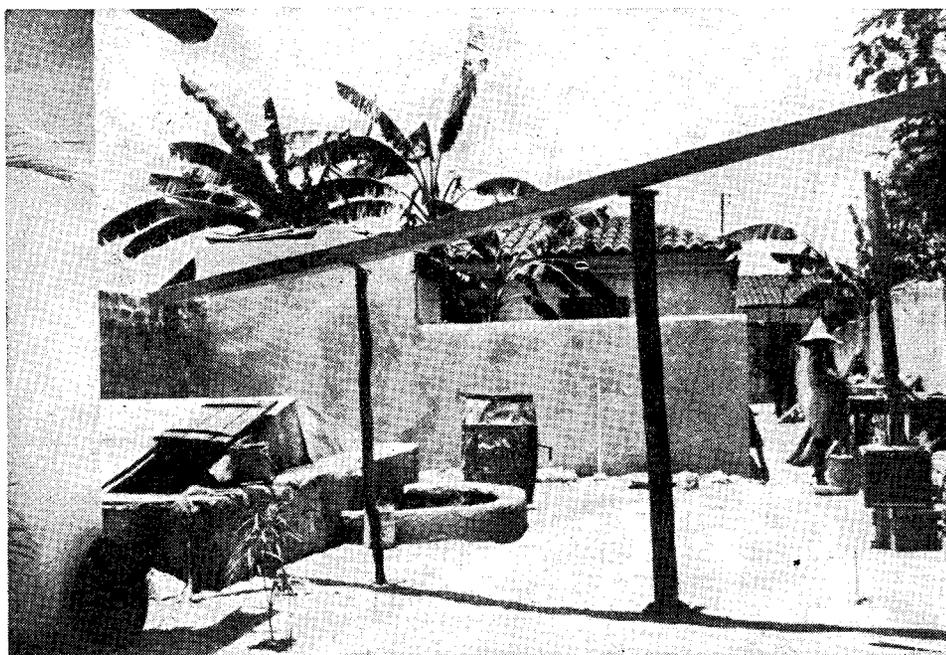


Fig. 8 — Aproveitamento da água da chuva para o consumo, na cidade de Conceição do Coité.



Fig. 9 — Garôtas apanhando água do açude de Pereiro para o consumo doméstico.

das temperaturas mínimas nas imediações de 15°. Os meses mais quentes são os de novembro e dezembro, e a média mensal mais fraca ocorre em geral no mês de julho. Entretanto, a média de temperatura é elevada e constante durante o ano, com um leve resfriamento durante a noite.

O regime hidrológico regional é estreitamente ligado à irregularidade do clima. Dêsse fato resulta que os rios têm um escoamento temporário que corresponde à pluviosidade local.

Essa irregularidade atinge mesmo o rio Itapicuru, como pode ser observado pelos dados da Divisão de Águas e do DNOCS (Figs. 10 e 11). Seus afluentes da encosta da Chapada Diamantina (Itapicuru-mirim, em Jacobina; Itapicuru-açu em Pindobaçu; Paiaia em Saúde e Aipim em Campo Formoso), graças ao regime pluviométrico, aí relativamente regular durante todo o ano, possuem uma descarga constante; entre-

NÍVEL D'ÁGUA DOS AFLUENTES DO ITAPICURU NA ENCOSTA DA CHAPADA DIAMANTINA

1960

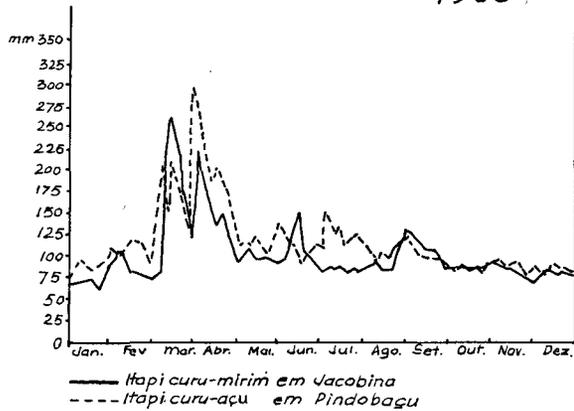


Fig. 10

NÍVEL DA ÁGUA DO RIO ITAPICURU

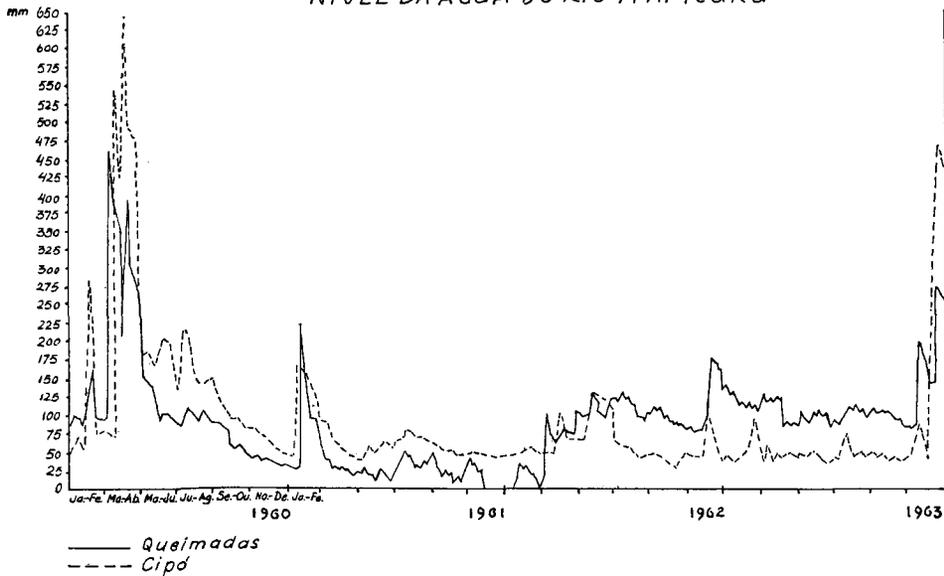


Fig. 11

tanto isso não impede que o rio Itapicuru, no seu vale médio, devido a condições climáticas locais, tenha uma descarga consideravelmente reduzida na estação seca. (Gráfico do nível de água do rio Itapicuru.)

1.3 Condições pedológicas regionais

O caboclo da região classifica os solos a partir da cobertura vegetal e de suas propriedades físicas. É freqüente ouvi-lo dizer: “os solos de caatinga são melhores que os solos de tabuleiro”, ou então, “a mandioca desenvolve-se melhor no tabuleiro que na caatinga”. Para êle, os solos da região recebem a classificação seguinte: *solos de caatinga* e *solos de tabuleiro*. Os solos de caatinga são considerados como melhores que os de tabuleiro, pois suportam mais a sêca, enquanto os solos de tabuleiro têm melhor resistência, mas quando chove a água conserva-se menos tempo que no solo de caatinga.

Os solos de caatinga são, em geral, argilosos, constituídos por blocos de arenitos e xistos argilosos, com seixos de dimensões variadas, de origem aluvial, cristalina ou arenítica e com vegetação de “itapicuru”, de “tingui” e de “quixaba”, segundo a denominação do caboclo da região. Os solos de tabuleiro são arenosos e de superfície quase plana, coberta de vegetação espinhosa, como a “jurema”, o “calumbi” e o “velame” (nomes regionais). Nos dois tipos de solos encontram-se pequenas áreas daquilo que o caboclo chama de “massapê”, de “selão”, de “areia” e de “carrasco” ou “pedregulho”.

O massapê de caatinga é um solo originário do depósito de material detrítico nas depressões ou nos tanques, que secam durante a estação sêca, quando se apresenta cheio de rachaduras; quando chove fica lamacento. Após várias estações sêcas torna-se salino. O teor em cálcio, fósforo, magnésio e potássio é elevado. Entretanto, o massapê de tabuleiro é resultado da decomposição do xisto argiloso e da descalcificação dos depósitos do Cretáceo.

O massapê em geral constitui o melhor solo do Estado da Bahia, que é encontrado no Recôncavo; por essa razão o caboclo designa, igualmente, por êsse nome os melhores solos do interior do Estado. E na região estudada é feita a distinção do *barro vermelho*, que corresponde ao massapê do Recôncavo, que é também de côr vermelha, do massapê negro, a *terra preta* dos terrenos inundáveis, igualmente férteis. Êsse massapê negro é um solo hidromorfo, caracterizado pela saturação temporária da água, em virtude de mal escoamento: são as *argilas negras dos países tropicais* e sua côr é devida ao elevado teor de húmus.

O selão, igualmente conhecido por salão, é um solo de aluviões tornado duro e mesmo cimentados devido à forte evaporação. Tem côr cinza fertilidade regular, impermeabilidade (o pH vai até 9). * Existe nas duas formações, de tabuleiros e de caatinga, mas nessa última há uma certa quantidade de grãos de sílica mais grosseiros.

A areia é característica dos tabuleiros, apesar de aparecer, também, nas formações de caatinga. O carrasco faz, igualmente, parte dessas duas formações botânicas: é constituído por solos de terrenos pedregosos.

Assim proponho um esquema de classificação dos solos da região a partir de: 1) seu grau de evolução pedológica em virtude do seu inte-

* JOSÉ GUIMARÃES DUQUE — *Solo e Água no Polígono das Sêcas* — Pub. 148, série I-A, 135 p., Ceará, 1949.

rêsse imediato para a atividade agrícola; 2) e a relação com a cobertura vegetal segundo a maneira como são designados localmente.

A classificação proposta (Fig. 12) é a seguinte:

ESQUEMA BIOPEDOLÓGICO

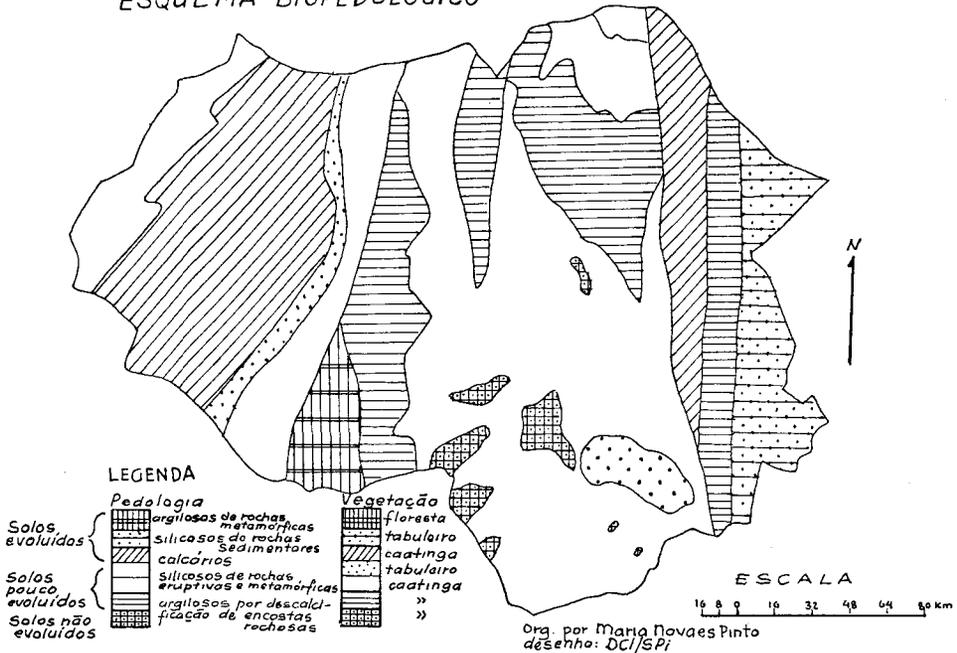


Fig. 12

1) *Solos evoluídos*:

- a — argilosos, de rochas metamórficas das zonas de floresta tropical de encosta
- b — silicosos, de rochas sedimentares, das zonas de tabuleiros
- c — calcários, das zonas de caatinga.

2) *Solos pouco evoluídos*:

- a — silicosos, de rochas eruptivas e metamórficas, das zonas de tabuleiros
- b — silicosos, de rochas eruptivas e metamórficas, das zonas de caatinga
- c — argilosos, por descalcificação das zonas de caatinga.

As áreas representadas sobre a carta n.º 3 algumas vezes não correspondem, em exatidão, àquelas sobre o terreno, em virtude da dificuldade de delimitar os elementos pedológicos e botânicos cartografados; igualmente, não é possível localizar os *solos não desenvolvidos* das depressões inundáveis pelas cheias, os *solos de aluviões recentes*, as *argilas vermelhas*, as *argilas negras* e as *crostas e blocos ferruginosos*, freqüentemente encontrados sobre os solos de tabuleiros e particularmente sobre os solos graníticos.

Seria, assim, desejável fazer-se estudos pedológicos detalhados para uma utilização racional de solos dessa região a partir de uma classificação baseada sobre as características locais e seu grau de fertilidade.

2. EXIGÊNCIAS ECOLÓGICAS DO SISAL

2.1 A planta

A *agave sisalana* é ordinariamente conhecida no nordeste do Brasil sob o nome de *agave* e de *sisal*. Na classificação botânica chama-se *Agave Sisalana Perrine*, do gênero *agave* da família *Amaryllidaceae*. É uma planta que tem forte capacidade de retenção de água da chuva e do orvalho, portanto ideal para as regiões semi-áridas.

O sisal é uma planta de folhas rígidas, lisas, de cor verde brilhante, em forma de espada, de 10 a 15 cm de largura por 1 a 2 metros de comprimento; na extremidade da folha encontra-se um espinho redondo, marrom, de 20 a 25 mm de comprimento. Cada planta desenvolve de 10 a 40 folhas por ano (em média 25). Essas folhas têm uma inclinação variada em relação ao eixo vertical da planta.

Entre o 5.^o e 8.^o ano, a planta desenvolve, no meio das folhas, sob a forma de uma haste floral, a eflorescência, de uma altura de 6 a 9 metros, com uma profusão de flôres na parte superior. Essa haste torna-se cada vez mais resistente até a morte da planta, que se situa nas proximidades do 15.^o ano de seu ciclo vegetativo.

A reprodução da planta é feita por bulbilhos e filhotes. Os bulbilhos são formados por flôres caídas da eflorescência, geralmente são plantados em viveiros e transplantados definitivamente, desde que atinjam uma altura média de 40 cm. Esse processo dura de 6 a 24 meses.

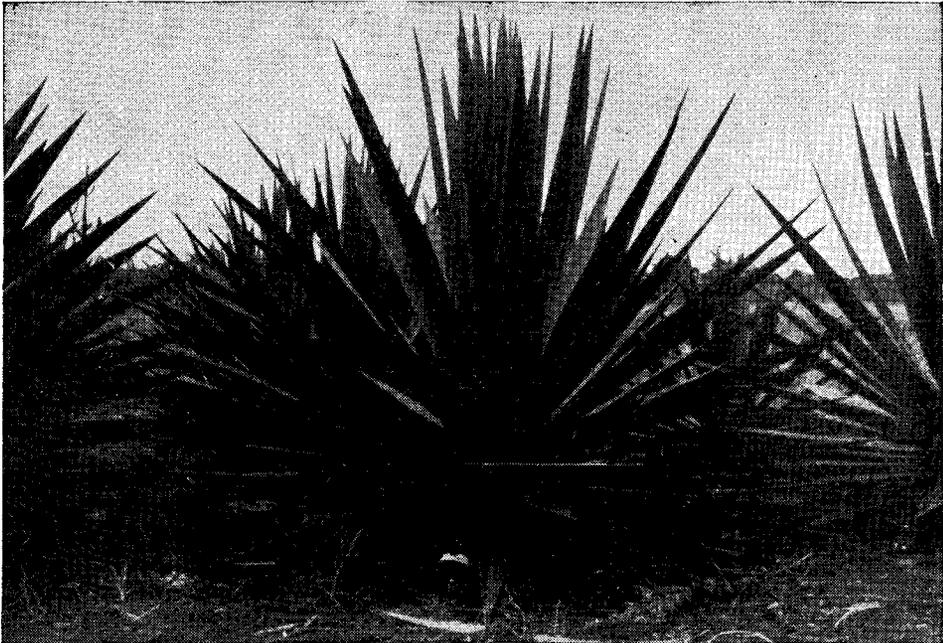


Fig. 13 — A “*agave sisalana*”, com suas folhas rígidas e inclinadas em relação ao eixo vertical da planta.

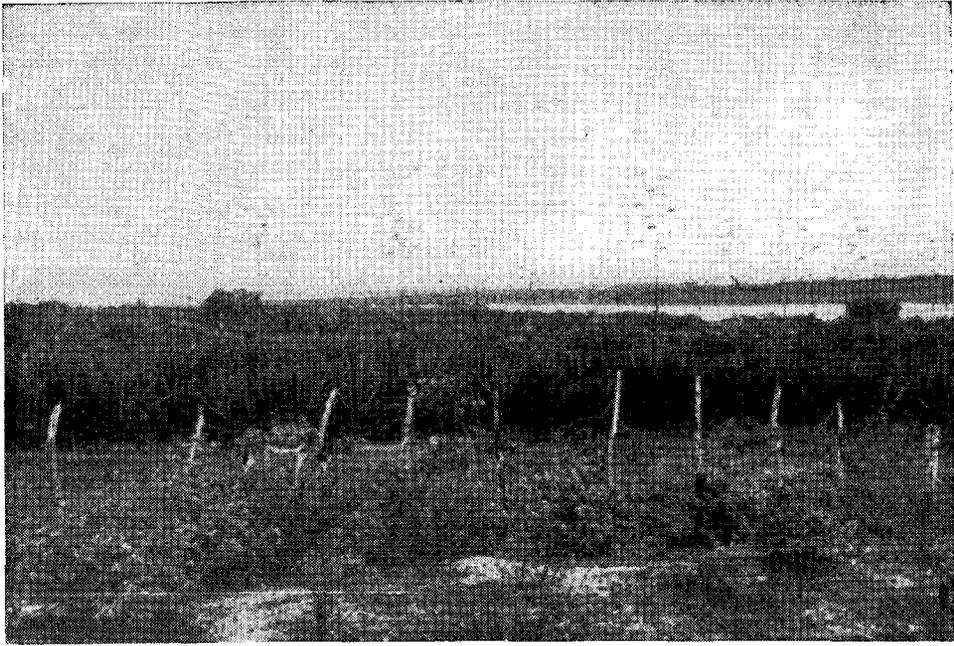


Fig. 14 — Cultura do sisal com esflorescência. A cerca da lavoura é feita com arame farpado.

Os filhotes aparecem ao redor da planta-mãe, em geral após o 4.º ano. Eles devem ser transplantados e selecionados para a formação de uma nova lavoura, 2, 3, 4 ou 5 anos após a plantação definitiva chega a época da colheita, quando se cortam as folhas.

O comprimento das folhas, bem como o tempo passado até o momento ideal do corte, variam em função da qualidade de cuidados culturais, de condições locais e da altura da planta desde sua plantação. Durante o ciclo vegetativo, a agave sisalana desenvolve de 200 a 260 folhas, das quais 160 a 180 utilizáveis para a produção da fibra de sisal, ou seja, uma média de 3 000 gramas de fibra seca por planta.

O peso de cada folha varia de 300 a 1 500 gramas com u'a média de 550 gramas. O teor em fibra por peso de folha verde é, também, variável de 2,5 a 7% (com u'a média de 3,3%) devido ao seu variado grau de umidade no momento da preparação da fibra. As folhas jovens têm uma porcentagem de produção de fibra menos elevada que as mais desenvolvidas. Os cortes são feitos a intervalos de 6 a 12 meses, e destaca-se, cada vez, entre 15 e 25 folhas por planta, ou seja 30 folhas por ano. A duração das plantas depende de vários fatores, tais como a frequência dos cortes e do número de folhas arrancadas cada vez; o espaçamento entre as plantas; os cuidados culturais; a fertilidade do solo e a pluviosidade.

A cultura da *agave sisalana* teve rápido desenvolvimento na Bahia. Uma das conseqüências dessa expansão foi o aparecimento de várias localidades e o desenvolvimento de outras. É preciso constatar a criação de novos municípios que têm a fibra do sisal como uma fonte de renda. É o caso de Araci, criado em 1956, de Valente e Cansanção em 1958 e Retiroândia em 1962.

2.2 *A distribuição e importância regional da cultura*

Por volta de 1910, a agave sisalana foi introduzida no nordeste do Estado da Bahia, onde encontrou um ambiente favorável ao seu desenvolvimento. Até 1935 foi utilizada como uma espécie de cêrca nos municípios de Queimadas e Conceição do Coité; êsse emprêgo era comum principalmente nas pequenas lavouras da região de Valente.

A procura da fibra, em virtude da Segunda Guerra Mundial, foi responsável pela intensificação dessa lavoura. Já em 1949, o Estado da Bahia fazia parte dos mercados exportadores, com 959 toneladas (*Anuários Estatísticos do IBGE*). A produção dêsse ano era originada, não sòmente de Queimadas e Conceição do Coité, mas também de outros municípios do Estado, tais como Santaluz, Serrinha, Monte Santo, Itiúba, Senhor do Bonfim, Jaguarari, Uauá, Nova Soure, Itapicuru, Irará e Feira de Santana (os três últimos não fazem parte da região estudada).

A partir de 1950, outros municípios apareceram como produtores: Riachão do Jacuípe, Jacobina, Euclides da Cunha e Miguel Calmon. Na estatística de 1955 aparecem também os municípios de Campo Formoso, Saúde, Tucano e vários outros no Estado.

2.3 *A aplicação da fibra do sisal e a concorrência*

As agaves, originárias do continente americano e das ilhas Caraíbas, eram já utilizadas pelos índios antes da chegada dos europeus. Os astecas e os maias cercavam suas casas com as plantas, faziam cordas e rêdes com as fibras e fabricavam bebidas, como ainda hoje o “pulque”, a “tequila” e o “mezcal”.

A aplicação industrial das fibras duras é muito variada e diferente daquela de fibras curtas e leves, tal como o algodão. São empregadas na fabricação de “twines”, o fio para enfeixar e embalar o trigo, feno, palha e outros cereais; na cordoaria em geral; em cabos submarinos; cordas marítimas, barbantes, fios e similares empregados na agricultura, pecuária, indústria e comércio; sacos, tapêtes e artigos femininos (por exemplo sacolas, sandálias, etc.).

Ao lado dessas aplicações há uma outra, aliás recente, em forma de celulose para a fabricação de papel, melhor e mais barato que àquele fabricado a partir do pinheiro. Da mesma maneira as experiências químicas mostram possibilidades de obter grande variedade de subprodutos do sisal, tais como a graxa para uso industrial; a cêra, o álcool, o ácido, o estêrco, o plástico a partir do resíduo; os troncos utilizados como muros e outros. *

Experiências realizadas por lavradores baianos mostraram que, graças à alta porcentagem de potassa existente na água do sisal, essa

* Informação pessoal do Prof. ORLANDO VALVERDE — é a utilização da fibra de sisal como material explosivo.

pode substituir a *soda cáustica* para a fabricação de *sabão*. Enfim, a título de curiosidade, acrescenta-se que na Indonésia os espinhos foram já experimentados e utilizados como agulha de gramofone.

As fibras que concorrem com a *agave sisalana* no mercado mundial são o abacá ou cânhamo de Manilha (*Musa Textis Née*); o henequem (*Agave Fourcroydes Lemaire*), o maguey (*Agave Cantala Roxboury*), o fórmio (*Phormio Tenax Linnæus*) e o coroá (*Neoglaciovia spp*).

O abacá é a principal de tôdas essas fibras concorrentes. Produzido por uma herbácea da família *Musaceae*, intensamente cultivada nas Filipinas, está à frente da produção mundial com 90%. A alta produtividade dessa fibra é o resultado da tradição e do conhecimento da cultura, das condições de solo e de clima, e da mão-de-obra abundante e barata.

O henequem é cultivado em Cuba e principalmente no México, maior produtor. Até a Primeira Grande Guerra o México esteve à frente da produção mundial da fibra de agaves. A essa época, essa cultura era também feita nas ilhas Bahamas, Cuba, Tanganica, Sudão Francês e Brasil. Entretanto, por volta de 1930, a descoberta de novas aplicações das fibras teve como consequência a introdução das culturas das agaves principalmente de sisal, em várias regiões tropicais e subtropicais, e sua aparição no mercado mundial. Assim o México perdeu, progressivamente, seu lugar de destaque na produção mundial da fibra das agaves.

No período 1934-1938, a produção mundial das agaves era de 400 000 toneladas, das quais 255 000 toneladas de sisal, 110 000 de henequem e 30 000 de outras fibras. Os países de maior produção nesse período foram os seguintes (Anuários da Produção da FAO, 1956, 1960):

| | | | |
|------------|----------------|-----------|---------------|
| México | — 107 000 ton. | Filipinas | — 16 000 ton. |
| Tanganica | — 90 000 " | Cuba | — 14 000 " |
| Quênia | — 30 000 " | Angola | — 6 000 " |
| Moçambique | — 22 000 " | Haiti | — 6 000 " |

Até 1942 o Brasil estava incluído entre os países importadores. A destruição, pela guerra, dos principais centros produtores da África e da Ásia permitiu a introdução e o desenvolvimento rápido da fibra brasileira no mercado mundial. Em 1946 ele está presente nas estatísticas, como exportador, com 2 000 toneladas.

No período de 1948-1952, o Brasil ocupava o 3.º lugar na produção mundial das fibras duras e 2.º lugar da fibra do sisal. A produção mundial era de 450 000 toneladas, das quais:

| | | | |
|-----------|----------------|------------|---------------|
| Tanganica | — 137 000 ton. | Angola | — 21 000 ton. |
| México | — 110 000 " | Moçambique | — 19 000 " |
| Brasil | — 44 000 " | Cuba | — 15 000 " |
| Quênia | — 38 000 " | Filipinas | — 3 000 " |
| Haiti | — 28 000 " | | |

Em 1949 o Brasil exportou 23 018 toneladas de fibra de sisal, e a produção provinha, na maioria, do Estado da Paraíba, que ainda hoje mantém a supremacia da produção do sisal brasileiro, mas que se encontra ameaçado pela extensão dessa lavoura na Bahia. Nesse mesmo ano a produção brasileira de fibra de sisal (*Anuário Estatístico do IBGE*) era repartida entre os Estados, da maneira seguinte:

| | | | |
|-------------|---------------|------------|------------|
| Paraíba | — 19 066 ton. | Pernambuco | — 138 ton. |
| Bahia | — 959 " | São Paulo | — 119 " |
| R. G. Norte | — 655 " | Sergipe | — 24 " |

Em 1955 houve uma mudança desse estado de coisas: a produção do Estado da Paraíba, que era de 19 066 toneladas, passou a 42 247 ton. e a da Bahia, que era de 959 ton. teve forte aumento e chegou a 14 452 ton. Durante esse ano o Brasil exportou 80 342 ton. Em 4 anos, ou seja, de 1955 a 1959, a produção do Estado da Paraíba aumentou de 14 803 ton. e a da Bahia, de 33 112 ton. O desenvolvimento muito rápido da cultura sisaleira no Estado da Bahia é, portanto, particularmente sensível. Nesse período notava-se já uma diferença entre a produção e a procura, que sofreu um aumento de apenas 27 208 ton.

Paralelamente há um sensível aumento geral da produção mundial da fibra de agave, para responder a uma procura cada vez mais intensa do mercado mundial. E essa procura corresponde a numerosas utilizações e às necessidades dos países exportadores, necessidades industriais ligadas ao desenvolvimento agrícola, ao progresso marítimo (as cordas para embarcações), cabo submarino e esforço militar (explosivo).

Mas a reorganização das culturas da África e da Ásia, também do México, e o desenvolvimento da produção em Tanganica, Quênia, Congo, Ruanda Urundi, Angola, Moçambique e antiga África Equatorial Francesa, com variedades mais produtivas, onde a cultura da fibra é beneficiada por técnicas modernas e por mão-de-obra abundante e a baixo preço, originaram uma temível concorrência, que tem provocado uma restrição do produto brasileiro no mercado internacional. As suas conseqüências são a instabilidade dos preços de venda e as crises regionais.

2.4 *A especulação em torno dessa cultura e vicissitudes para os lavradores*

Sendo uma cultura de especulação, o sisal está na dependência dos preços do mercado internacional, que ditam, então, o curso da Bôlsa para a comercialização nacional. A ação da especulação dos mercados internacionais junta-se uma outra, a das grandes firmas exportadoras colocadas em vários países produtores da fibra de sisal (caso da Continental S. A., no Brasil, de capitais portugueses) que fazem o monopólio desse produto.

Na Bahia a produção do sisal está em crescimento rápido, o que faz com que os produtores não possam suportar um longo período de baixa de preço da fibra; é necessário acrescentar que à essa época há uma restrição dos financiamentos bancários, porque a lavoura sisaleira não tem valor suficiente para garantir êsses financiamentos.

O fraco consumo nacional da fibra faz com que a produção dependa dos mercados exteriores; assim, os produtores têm que fazer face a crises, que freqüentemente ameaçam a lavoura sisaleira, como no momento.

3. CONCLUSÃO: EXISTÊNCIA DE UMA "REGIÃO ÓTIMA" E DE REGIÕES MARGINAIS

As condições ecológicas ideais para a cultura da *agave sisaleira* correspondem a regiões de temperaturas elevadas durante todo o ano, a uma pluviosidade regular e não excessiva, a solos areno-argilosos, permeáveis, relativamente profundos e férteis e topografia quase plana.

Na Bahia o sisal encontrou tais condições no nordeste do Estado, na zona onde se localiza a *região sisaleira própria dita*, constituída pelos municípios de Conceição do Coité, Valente, Santaluz, Araci, Retiro-lândia, Teofilândia, Queimadas, Cansanção, norte dos municípios de Serrinha e Riachão de Jacuipe e sul do município de Itiúba, onde se encontra uma concentração das lavouras (Fig. 15).

REGIÕES DE CONCENTRAÇÃO DAS LAVOURAS DE SISAL (esquema)

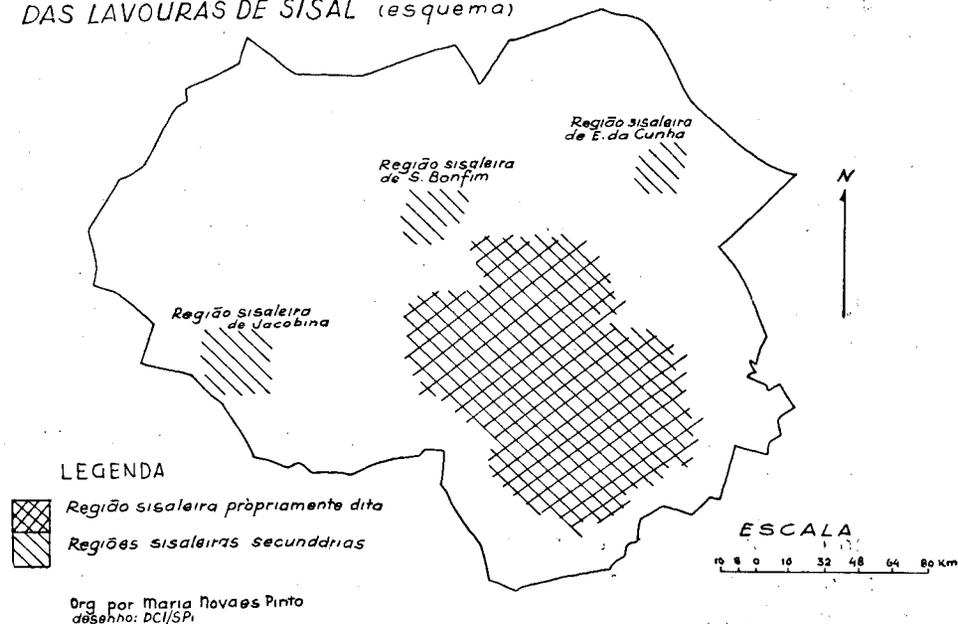


Fig. 15

A especulação, entretanto, introduziu e desenvolveu essa cultura em torno da *região sisaleira própria dita*: nessas regiões marginais do ponto de vista ecológico, a concentração das culturas deu origem

a verdadeiras *regiões sisaleiras secundárias*, tais como em Jacobina, Senhor do Bonfim e Euclides da Cunha.

Mas, em virtude dessa especulação financeira, a instalação das lavouras foi feita, em geral, de maneira anárquica. A técnica agrícola estava em atraso, e o resultado é que o sisal é cultivado tanto em solos argilosos como arenosos, em baixadas ou em encostas, sem controle da erosão. Tal fato se reflete na produção que é variada e cada vez mais fraca, com conseqüente instabilidade econômica e social para a região.

A REGIÃO ANTES DO “BOOM” DO SISAL

4. O ARCAISMO DO SISTEMA PASTORIL DO “SERTÃO” DA BAHIA

A cana-de-açúcar foi a principal atividade agrícola da colônia no século XVI, nos terrenos desmatados do litoral. Assim a forma de economia de *plantage tropicale* apareceu, com a adoção de um sistema de agricultura extensiva.

Nesses estabelecimentos, além do escravo negro, vivia uma população livre e pobre, constituída por índios e mestiços, êsses últimos mais numerosos, filhos naturais do senhor de engenho com a índia ou com a escrava negra. Essa população habitava em cabanas em torno da Casa Grande e fazia, como *agregados*, a lavoura de culturas de subsistência, tais como a mandioca, o milho, o arroz e o feijão. Fazia, igualmente, a criação de bovinos, introduzidos na colônia em 1549 e que serviam às necessidades dos engenhos como meio de transporte e de complemento alimentar. Mas o rápido crescimento das manadas tornou a pecuária impossível nos engenhos, pois estas danificavam as plantações de cana-de-açúcar. Os poderosos proprietários obtiveram, do governo português, a proibição da pecuária nas regiões litorâneas. Assim começou, no século XVI, a penetração para o interior desconhecido, que fixou o homem no sertão.

4.1 O povoamento pela pecuária

A medida que avançava a “frente” açucareira, a região de pecuária era, progressivamente, repelida para o interior, a ponto de se limitar a regiões secas, onde as áreas cobertas pela vegetação de caatinga não serviam para a atividade agrícola.

O centro de difusão era a fazenda de Garcia d'Ávila, uma das maiores da época e que servia de centro abastecedor às regiões vizinhas. O gado era espalhado nas imediações, acompanhado de antigos *agregados* dos engenhos, mas também por pessoas vindas de outras regiões da colônia.

Os indígenas, reunidos em aldeias, praticavam a cultura da mandioca e do milho; a maioria, entretanto, partia com os mestiços para

guardar o gado. Muitas famílias de antigos proprietários de engenhos transformaram-se, também, em criadores de gado após o empobrecimento de suas terras, uma razão entre outras.

Desde o fim do século XVI, vagas humanas partiram do litoral à procura de espaços desconhecidos para novas pastagens; originaram uma corrente de povoamento que se dirigia para o rio São Francisco, ao longo do qual encontravam-se os *barreiros*, que oferecem o sal necessário à alimentação do gado. A expansão da pecuária fixou o homem à região, mas essa fixação era muito incerta, uma vez que os criadores partiam sempre à procura de novas pastagens.

A medida que se deixava o litoral, a floresta desaparecia progressivamente, para ser, enfim, substituída por uma outra vegetação mais pobre, em solos delgados, algumas vezes pedregosos. Em Serrinha o caminho era dividido: uma ramificação seguia em direção a Queimadas, Senhor do Bonfim e Juazeiro; a outra passava por Nova Soure, dirigindo-se para o norte em direção de Pernambuco. Atingia-se os estábulos de Jacobina por Capim Grosso ou Pindobaçu.

Os caminhos de gado eram difíceis e acidentados; muito tortuosos, evitavam os matos e rochedos escarpados, seguindo sempre boas pastagens. Durante 4 séculos os caminhos de gado serão as únicas vias de penetração para o sertão da Bahia.

A pobreza das pastagens e os longos períodos de seca obrigaram os vaqueiros e agregados a instalar estábulos, muito dispersos, ao longo dos rios Itapicuru, Jacuípe e Vasa Barris. Igualmente, ao longo dos caminhos alguns habitantes cultivavam as culturas indispensáveis à alimentação dos condutores de gado e de tropas de muares, às quais faziam as comunicações entre as fazendas e os povoados, transportando mercadorias. As aglomerações surgiram, então, nos bordos das vias de passagem do gado, à proximidade dos rios, nos lugares de venda ou ainda não longe dos aprovisionamentos de sal. Nos vales acrescentava-se a vantagem de praticar uma cultura de subsistência.

Durante o século XVII, as minas da região de Minas Gerais atraíram aventureiros de toda a colônia e mesmo da Europa. As expedições tornaram-se tão ativas que o sertão pastoril e o próprio litoral se exauriam em proveito das regiões mineiras. Portugal, então, por uma carta régia de 7-2-1701, interditou todas as comunicações entre o sertão e as regiões de Minas Gerais. * Ora, nessa época o gado já se espalhava por pastagens interiores, muito longe dos centros consumidores situados no litoral e a comercialização fazia-se, principalmente, com as regiões mineiras favorecidas pela navegação do rio São Francisco. Em consequência da medida régia, o nordeste da Bahia declinou economicamente até o século XX.

Nos antigos estábulos, tornados fazendas, a vegetação da caatinga retomou seu lugar. O proprietário geralmente estava ausente. Os herdeiros

* A razão mais importante foi o contrabando de ouro feito pelos caminhos de gado.

ros, nascidos e educados nas cidades do litoral, deixavam, algumas vezes, em completo abandono uma parte ou a totalidade de suas propriedades. Esse fato permitiu a fixação de alguns dos antigos agregados ou mesmo de ajuda financeira, seja pela ausência total de orientação técnica. Foi compra ou simples apropriação, a maior parte dessas pessoas tornou-se proprietária.

Nessa região, tão pobre e sempre em estreita dependência das condições climáticas, algumas tentativas de diversificação da produção foram esboçadas; mas terminavam sempre por insucesso, seja por falta de ajuda financeira, seja pela ausência total de orientação técnica. Foi isso o que aconteceu com a cultura algodoeira introduzida em Santaluz em 1890 e que teve que ser abandonada em 1914 em virtude de doenças provocadas pela lagarta “rosada” que destruiu as culturas, como também pela falta de comercialização.

4.2 *As formas de ocupação dominantes do espaço*

Como já foi sublinhado, as fazenda de gado constituíram, no século XIX, a forma dominante de ocupação do solo; os empregados, índios, mestiços e negros fugitivos tornaram-se, cedo, vassallos e servos. As fazendas eram núcleos de atração sob a autoridade de seus proprietários e constituíam unidades econômicas independentes.

As fazendas eram constituídas de uma casa rústica possuindo, nas suas proximidades, estábulos, cercados e cabanas para os agregados, meeiros e vaqueiros. Em geral estavam localizadas a partir dos vales, onde se encontravam os bebedouros para o gado e os melhores solos para as culturas de subsistência; continuavam sem delimitações precisas em direção ao alto das vertentes e que se perdiam na vegetação xerofítica. Não havia cercas e o gado era criado *à solta*, havendo por essa razão, sérios conflitos; de cada lado a fazenda era definida por linhas de quinhão, muito disputadas pelos vizinhos.

Era raro que o proprietário conhecesse exatamente a extensão de suas terras; sabia o comprimento aproximado da frente da fazenda, apoiando-se sobre o vale. De qualquer maneira morava nas cidades, sem manifestar interesse imediato por suas terras.

5. A REGIÃO EM 1940

5.1 *A população*

O sertão pastoril favoreceu a formação de vastas propriedades rurais e a dispersão da população. Ao lado das fazendas apareciam algumas vilas e povoados, dos quais os habitantes consagravam-se a atividades econômicas variadas.

Segundo o recenseamento de 1940 * a população regional era constituída da seguinte maneira:

| MUNICÍPIOS | População total | Homens | Mulheres | Densidade km ² |
|--------------------|-----------------|---------|----------|---------------------------|
| Campo Formoso..... | 35 776 | 17 567 | 18 209 | 3,58 |
| C. Coité..... | 26 141 | 13 095 | 13 046 | 14,26 |
| F. Cunha..... | 16 340 | 7 825 | 8 515 | 3,01 |
| Itiúba..... | 15 833 | 7 591 | 8 242 | 9,13 |
| Jacobina..... | 51 693 | 25 865 | 25 828 | 7,94 |
| Jaguarari..... | 11 724 | 5 675 | 6 049 | 5,50 |
| Monte Santo..... | 25 445 | 12 542 | 12 903 | 5,58 |
| Miguel Calmon..... | 25 178 | 12 119 | 12 759 | 14,61 |
| Queimadas..... | 10 109 | 4 855 | 5 254 | 3,72 |
| R. Jacuípe..... | 27 694 | 13 465 | 14 229 | 7,28 |
| Santaluz..... | 7 270 | 3 473 | 3 797 | 4,27 |
| Saúde..... | 17 684 | 9 000 | 8 684 | 5,15 |
| S. Bonfim..... | 26 886 | 12 252 | 14 634 | 11,76 |
| Serrinha..... | 45 842 | 22 330 | 23 512 | 7,41 |
| Nova Soure..... | 7 902 | 3 912 | 3 990 | 15,89 |
| Tucano..... | 20 472 | 10 073 | 10 073 | 4,71 |
| Uauá..... | 10 024 | 4 794 | 5 230 | 3,73 |
| TOTAL..... | 382 013 | 186 733 | 195 280 | 7,50 |

A densidade regional era de 7,50 hab/km², um pouco superior ao conjunto do Estado, que era de 7,15 hab/km². Os valores mais elevados correspondiam aos municípios, cuja presença de uma cidade de importância regional permitia a diversificação das atividades.

As cidades são constituídas pelas sedes dos municípios e do ponto de vista estatístico a variação de sua população é muito grande, em relação umas às outras. Somente 2 entre essas cidades tinham, à época, uma população superior a 4 000 habitantes: Senhor do Bonfim e Jacobina.

A distinção da população urbana e da população rural, quanto aos lugares de residência, mostra forte predominância de rurais; êles representam mais de 85% da população total da região, o que atesta, para 1940, o predomínio da cultura de autoconsumação. (anexo III)

Apenas 4 municípios tinham uma população urbana superior a 4 000 habitantes: Senhor do Bonfim, Jacobina, Miguel Calmon e Serrinha. Mas êsses municípios tinham uma população rural igualmente elevada: 45 145 habitantes para Jacobina; 41 589 habitantes para Serrinha; 20 789 habitantes para Miguel Calmon e 18 973 habitantes para Senhor do Bonfim.

A pirâmide das idades é característica de regiões de população jovem, tendo forte taxa de natalidade e de mortalidade infantil. (Fig. 16)

* Censo Demográfico — Recenseamento Geral do Brasil, 1.º de setembro de 1940, IBGE, Rio de Janeiro, 1950.

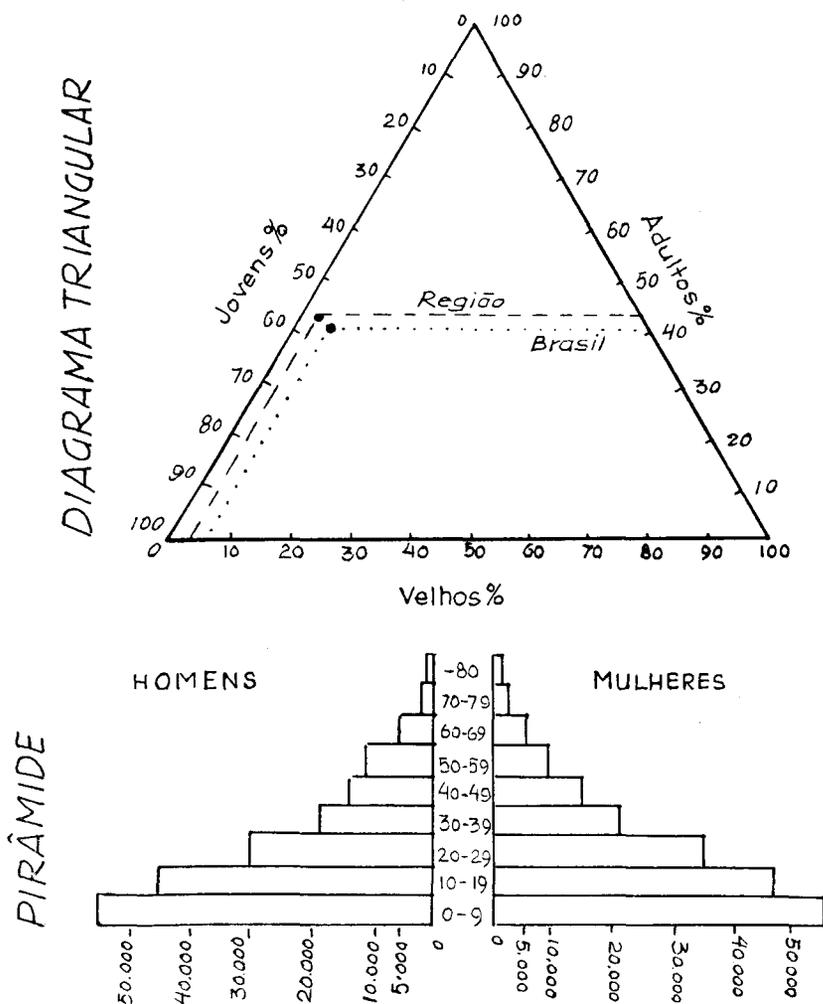


Fig. 16

O diagrama triangular da região indica uma porcentagem de 54% para os jovens e uma média de 43% de adultos. Esse diagrama regional identifica-se com o do Brasil para o mesmo ano, o que indica uma população jovem para todo o país. (anexo IV)

A população ativa, constituída por pessoas de 10 anos e mais, representava 70,59% da população regional, dos quais 21,02% consagravam-se à atividade agropastoril. (anexo V)

5.2 A estrutura social agrária

Os dados do recenseamento de 1940 mostram que apenas 12,59% das terras do município estavam em exploração, sendo 26,38% em terras cultivadas, 44,46% em pastagens e 28,51% em mata. (Anexo VI)

A exploração direta do solo era e é, ainda, feita pela agricultura e pela pecuária, por intermédio dos estabelecimentos agropastoris que constituem 5 tipos de propriedades: o minifúndio, a pequena, a média,

a intermediária entre médias e grandes, e a grande propriedade. Os minifúndios compreendem os estabelecimentos de menos de 5 ha; as pequenas propriedades de 5 a 50 ha; as propriedades médias de 50 a 100 ha; as propriedades intermediárias entre médias e grandes de 100 a 500 ha e as grandes propriedades de mais de 500 ha.

A metade da superfície regional é ocupada por estabelecimentos de menos de 50 ha nos municípios de Serrinha (2 901), Conceição do Coité (2 265) e Tucano (2 220). Os minifúndios predominam em Tucano, Jaguarari, Uauá, Senhor do Bonfim e Campo Formoso. No conjunto da região os minifúndios e as pequenas propriedades representam, em número de estabelecimentos, o equivalente a 53,57% e 30,22%, respectivamente. (anexos VII e VIII)

A exploração dos estabelecimentos é feita pelo *faire-valoir* direto e pelo *faire-valoir* indireto. No caso do *faire-valoir* direto, o proprietário trabalha com sua família ou com trabalhadores permanentes que habitam no estabelecimento, ou assalariados temporários; ou então por intermédio de um administrador.

O *faire-valoir* indireto é representado pelos *arrendatários* (rendeiro, meeiro) que pagam ao proprietário uma taxa anual fixa ou uma porcentagem da produção; algumas vezes a responsabilidade do estabelecimento é deixado a *ocupantes*, pessoas sem título de propriedade e sem contrato de arrendamento.

Existem, assim, 4 tipos de responsáveis pelo estabelecimento: o proprietário, o administrador, o arrendatário e o ocupante. (anexo IX)

Entre as 110 234 pessoas recenseadas em 1940 na atividade agropastoril, apenas 24 773 declararam-se *proprietários* os responsáveis pelos 28 152 estabelecimentos agrícolas. Das outras 85 161 pessoas restantes, que representam 77% dos que não possuem título de propriedade, 74 são *administradoras* e 200 são *ocupantes*, como responsáveis pelos estabelecimentos agrícolas; assim, no momento do recenseamento de 1940, grande parte da população era constituída por trabalhadores rurais.

A pecuária é representada por 382 851 bovinos, 55 166 caprinos e 365 586 ovinos, ou seja, respectivamente, 1,13, 2,02 e 1,14 cabeças de gado por habitante, que exerce a atividade agropastoril. (anexo X)

A carta n.º 5 (tipo de pecuária a partir da relação animal/habitante), mostra o predomínio da pecuária bovina nos municípios localizados na Chapada Diamantina: a pecuária caprina localiza-se, principalmente, na zona mais sêca da região, enquanto os ovinos se encontram ao sul da zona mais sêca, onde as condições climáticas são menos severas.

A pecuária tradicional representa, pois, a mais importante atividade econômica da região estudada. Pelos dados de 1940, os municípios de Queimadas, Santaluz, Uauá e Itiúba são essencialmente pecuaristas, pois a criação de bovinos, caprinos e ovinos representa mais de 1 animal/habitante. Outro município pecuarista criador de bovino é Miguel Calmon; para a criação de bovino e caprino são os municípios de Monte Santo e Euclides da Cunha.

PECUÁRIA - 1940
(valores absolutos)

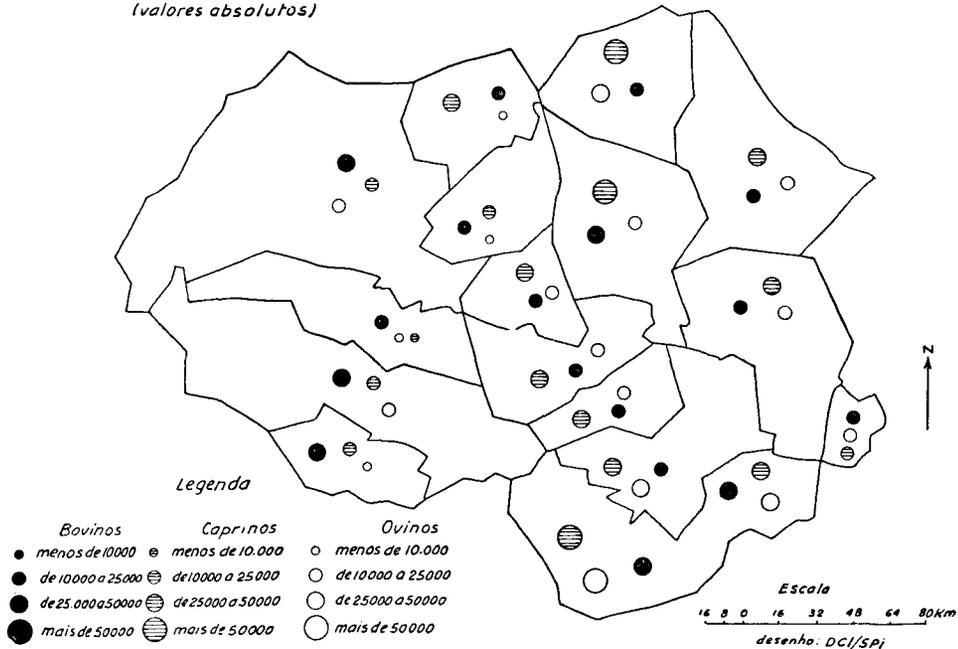


Fig. 17

6. CONCLUSÃO: A CRIAÇÃO EXTENSIVA DO GADO; A CARACTERÍSTICA FUNDAMENTAL DA ESTRUTURA AGRÁRIA REGIONAL

A criação do gado, nascida das necessidades da lavoura açucareira do litoral, em seguida atraiu o homem para o sertão nos séculos XVI e XVII. Na procura de novas pastagens o gado penetrava sempre mais longe, e à sua passagem deixava os caminhos utilizados por vagas humanas vindas do litoral.

A fixação do homem fazia-se às margens dos rios ou ao longo dos caminhos de gado. As fazendas, originadas dos estábulo, e as aglomerações raras e distantes umas das outras atestam a ocupação humana dessa época.

Extensos estabelecimentos foram criados para a criação do gado, que vivia solto na caatinga. A fazenda dominava a ocupação do solo de toda a região.

O sistema agrário pastoril torna-se tradicional. O gado é móvel e pode procurar as pastagens, que se tornam difíceis no período de longas secas; mas é ele também dinheiro ao mesmo tempo que alimento certo para o homem.

APARECIMENTO E EXTENSÃO DO SISAL

7. A INTRODUÇÃO DA CULTURA NA BAHIA

Atividade muito recente, a cultura do sisal está ainda na sua fase de adaptação no Estado da Bahia.

No início do século XX, bulbilhos de agave sisalana foram trazidos da Flórida (EUA), por intermédio de uma empresa americana. Esses bulbilhos foram introduzidos no Estado da Bahia por HORÁCIO URPIA JÚNIOR, para o explorar na sua fazenda do Recôncavo. Igualmente ele distribuiu sementes aos lavradores da vizinhança.

A agave silana é originária do México; o Recôncavo da Bahia, com chuvas frequentes, não era o ambiente ecológico para o seu desenvolvimento. Assim, como a preparação da fibra não desse resultados econômicos satisfatórios, a atividade comercial foi abandonada.

Em 1910, um velho professor de Santa Luzia (hoje Santaluz), no nordeste do Estado, recebeu como presente uma planta de agave sisalana proveniente do Recôncavo. Um “filhote” foi posteriormente transplantado para uma pequena fazenda da localidade de Valente (na época fazendo parte do município de Conceição de Coité, de propriedade de PACÍFICO JOSÉ DOS SANTOS).

A facilidade com que os “filhotes” aparecem permitiu que, em 1918, a planta fosse utilizada pelos pequenos lavradores de Valente, os quais, não tendo meios financeiros para fazer as cercas em madeira e arame farpado, empregaram o sisal, pois além de econômico era intransponível para o gado; e mais, os bulbilhos serviam de alimento ao mesmo gado.

Em 1919 o sisal começou a ser difundido na região. Até 1935 teve bom desenvolvimento nos municípios de Queimadas, Santaluz e Conceição do Coité, sempre como cerca de pequenas lavouras, e também como planta ornamental.

No Estado da Paraíba o sisal foi introduzido em 1911, com bulbilhos originários do Recôncavo e utilizado também como planta ornamental. Logo estreou-se uma pequena indústria para o fabrico de cordas; outras indústrias apareceram e em seguida começou a exportação, com a procura devida às necessidades resultantes da Segunda Guerra Mundial. A cultura desenvolveu-se tão bem que a Paraíba colocou-se na primeira fila para a produção brasileira após 1940.

O interesse pela cultura do sisal espalhou-se, em seguida, a São Paulo além de outros estados do nordeste brasileiro, suscitado pela procura internacional da fibra.

8. O DESENVOLVIMENTO DA CULTURA

Na Bahia a exploração do sisal com a preparação da fibra faz-se desde 1936. A grande difusão da cultura foi feita a partir de 1938, por LANDULFO ALVES, então governador do Estado.

Em virtude da adaptação da agave sisalana às condições ecológicas do nordeste da Bahia, êsse governador acreditou que sua expansão e exploração podiam fixar o homem à terra e dar-lhe condições materiais para sobreviver nesse mesmo ambiente. Então estabeleceu prêmios especiais para os lavradores do sisal que obedecessem às suas recomendações de ordem técnica, a fim de realizar culturas racionais.

Nos municípios de Feira de Santana e Alagoinhas foram criadas, em 1939 e 1940, lavouras experimentais, com bulbilhos vindos da região de Valente. Também em 1940 foi criada, pela Secretaria de Estado, uma grande lavoura em Nova Soure (na época designada Soure); a preparação da fibra foi aí realizada por uma máquina de desfibração automática, do tipo Irene, à época já arcaica nas lavouras do México.

Sementes originárias da lavoura de Nova Soure foram transportadas pela estrada de ferro e vendidas nas estações de Serrinha, Conceição do Coité, Santaluz, Queimadas, Itiúba e Senhor do Bonfim.

O estímulo do Governo reduziu-se nos anos seguintes com o abandono dessas experiências; entretanto o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste ajudaram a política de desenvolvimento, com empréstimos para a instalação de culturas.

Os intermediários sempre participaram dessa expansão, com empréstimos em dinheiro para pagamento em fibra e financiamento para aquisição de motores.

A Bôlsa de Mercadorias da Bahia sempre orientou os produtores para o melhoramento das lavouras. Mas a contribuição dos próprios agricultores tem muita importância; cito entre muitos outros os Srs. Umbelino Santana em Queimadas; Agenor de Oliveira Campos e José de Araújo Góis em Santaluz; Décio Monte Alegre e Pacífico José dos Santos em Valente e João de Oliveira Campos em Riachão do Jacuípe, pioneiros da lavoura sisaleira na Bahia.

Em 1940 uma usina foi instalada em Valente por DÉCIO MONTE ALEGRE e JOSÉ DE ARAÚJO GÓIS; seu objetivo era o preparo da fibra do sisal para a comercialização. Outras usinas foram criadas ao mesmo tempo em que se instalavam novas lavouras. A planta que, até 1950, foi cultivada em terras inúteis para as lavouras de subsistência, pôde então desenvolver-se. Em geral, receando os empréstimos bancários, o agricultor instalava sua cultura com seus próprios recursos; sem conhecimentos técnicos êle fazia ensaios com a nova planta.

Na primeira década do desenvolvimento do sisal utilizou-se o *farracho* para o preparo da fibra nas lavouras. Muito rudimentar, é formado por duas lâminas metálicas fixadas sôbre dois suportes de madeira; uma pedra é prêsa à lâmina superior que é imprensada contra a lâmina inferior; o movimento de abertura e fechamento se faz com a ajuda de um pedal ou à mão.

O processo de desfibração pelo farracho é o seguinte: inicialmente coloca-se a parte inferior da fôlha entre as lâminas; em seguida puxa-

em direção à si próprio e desfibra-se a metade do comprimento da fôlha. Enfim, faz-se o mesmo processo na outra parte da fôlha que, então, é desfibrada totalmente. No caso de uma fôlha muito espêssa, divide-se o comprimento em 2 ou 3 partes.

O trabalho de desfibração pelo farracho é, pois, lento e penoso; o rendimento é fraco (10 kg/dia) e a fibra de uma qualidade inferior. Existem ainda algumas lavouras onde a desfibração é feita com o farracho, tais os minifúndios e algumas pequenas lavouras em Tucano e Riachão do Jacuípe.

Com a melhoria técnica, após 1940 apareceu uma máquina a motor diesel que favoreceu a expansão da lavoura; com dois trabalhadores a máquina pode produzir uma média de 200 quilos de fibra por dia.

O motor, como é simplesmente denominado na região, é muito difundido; é constituído por um tambor rotativo com duas lâminas lisas e fixas, que esmagam as fôlhas do sisal contra uma “espera”, que pode ser de madeira, pedra ou aço, ajustável à espessura das fôlhas. O tambor é fixo em uma armação de madeira, sôbre rodas, o que permite o deslocamento do motor entre as lavouras.

A localização do motor em um ponto qualquer da lavoura constitui a *usina*, para onde as fibras são transportadas no dôrso de muares. A usina situa-se junto ao “campo”, onde as fibras são postas a secar em armações de madeira e arame.

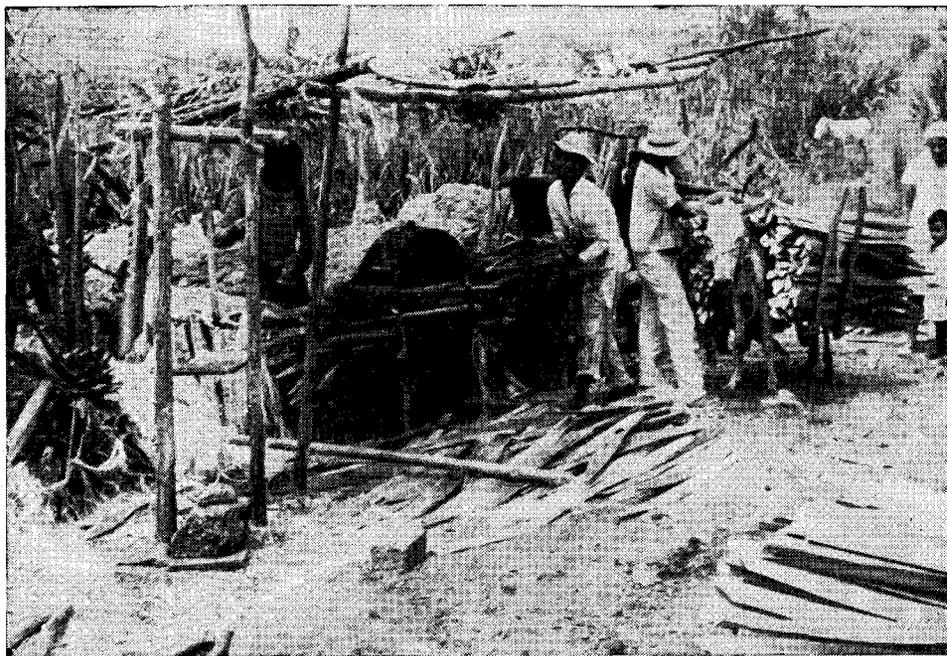


Fig. 18 — A usina de sisal. Vê-se o motor onde se prepara a fibra e as fôlhas, que são transportadas no dôrso dos jumentos.



Fig. 19 — O campo, onde a campeira coloca as fibras para secar.

Havia necessidade de mão-de-obra abundante; mas isso não constituía problema, já que havia numerosos trabalhadores da região e de outras, inclusive do nordeste brasileiro.

Assim, a instalação técnica foi fácil. Sem exigências de solo e clima a cultura do sisal foi feita sem reflexões e sem dificuldades preliminares. A caatinga começou a deixar-lhe o lugar; e mesmo a associação com outras culturas era possível (feijão, milho, mandioca, fumo, mamona) e também com a pecuária bovina, já que os bulbilhos serviam como alimento para o gado em período de seca. Entretanto, após o segundo ano de cultura o sisal tornava difícil a associação com outras lavouras, em virtude de suas raízes tornarem-se profundas. Mas vários lavradores dos municípios de Conceição do Coité, Valente, Serrinha, Santaluz e Queimadas preferiam a cultura do sisal em seus estabelecimentos, pois o milho e o feijão, que dão sempre bons preços, estão em dependência das chuvas.

A última vantagem, enfim, era de que a fibra podia ser colocada no mercado sem o tratamento normal de lavagem. A esse fato acrescenta-se a técnica rudimentar do desfibramento, que permitiu um crescimento de lavouras e a superprodução de uma fibra de má qualidade, que ainda hoje é aquela do Estado da Bahia.

9. A EXPANSÃO DA LAVOURA

9.1 *Processo estatístico da produção*

A partir de 1946 a produção do Estado da Bahia aparece em crescimento nas estatísticas. A maior parte é proveniente da região do nor-

deste do Estado. Entretanto, a lavoura do sisal espalhou-se em vários outros municípios, mesmo fora da região estudada. Em 1947 a produção do Estado era 2 844 toneladas, das quais 2 812 eram originárias dos seguintes municípios localizados na região (DEE):

| | | | |
|----------|--------------|-----------|-----------|
| Santaluz | — 1 800 ton. | Queimadas | — 94 ton. |
| C. Coité | — 387 " | Uauá | — 27 " |
| N. Soure | — 366 " | Itiúba | — 11 " |
| M. Santo | — 127 " | | |

Em 1950 apareceu a produção de outros municípios, onde essa cultura ia se tornar importante apoio a suas economias. Tratava-se de Jacobina, Euclides da Cunha e Riachão do Jacuípe. Já o município de Serrinha apareceu desde 1948, com 16 ton. Em 1950 a produção do Estado era de 3 900 ton. das quais:

| | | | |
|----------|--------------|------------|-----------|
| C. Coité | — 2 100 ton. | Jacobina | — 29 ton. |
| Santaluz | — 548 " | R. Jacuípe | — 25 " |
| M. Santo | — 548 " | Serrinha | — 18 " |
| E. Cunha | — 280 " | | |
| Itiúba | — 100 " | Total | — 3 728 " |
| Uauá | — 80 " | | |

Em 1955 a produção do Estado era de 16 865 ton. e numerosos municípios tiveram forte produção:

| | | | |
|-----------|--------------|------------|------------|
| C. Coité | — 4 000 ton. | Tucano | — 431 ton. |
| Jacobina | — 2 795 " | R. Jacuípe | — 250 " |
| M. Santo | — 1 850 " | M. Calmon | — 250 " |
| Santaluz | — 1 520 " | Itiúba | — 195 " |
| Serrinha | — 1 290 " | Uauá | — 185 " |
| Queimadas | — 500 " | | |
| E. Cunha | — 456 " | Total | — 13 722 " |

Em 1958 a produção de Conceição do Coité atingiu 25 562 ton. e Serrinha 4 810 ton. Entretanto o desmembramento de certos municípios fez com que, em 1959, a produção do Estado fôsse de 49 937 ton. com a seguinte distribuição:

| | | | |
|------------|---------------|-----------|------------|
| C. Coité | — 18 000 ton. | Uauá | — 800 ton. |
| Valente | — 9 900 " | Pindobaçu | — 475 " |
| Jacobina | — 4 100 " | M. Calmon | — 426 " |
| Santaluz | — 2 870 " | E. Cunha | — 385 " |
| C. Formoso | — 2 100 " | Saúde | — 380 " |
| R. Jacuípe | — 2 000 " | Tucano | — 380 " |
| Itiúba | — 1 700 " | Cansanção | — 132 " |
| Queimadas | — 1 600 " | N. Soure | — 27 " |
| Serrinha | — 1 208 " | | |
| Araci | — 1 200 " | Total | — 48 831 " |
| M. Santo | — 1 148 " | | |

Em 1965 o Estado produziu 81 212 ton. e vários outros municípios foram desmembrados em virtude do próprio desenvolvimento da cultura sisaleira:

| | | | |
|--------------|---------------|-------------|--------------|
| Santaluz | — 18 000 ton. | Araci | — 1 000 ton. |
| C. Coité | — 13 000 " | R. Jacuípe | — 832 " |
| Valente | — 11 000 " | Serrinha | — 800 " |
| Retirolândia | — 5 500 " | Quijingue | — 630 " |
| Jacobina | — 4 200 " | Pindobaçu | — 510 " |
| C. Formoso | — 2 100 " | Teofilândia | — 320 " |
| Queimadas | — 1 830 " | E. Cunha | — 300 " |
| S. Bonfim | — 1 290 " | Saúde | — 300 " |
| M. Santo | — 1 266 " | Serrolândia | — 280 " |
| M. Calmon | — 1 250 " | Jaguarari | — 211 " |
| Itiúba | — 1 160 " | N. Soure | — 91 " |
| Cansanção | — 1 145 " | Biritingas | — 80 " |
| Várzea Poço | — 1 100 " | | |
| Tucano | — 1 000 " | Total | — 69 195 " |

Assim, a agave sisalana desenvolveu-se rapidamente em vários municípios do Estado da Bahia. Já em 1955 todos os municípios da região estudada eram produtores da fibra de sisal, como mostra a Fig. 20.

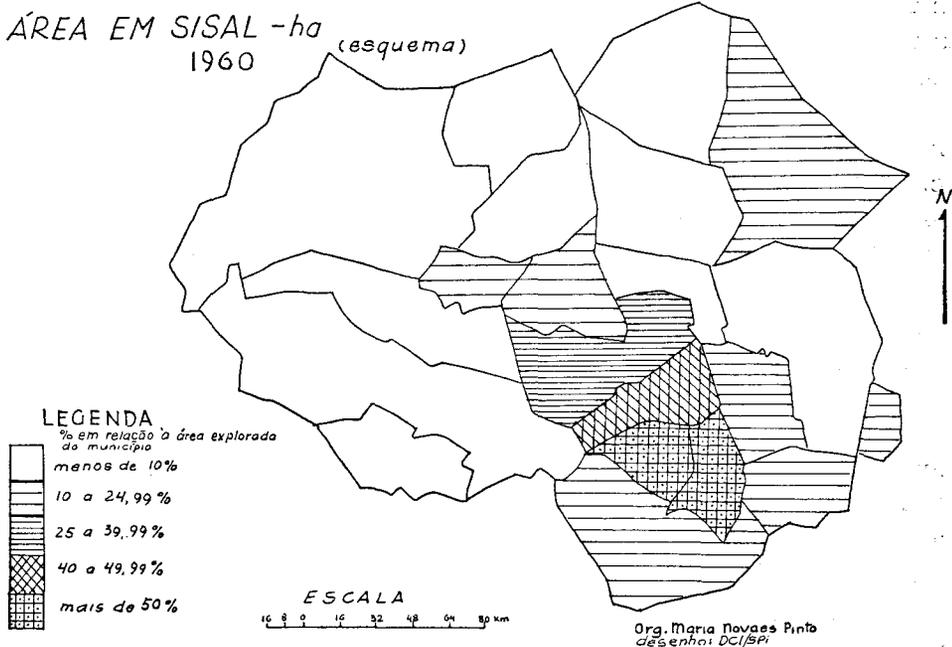


Fig. 20

Em 1955, vários outros municípios da Bahia eram também produtores da fibra, entretanto, foi principalmente em Conceição do Coité, Santaluz, Valente, Retirolândia, Serrinha, Queimadas, Cansanção, Araci, Itiúba, Monte Santo, Riachão do Jacuípe, Euclides da Cunha e Jáco-

bina que essa atividade teve um papel muito importante para suas populações (Fig. 21).

A produção da fibra para o período de 1947-65, em toneladas, mostra a predominância de certos municípios produtores, tais como Conceição do Coité, Santaluz, Serrinha, Jacobina e Monte Santo.* Em geral a produção aumenta cada ano, mas a sua irregularidade é muito forte, devido às variações dos preços de venda no mercado exportador (as causas serão examinadas mais adiante); a seca, que prejudica as lavouras de subsistência, não atinge a lavoura sisaleira.

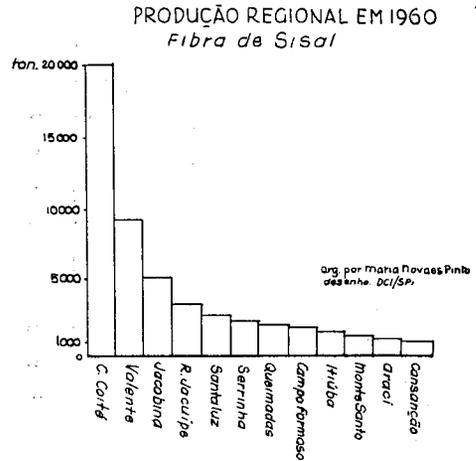


Fig. 21

Até 1949 a produção foi quase uniforme para certos municípios: Conceição do Coité, Santaluz, Nova Soure, Monte Santo, Queimadas, Uauá, Itiúba, Senhor do Bonfim, Jaguarari e Serrinha. Esse fato corresponde a um período de preços relativamente estáveis, com algumas variações estacionais. De 1950 a 1953 constata-se que a produção dos municípios citados acima aumenta e que outros aparecem como produtores: Euclides da Cunha, Jacobina, Riachão do Jacuípe, Miguel Calmon, Campo Formoso e Tucano.

O preço elevado da fibra (por exemplo, para o ano de 1951) igualmente estimulou a criação de novas lavouras nos municípios já produtores e em outros como em Saúde, Uauá, Jaguarari e Pindobaçu, o qual, criado por desmembramento de Campo Formoso, aparece como produtor após 1955.

Em 1952 e 1953 os preços de venda sofreram uma baixa sensível: foi a influência de colocação no mercado internacional da produção africana, asiática e mexicana, cuja concorrência é desfavorável em virtude da técnica superior adotada nas lavouras daquelas regiões.

Uma estabilidade dos preços realizou-se a partir de 1955, seguida por uma baixa em 1957 e nova alta ocorreu durante o ano de 1963 e quase todo o ano de 1964; mas no fim desse ano os preços sofreram nova baixa, que marcou o início de uma longa crise que segue ainda em fins de 1967. **

A alta de preços exerce forte influência sobre a mentalidade do lavrador, pois sempre instalam novas lavouras. Esse fato é bem evidente para a alta do período 1963-64, que permitiu a expansão da cultura do sisal em todo o Estado da Bahia.

* Para esse cálculo toma-se os municípios em seus limites administrativos de 1955. Assim, C. Coité compreende também Valente e Retirolândia; Serrinha inclui Araci, Teofilândia e Biritingas, e M. Santo engloba Cansanção, cujos desmembramentos foram feitos antes de 1965.

** A situação continua em fins de 1968.

9.2 Progresso espacial da lavoura

De 1961 a 1965, o Estado da Bahia teve o número de plantas de sisal aumentado de 34,86%, o que representa 32,50% da superfície ocupada pela lavoura agaveira (Anexo XI). Os municípios onde esse aumento foi muito forte são os seguintes:

| | | | |
|------------|---------------|-----------|---------------|
| C. Coité | — 121 000 000 | Queimadas | — 11 000 000 |
| R. Jacuípe | — 54 000 000 | Tucano | — 8 000 000 |
| Santaluz | — 43 150 000 | Itiúba | — 3 063 000 |
| M. Calmon | — 19 400 000 | Jaguarari | — 1 465 000 |
| M. Santo | — 14 200 000 | | |
| Jacobina | — 11 550 000 | Total | — 286 828 000 |

No caso de Nova Soure, entretanto, houve uma redução de 1 500 plantas no período 1961-65, igualmente na produção a partir de 1964. Esse fato é devido ao abandono da grande lavoura do Estado.

O aumento do número de plantas representa, pois, um aumento de área cultivada em agave sisalana. Os municípios, onde o aumento de superfície explorada foi mais forte no período 1961-65 são:

| | | | |
|------------|-------------|------------|------------|
| C. Coité | — 48 400 ha | Nova Soure | — 3 000 ha |
| R. Jacuípe | — 2 238 " | M. Santo | — 2 840 " |
| Santaluz | — 17 260 " | Queimadas | — 2 800 " |
| Tucano | — 8 450 " | Itiúba | — 21 600 " |
| M. Calmon | — 7 758 " | Serrinha | — 1 940 " |
| E. Cunha | — 7 021 " | Jaguarari | — 1 319 " |
| Jacobina | — 4 580 " | | |

A área cultivada em sisal correspondia, em 1960, a 10,27% ou seja 3,12% das terras exploradas no Estado da Bahia. A relação de áreas em sisal àquelas em exploração, por município, é a seguinte, para 1960 (Censo Agrícola 1960 — IBGE):

| MUNICÍPIOS | Área em exploração (ha) | Área ocupada com sisal (ha) | Porcentagem de área ocupada com sisal |
|-----------------|-------------------------|-----------------------------|---------------------------------------|
| Araci..... | 46 723 | 1 352 | 2,89 |
| C. Formoso..... | 69 929 | 1 420 | 2,03 |
| Cansanção..... | 8 147 | 620 | 6,77 |
| C. Coité..... | 108 193 | 16 000 | 14,78 |
| E. Cunha..... | 53 119 | 2 312 | 4,35 |
| Itiúba..... | 32 968 | 800 | 2,43 |
| Jacobina..... | 200 681 | 2 032 | 1,01 |
| Jaguarari..... | 20 691 | 116 | 0,56 |
| M. Calmon..... | 93 159 | 414 | 0,44 |
| M. Santo..... | 41 651 | 2 060 | 4,94 |
| N. Soure..... | 23 425 | 1 800 | 7,68 |
| Pindobaçu..... | 33 501 | 487 | 1,45 |
| Queimadas..... | 16 284 | 3 300 | 20,26 |
| R. Jacuípe..... | 245 756 | 2 400 | 0,97 |
| Santaluz..... | 22 300 | 5 840 | 26,18 |
| Saúde..... | 68 692 | 180 | 0,26 |
| Serrinha..... | 95 379 | 2 540 | 2,66 |
| Tucano..... | 70 005 | 880 | 1,25 |
| Valente..... | 53 373 | 14 000 | 26,23 |
| Uauá..... | 6 367 | — | — |
| S. Bonfim..... | 37 364 | 300 | 0,80 |
| TOTAL..... | 1 347 707 | 58 853 | 4,36 |

As áreas mais extensas ocupadas pelo sisal, em 1960, correspondiam aos municípios de Conceição do Coité, Valente, Santaluz e Queimadas. Entretanto esses dados não se identificam completamente com a produção regional, como se pode observar na figura 22. Assim os municípios de Santaluz e Queimadas, 3.º e 4.º por área ocupada com sisal, correspondem apenas ao 5.º e 7.º lugares entre os municípios produtores para o mesmo ano, enquanto Jacobina e Riachão do Jacuípe, 9.º e 6.º classificaram-se como 3.º e 4.º por produção.

A extensão das terras cultivadas, ocupadas pelo sisal e a produção por município (que está em dependência do mercado), não permitem uma classificação exata da região em estudo. Mas com o apoio de pesquisas *in loco*, confirma-se, para 1965, a presença de um *núcleo produtor*, formado pelos municípios de Conceição do Coité, Valente, Santaluz e o novo município de Retirolândia.

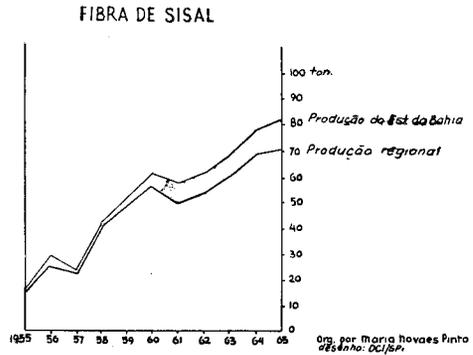


Fig. 22

Em seguida vem a *zona complementar* formada pelos municípios de Cansanção, Araci, Teofilândia, Jacobina, Riachão do Jacuípe, Queimadas, Monte Santo, Serrinha, Itiúba, Miguel Calmon, Várzea do Poço e Campo Formoso. No terceiro grupo (*zona suplementar*) estão incluídos os municípios de Senhor do Bonfim, Tucano, Uauá, Jaguarari, Pindobaçu e Saúde.

Para o primeiro grupo, o sisal é a base da renda municipal e seu papel é muito importante ao lado de outras atividades agropastoris; para o segundo grupo o sisal é importante, mas outras atividades o são igualmente; enfim, o sisal tem um valor suplementar na renda dos municípios do terceiro grupo, quando a pecuária está em primeiro lugar.

10. CONCLUSÃO: UMA "FRENTE SISALEIRA" OCULTA EM UMA ESTRUTURA PASTORIL

O sisal, introduzido no município de Santaluz, espalhou-se de início na região vizinha ocupada pelos municípios de Conceição do Coité (incluindo Valente e Retirolândia), de Queimadas e Monte Santo (com Cansanção), que constituem a zona tradicional da lavoura sisaleira; em seguida atingiu Itiúba, Senhor do Bonfim, Jaguarari, Uauá e Serrinha (incluindo Araci, Teofilândia e Biringas). Depois o sisal passou a ser cultivado em Euclides da Cunha, Jacobina, Riachão do Jacuípe e mais tarde em Campo Formoso, Tucano e outros municípios da região estudada.

Assim, a partir de Santaluz a cultura do sisal deu origem, na região, a uma verdadeira "frente" que avançou discretamente pela caatinga pastoril. Com o impulso da administração e a forte procura da fibra, o sisal substituiu também outras atividades agrícolas, o que permitiu a organização de uma verdadeira *região sisaleira* no Estado da Bahia.

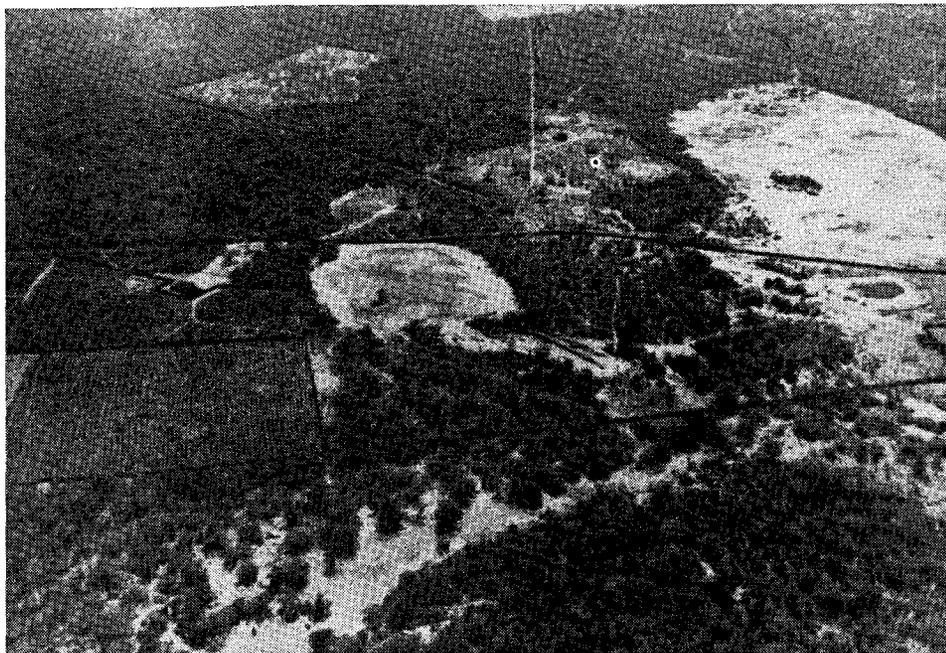


Fig. 23 — Incrustação de uma lavoura de sisal na caatinga, município de Queimadas. (Arquivos do Instituto de Geografia de Estrasburgo)

AS CONSEQUÊNCIAS RURAIS DO DESENVOLVIMENTO SISALEIRO

11. O ESFACELAMENTO DO ESTABELECIMENTO E DA PROPRIEDADE E SEU REAGRUPAMENTO POSTERIOR

Uma das conseqüências do desenvolvimento sisaleiro foi a valorização das terras não exploradas, seguida de um esfacelamento de grandes propriedades e dos estabelecimentos já existentes. Desde os primeiros anos desse desenvolvimento (decênio 1950-60) houve na região um sistema de *aluguel-venda* das terras. Pessoas sem capital puderam adquirir algumas tarefas* de superfície em terras incultas ou mesmo em pastagem natural, pagando-as num prazo variável de 5 a 10 anos, a depender do contrato. Esse fato, associado à divisão das propriedades por herança, permitiu o esfacelamento de grandes estabelecimentos na

* Tarefas — medida agrária utilizada no interior do Estado da Bahia. Uma tarefa baiana corresponde a 4.356 m².

região. No período 1940-60 * (Anexo XII) os aumentos do número de estabelecimento correspondem a 21,61% para os minifúndios 11,41% para as pequenas propriedades; 5,50% para as propriedades médias; 2,64% para as propriedades intermediárias entre médias e grandes, e 1,12% para as grandes propriedades. Houve um nítido aumento do número das propriedades inferiores a 50 ha; os mais fortes aumentos correspondem aos minifúndios, retraçando os municípios onde a atividade sisaleira teve seu mais forte desenvolvimento, que são:

| | | | |
|--------------------|-----------|------------|----------|
| Queimadas | — 173,23% | Serrinha | — 47,87% |
| Riachão do Jacuípe | — 76,50 | C. Formoso | — 46,03 |
| C. Coité | — 55,99 | N. Soure | — 40,35 |
| M. Santo | — 53,12 | Santaluz | — 37,61 |
| Saúde | — 50,49 | Jacobina | — 34,77 |

O aumento do número de pequenas propriedades (5 a 50 ha) é de 11,41%, e os municípios mais atingidos são:

| | | | |
|------------|----------|-----------|---------|
| Tucano | — 21,40% | N. Soure | — 15,50 |
| Saúde | — 19,35 | M. Santo | — 13,79 |
| Jacobina | — 18,41 | E. Cunha | — 13,63 |
| R. Jacuípe | — 16,36 | Jaguarari | — 13,08 |
| C. Formoso | — 16,10 | Queimadas | — 12,66 |

Entretanto, as pesquisas de campo mostraram um fenômeno recente (a partir de 1960), devido ao desenvolvimento sisaleiro na região: aquele do reagrupamento das propriedades e também a concentração de duas ou mais em mãos de um mesmo proprietário.

O dinheiro trazido pelo sisal permitiu a certos lavradores a aquisição de outras propriedades no mesmo município, ou nos municípios vizinhos, em geral sob o nome de outros membros da família. Esse fato é freqüente para os cultivadores de Conceição do Coité, Valente e Santaluz. Novas propriedades foram, assim, adquiridas nos municípios de Riachão do Jacuípe, Jacobina e Saúde, para a criação de gado. A responsabilidade do novo estabelecimento é entregue a administradores, enquanto que os proprietários residem nos municípios de origem ou na capital do Estado.

Em Riachão do Jacuípe, a partir das informações do Serviço de Estatística local, no fim de 1966, o número de proprietários ausentes (residentes em outros municípios) era o seguinte:

500 em Candeal — 200 em Ichu — 200 a 300 em Conceição do Coité — 50 em Valente — 20 em Santaluz — 4 em Serrinha.

Os dados dos recenseamentos de 1940 e 1960 mostram um aumento do número de *administradores* para os municípios de Saúde (58,75%),

* Dados dos recenseamentos de 1940 e 1960.

C. Formoso (13,66), N. Soure (13,18) e Jacobina (8,21). Para o município de Riachão do Jacuípe foi registrada uma diminuição de 1,29, o que não corresponde às pesquisas *in loco* no fim de 1966; êsse fato prova que a aquisição dos estabelecimentos pelos agricultores de C. Coité, Valente e Santaluz e a colocação de administradores originários do próprio município de Riachão do Jacuípe é um fato recente. (Anexo XIII).

Também nos municípios citados acima (C. Coité, Valente e Santaluz) o mesmo cultivador possui várias propriedades, onde a atividade principal está ligada aos diversos tipos de solos (caatinga escolhida para a pecuária e o sisal); (tabuleiro para pecuária e mandioca); assim, certos estabelecimentos possuem apenas o sisal, outros a cultura de mandioca ou pastagem.

Entre os numerosos casos de reagrupamento de propriedades cita-se aquêde de um funcionário público do município de C. Coité, que possui oito nesse município e no município de Santaluz, com sisal ou pecuária. Da mesma maneira, um cultivador de C. Coité e um segundo em Santaluz, que possuem cada um várias propriedades, são, ao mesmo tempo, agentes exportadores e dessa maneira sua produção não passa por intermediários.

Mas pode citar-se casos mais simples e numerosos como aquêde de um proprietário em C. Coité, tendo duas pequenas lavouras separadas uma da outra: uma com sisal e outra com mandioca para subsistência de sua numerosa família.

12. O NÔVO SISTEMA DE CULTURA

O desenvolvimento sisaleiro na Bahia deu origem a um sistema agrário original, tendo a aparência de um *sistema intensivo* pelo agrupamento das culturas e acumulação de trabalho humano. Mas, em realidade, trata-se de um *sistema extensivo*, pois há um franco desenvolvimento do material agrícola utilizado, franco rendimento por unidade de superfície e fraca produtividade por trabalhador.

No *núcleo*, constituído pelos municípios de C. Coité, Retirolândia, Valente e Santaluz, o desenvolvimento do sisal foi tão forte que se tem a impressão de uma cultura intensiva. Entretanto, isto não é verdade. As culturas foram instaladas sem nenhuma orientação técnica e o resultado disso é a ocupação desordenada do espaço e um rendimento variado por unidade de área, com uma tonelada por hectare nas lavouras mais ativas. Por outro lado, o sisal é praticado em monocultura nesse *núcleo*, onde constitui uma *cultura de especialização* destinada ao mercado internacional. Apenas no município de Santaluz o sisal é cultivado exclusivamente em monocultura, pois é a única atividade comercial.

Fora dêsse núcleo o sisal apresenta-se como uma cultura extensiva, com fraco rendimento, o qual muitas vêzes não atinge 100 kg/ha. Ele

está associado à mamona, ao licuri e a outras culturas. Entretanto, na região sisaleira de Jacobina (Várzea Nova), ao lado das lavouras de particulares, sob o sistema extensivo, novas culturas foram instaladas por emprêsas que vão explorar o sisal sob o *sistema intensivo real*, tais a Sisal Agrícola e a SEPEL. Essas emprêsas mantêm administradores dirigindo a lavoura e mão-de-obra numerosa, mas que será brevemente reduzida, em virtude da instalação de máquinas automáticas do tipo Schmidt Corona para a preparação da fibra.

Ainda não foram feitos cortes nessas grandes lavouras de Jacobina; o sisal, plantado segundo técnicas modernas, recebe todos os cuidados necessários ao seu desenvolvimento ideal. O objetivo é a produção de uma fibra de boa qualidade. Isto provocará novos problemas à cultura sisaleira no Estado da Bahia: 1) pela produção de uma fibra de primeira qualidade; 2) porque essas emprêsas vão ocupar-se da própria comercialização no campo internacional. O resultado será o agravamento dos problemas já muito sérios para as lavouras sob o sistema extensivo que predomina no Estado da Bahia. Êsses problemas serão examinados adiante.

A pecuária faz também parte do sistema extensivo regional. O gado é criado livre na caatinga, e a transumância existe nos municípios localizados na Chapada Diamantina. Tal é o caso de Jacobina: na estação sêca o gado é conduzido para as regiões úmidas das "grotas" *, após os fortes temporais de fim de ano, quando a erva se torna verde, o gado é deixado na caatinga, na parte oeste do município.

12.1 *A influência do sisal sôbre as culturas de subsistência e as pastagens*

Contrariamente àquilo que se crê, a cultura do sisal não se devolveu pela ocupação de terras em detrimento de outras culturas e de pastagens, a não ser alguns estabelecimentos do núcleo sisaleiro. Esta crença nasceu, principalmente, do fato de que as culturas de subsistência e as pastagens não aumentaram paralelamente à evolução demográfica, criando um estado de carência de produtos de subsistência nos mercados locais. Vê-se, assim, a cultura do sisal atraindo uma parte dos lavradores que, de outro modo, dedicar-se-iam às culturas tradicionais, pois estão certos de ter, na nova lavoura, um lucro garantido e independente da irregularidade do clima. (Anexo XV)

De uma maneira geral a expansão sisaleira tem sido feita ocupando terras anteriormente inclusas. A partir de um inquérito, realizado em 1962 pelo Serviço de Estatística, baseado em um questionário organizado pelo IBG e ETENE, nota-se que a cultura do sisal tomou, pouco a pouco e cada vez mais, grande extensão dessas terras incultas, há

* Grotas — terrenos férteis com mata e água, cercados de elevações, na encosta da Chapada Diamantina.

26 anos, no município de Riachão do Jacuípe e que êsse fato estendeu-se recentemente a outros municípios da região estudada.

12.2 A "imobilidade" da terra

Pelo fato de ser uma cultura de ciclo vegetativo longo e as lavouras terem sido instaladas de maneira desorganizada, as terras ocupadas pelo sisal encontram-se hoje prejudicadas. Era uma cultura desconhecida dos lavradores e as raras orientações técnicas que lhes queriam impor (os bancos para os financiamentos) não eram levadas em consideração diante da possibilidade de especulação que fascinava aqueles que possuíam algumas tarefas de terra, freqüentemente inexploradas.

Assim não se pensou no futuro das lavouras. As plantas foram instaladas uma ao lado da outra a pequenos intervalos. Nos dois primeiros anos do ciclo vegetativo da planta aproveitou-se dos intervalos para o plantio do milho e do feijão, mas no terceiro ano as raízes e os espinhos na extremidade das fôlhas tornaram difíceis uma cultura intercalar, a qual impedia, por sua vez, o desenvolvimento do sisal. Enfim, os "filhotes" ao redor da planta principal logo eliminaram tôda atividade complementar. Êsse sistema de cultura, conhecido pelo nome de *fileiras simples* é prejudicial à própria cultura. A ausência de um espaço conveniente entre as fileiras torna difícil o trabalho de corte; freqüentemente é quase impossível penetrar nas lavouras cheias de fôlhas espinhentas que se entrecruzam.



Fig. 24 — Lavoura de sisal, no sistema habitual da região, em fileiras simples; as plantas de sisal grupam-se e misturam-se com plantas invasoras, o que torna difícil o trabalho de corte.

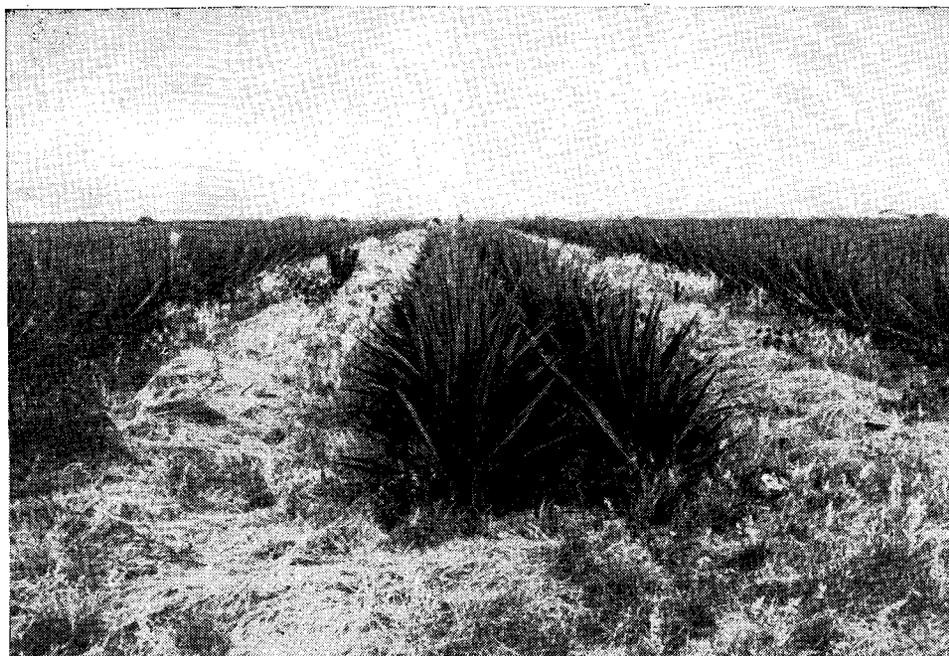


Fig. 25 — *Lavoura do sisal no sistema de fileiras duplas (plantações da SEPEL, em Jacobina).*

Mas as lavouras recentes (entre as das empresas de Jacobina) fazem-se pelo método das fileiras duplas, como se vê na figura 25.

Esse sistema, novo na região, permite o deslocamento normal do trabalhador, e o transporte das folhas se faz também facilmente. E tem ainda a vantagem de permitir culturas intercalares. Essas, além das vantagens econômicas imediatas, tem ainda outra, a de proteger os solos contra a erosão. As novas fileiras duplas de cada ciclo podem ser localizadas nos espaços anteriormente ocupados pelas culturas intercalares. Além disso, no sistema de fileiras simples, o agricultor deixava a renovação fazer-se naturalmente pelos filhotes (mais cômodo) o que conduz a degeneração da planta e a conquista de plantas invasoras. Esses fatos são agravados pela ausência de meios materiais para a retirada das plantas mais antigas e suas raízes. Os resultados são, por um lado, a diminuição do rendimento do sisal, por outro, a imobilização da terra, seja pela impossibilidade de praticar culturas intercalares, seja pela dificuldade de limpeza do terreno dos restos de uma antiga lavoura sisaleira.

13. A NOVA PAISAGEM AGRÁRIA

13.1 *Os elementos novos da paisagem*

A paisagem sisaleira é característica do conjunto formado pelo norte dos municípios de Serrinha e R. Jacuípe, e dos municípios de C. Coité, Retirolândia, Valente, Santaluz, Queimadas, Teofilândia, Araci e Can-



Fig. 26 — Lavanderia para lavagem da fibra de sisal, abandonada. Fazenda de S. Bento, em Riachão do Jacuípe.

sanção, a região de Várzea Nova, a oeste do município de Jacobina, e as regiões de Tijuacu e Igara em Senhor do Bonfim.

Essa paisagem se compõe de extensas áreas cobertas de sisal com cêrca de arame, a fim de limitar as lavouras e pelas aglomerações que se tornam numerosas. Em cada lavoura, em localizações variáveis entre as plantas, localiza-se a *usina*, onde se faz a preparação da fibra; bem próximo da usina, armações de madeira e arame constituem o campo onde as fibras são colocadas a secar.

Algumas lavouras antigas têm lavanderias abandonadas, onde as fibras eram lavadas antes de serem transportadas ao campo (Fig. 26). Mas a lavagem* das fibras não se faz atualmente na região; à dificuldade de água acrescenta-se o problema do preço do mercado que é o mesmo para as fibras lavadas ou não lavadas.

No núcleo sisaleiro os elementos novos da paisagem agrária são associados à criação do gado bovino e à cultura de subsistência. Nas bordas dessa região eles constituem formas de transição, onde a paisagem sisaleira desaparece progressivamente; e quando as plantas reaparecem estão incrustadas na paisagem pastoril.

13.2 A concentração do habitat

As necessidades de relações humanas para a comercialização do sisal provocaram o agrupamento do *habitat* em áreas de pequenas la-

* Lavagem — feita para retirar o suco clorofílico e a mucilagem da fibra.



Fig. 27 — Localização das aglomerações nos esporões e bordas de estradas.

vouras. As novas aglomerações situam-se nas bordas das vias de comunicação, nos esporões, devido às cheias; à proximidade das lavouras acrescenta-se a vantagem das relações com o exterior (Fig. 27).

A evolução do *habitat* concentrado obedece aos mesmos traçados característicos das aglomerações do século passado na região, e compreende 2 estágios no primeiro, casas baixas de porta e janela, unidas umas às outras, dispostas com a frente voltada para um espaço quadrangular, futura praça, onde algumas árvores fornecem a sombra para os bate-papos de domingo; em uma das casas, a “venda” ou “bodega”, encontra-se pequeno comércio, onde a cachaça é vendida ao lado dos tecidos, de produtos alimentícios e outras necessidades. Nesse estágio aparecem numerosas aglomerações dos municípios sisaleiros, criados nos últimos anos, tal *Vai dos Bois*, no município de Cansanção, datando 5 anos, que se vê na fotografia.

No segundo estágio encontram-se também numerosas aglomerações conseqüentes do desenvolvimento do sisal. Datando de uma dezena de anos, elas são resultantes de uma concentração dos lavradores e trabalhadores dos arredores; possuem uma pequena igreja construída pelos habitantes, com a ajuda de homens políticos influentes da região; o comércio é feito em algumas casas construídas para êsse fim, e no meio da praça encontra-se o açougue, onde é vendida a carne fresca nos dias de feira. A foto mostra a vila de Pereiro, no município de Santaluz, cujos habitantes, na sua maioria, possuem propriedades nas redondezas. A povoação data de 17 anos.



Fig. 28 — Aglomerações no seu estado elementar: Vai dos Bois, em Cansanção.



Fig. 29 — Aglomeração no segundo estágio: Pereiro, em Santaluz. No largo central encontra-se o açougue, à direita, algumas lojas, e à esquerda, a igreja.

Mas o *habitat* disperso faz igualmente parte da paisagem sisaleira, apesar de sua menor frequência; êle é formado por cabanas cobertas de fôlhas de sisal, habitadas por proprietários de minifúndios ou por trabalhadores temporários e por casas de tijolos, compostas de uma só peça que abrigam, durante a semana de trabalho, a mão-de-obra sisaleira das grandes lavouras.

14. AS CONSEQÜÊNCIAS DEMOGRÁFICAS

A cultura do sisal teve duas conseqüências importantes do ponto de vista demográfico: 1) a fixação do homem à terra; 2) a atração de mão-de-obra ocasional vinda de outros Estados do Nordeste do Brasil.

Em tôda a região a instabilidade da população era forte. Quando as chuvas faltavam e que não havia colheita de cereais, era a penúria; famílias inteiras partiam para as cidades, onde procuravam trabalho durante as longas sêcas. Alguns habitantes de Serrinha lembram-se de muitos, do atual município de Valente, que por ali passavam a pé, algumas vêzes pedindo pão.

O êxodo constituía um problema importante, pois até lá o elemento masculino partia para trabalhar nos estabelecimentos de cacau no sul da Bahia e, principalmente, para as indústrias de São Paulo, as quais tiveram grande expansão após a Segunda Guerra Mundial. Certas pessoas influentes da região uniram-se à administração e às emprêsas comerciais para a instalação de novas lavouras. Assim nasceu, por exemplo, a região sisaleira de Jacobina (Várzea Nova), onde o pastor OTACÍLIO ALCÂNTARA introduziu o sisal, em 1944 * para reduzir a partida de jovens para São Paulo.

14.1 *População semi-estável*

Os dados dos recenseamentos de 1940 e 1960 mostram considerável aumento da população na área estudada. Nesse período, o número de habitantes passou de 382 013 a 579 830. Assim, a densidade que era, em 1940, de 7,50 hab/km², indicando uma fraca ocupação do solo em região de pecuária, passou a 11,54 hab/km², em 1960, ou seja, um aumento de 51,78% (Anexo XVI) superior àquela do Estado que de 7,15 passou a 10,70 hab/km². Êsse crescimento demográfico da região foi devido, não só ao crescimento natural, como também à imigração proveniente de outros Estados do Nordeste, apesar de ocorrer uma emigração dirigida para o Sul do Brasil.

A população total aumentou de 51,78%, correspondendo os maiores valores a Euclides da Cunha (95,73%), Nova Soure (92,74%), R. Jacuípe (78,37%), Queimadas (74,57%) e Conceição do Coité (72,23%) (Anexo XVII).

* Mas o grande desenvolvimento na região de Várzea Nova data de 1960, com financiamentos bancários para a instalação de lavouras de sisal.

REPARTIÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL-1965

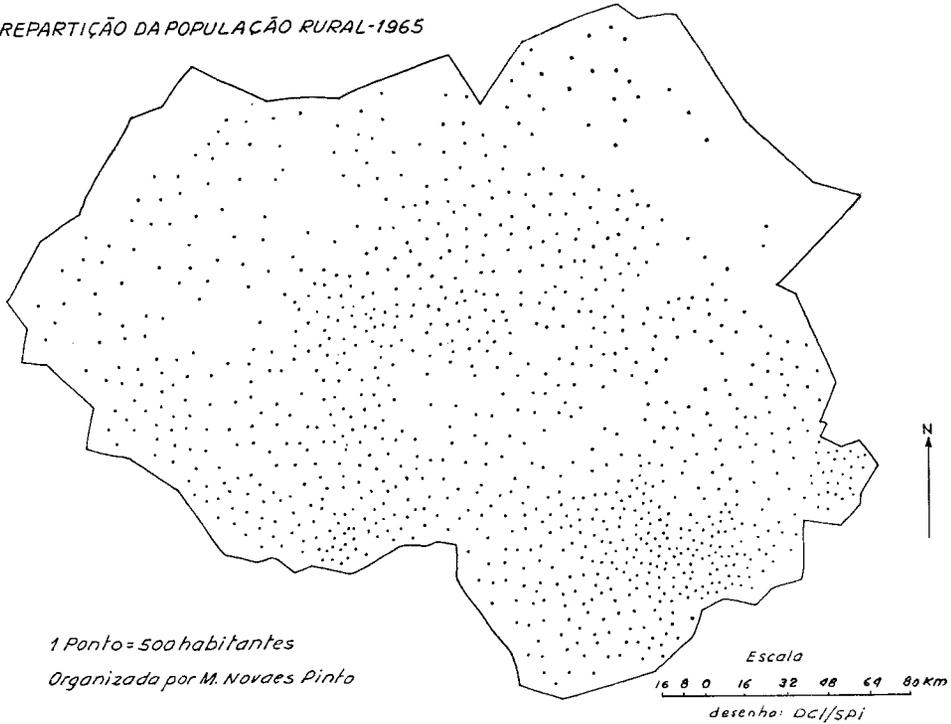


Fig. 30

A figura 30 mostra uma concentração da população regional em 3 núcleos. O primeiro corresponde ao município de N. Soure que, como já vimos na Primeira Parte, tem condições ecológicas diferentes do conjunto regional, mas que dêle faz parte, em virtude da grande lavoura do Estado, de onde saíram as sementes que constituíram a *região sisaleira*.

O segundo grupo compreende os municípios de Ichu, Serrinha, Biringas, Teofilândia, C. Coité, Retirolândia e Valente, que se situam em uma zona onde o desenvolvimento sisaleiro é associado a um clima de transição, correspondendo ao limite sul desse conjunto. Enfim, o terceiro grupo é formado pelos municípios da encosta da Chapada Diamantina.

Em direção ao norte e oeste da região estudada a dispersão populacional acentua-se. É necessário sublinhar ainda as pequenas concentrações correspondendo a pequenas áreas, resultantes de desmembramentos recentes.

A ausência de dados estatísticos não permite o estudo analítico da variação dessa população. No recenseamento de 1960 (cuja publicação foi parcial) não existem dados de elementos que seriam indispensáveis a essa análise, ou seja, do *crescimento natural* e do *movimento migratório intrarregional*, bem significativos na região.

A respeito do *crescimento natural* sabe-se como a natalidade é importante na região, bem como a *mortalidade infantil*. Para 1960, o

Serviço de Estatística registra mais ou menos 669 falecimentos de crianças de idade inferior a 1 ano, para as sedes municipais da região, ou seja, 5,08% desses falecimentos para o Estado da Bahia (anexo XIX). Constata-se que os valores mais elevados correspondem às cidades de Jacobina (90), Senhor do Bonfim (89) e Serrinha (80), que possuem mais de 10 000 habitantes. A situação é mais grave para as cidades de E. Cunha (72) e R. Jacuípe (67) em relação à sua população, que é de 4 516 e 2 803, respectivamente.

Em uma família o número normal de crianças vivas varia de 6 a 15, sendo rara aquela de 2 ou 3 crianças. É raro, igualmente, encontrarem-se famílias onde alguma criança não tenha morrido nos primeiros anos de vida.

Essas famílias, tão numerosas, constituem grave problema para a região. É uma geração que se desenvolve sem perspectivas de futuro, porque à juventude falta educação e terras onde venha a se fixar. Seria necessária a existência de grandes propriedades para permitir o esfacelamento por herança; mas, em geral, essas famílias têm uma área que permite apenas e mal a sua subsistência. Os raros jovens que fazem estudos secundários partem para o Rio de Janeiro, São Paulo ou Salvador, onde se fixam. Para aqueles que ficam não há grandes ilusões. O resultado é a preparação constante de uma mão-de-obra que a região não pode empregar e, assim, envia-a às grandes cidades, únicas fontes de trabalho.

14.2 Mão-de-obra flutuante

Uma outra conseqüência demográfica é a instabilidade da mão-de-obra flutuante, encorajada pelo sistema de pagamento por produção, que é aquele da lavoura sisaleira. Essa mão-de-obra é repartida por várias tarefas nas lavouras, onde o pagamento é feito por quilo produzido; ou então trabalha nos *armazéns* onde a fibra é beneficiada. Nos *armazéns* o pagamento por produção é feito a partir do salário-mínimo regional (NCr\$ 39,60 por mês) com variações locais.

Nas lavouras as tarefas são as seguintes, com seu valor por quilo produzido (em 1966) e a produção média de 200 quilos por semana:

| OCUPAÇÃO | Tarefas | Valor/kg produzido (NCr\$) |
|---------------------|--|----------------------------|
| 1 — maquinista..... | Preparo da fibra | 0,008 |
| 2 — cortador..... | Corte das folhas | 0,007 |
| 3 — carregador..... | Transporte da fibra no dorso de muarems em direção à usina | 0,006 |
| 4 — resideiro..... | Retirada do resíduo das imediações do motor | 0,005 |
| 5 — campista..... | Colocação das fibras verdes e úmidas nos secadores | 0,002 a 0,003 |

Essas tarefas são exercidas por adultos e também por crianças. Nos armazéns encontram-se freqüentemente crianças de 7 e 8 anos, que aí trabalham com um lenço sôbre o rosto devido a poeira; seu trabalho consiste sobretudo em varrer o depósito.

Os dados do recenseamento de 1960 mostram que a porcentagem de menores de 14 anos exercendo atividades temporárias é a seguinte:

| MUNICÍPIOS | Meninos (%) | Meninas (%) |
|-----------------|-------------|-------------|
| Valente..... | 2,75 | 2,08 |
| R. Jacuípe..... | 2,57 | 1,75 |
| C. Coité..... | 2,49 | 1,07 |
| M. Santo..... | 1,34 | 0,41 |
| Santaluz..... | 1,18 | 0,78 |
| Jacobina..... | 1,00 | 2,65 |
| M. Calmon..... | 0,70 | 0,28 |
| C. Formoso..... | 0,62 | 1,85 |
| Serrinha..... | 0,47 | 1,08 |
| E. Cunha..... | 0,43 | 0,66 |
| Saúde..... | 0,34 | 1,00 |
| Tucano..... | 0,24 | 0,51 |
| Cansação..... | 0,17 | 0,04 |
| Pindobaçu..... | 0,16 | 0,94 |
| Nova Soure..... | 0,16 | 0,35 |
| Itiúba..... | 0,13 | 0,26 |
| Jaguarari..... | 0,06 | 0,06 |
| S. Bonfim..... | — | 0,39 |

A simples observação dêsses dados permite constatar que os valores mais elevados correspondem aos municípios de mais intensa atividade do sisal. As crianças também fazem parte da estrutura sisaleira.

Os adultos encontram trabalho nas lavouras e nos armazéns. Nesses últimos, as tarefas mais pesadas são desempenhadas pelos homens, tais o beneficiamento da fibra nas bateadeiras* e o preparo de embalagens que vão de 100 a 300 quilos.

A mão-de-obra sisaleira é constituída por pessoas da região, mas também por imigrantes vindos dos Estados da Paraíba, Pernambuco, Ceará e em menores proporções, dos Estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe. Êsses imigrantes constituem duas correntes: uma, proveniente da região sisaleira da Paraíba, após o desemprego resultante da introdução da máquina tipo Schmidt Corona (automática) para o preparo da fibra;** outra constituída por imigrantes temporários, que saem da sua região durante as sêcas para retornar quando chegam as chuvas.

* bateadeira — máquina semelhante àquela da usina, que tem por fim beneficiar a fibra para exportação.

** A máquina Schmidt Corona foi introduzida na Paraíba em uma época que não me foi possível fixar; talvez tenha sido entre o fim da década de 50 e início da de 60.



Fig. 31 — *Trabalhadores do sisal em uma lavoura.*

A primeira corrente é, pois, formada por trabalhadores especializados, que não aceitam outra espécie de atividade que aquela do sisal, devido ao pagamento por produção, que permite maior liberdade de horário e também porque o trabalho do sisal não permite mais o retorno a outras tarefas. Vários trabalhadores disseram-me que desde que passaram a trabalhar nos motores ou a cortar as fibras, as mãos não possuem mais condições para segurar a enxada ou o ancinho; tal deformação manual e mesmo mental talvez possa ser explicada pelo vício da bebida alcoólica, muito difundido entre os trabalhadores rurais.

Esses trabalhadores especializados não têm nenhuma ligação com o patrão e assim mudam facilmente de lavouras, por uma oferta de aumento de preço, algumas vezes insignificantes, como poucos centavos por quilo de folha preparada. No momento da pesquisa de campo havia dificuldade de mão-de-obra em toda a região.

Os imigrantes temporários constituem a melhor mão-de-obra aos olhos dos cultivadores, devido ao seu baixo preço. Eles preferem as grandes lavouras de C. Coité, Valente, Santaluz e Jacobina, que lhes pagam a metade do preço normal, mas oferecem a vantagem do alojamento. Dêse modo a mão-de-obra especializada de C. Coité, Valente e Santaluz procura trabalho nas lavouras de R. Jacuípe e M. Santo.

Em algumas áreas a mão-de-obra é local, como acontece no município de M. Santo. Entretanto, os desempregados da grande lavoura do Estado, em Nova Soure, dirigem-se a Araci, Tucano e C. Coité, à procura de trabalho, enquanto mulheres e filhos continuam na fazenda aban-



Fig. 32 — *Campo abandonado da grande lavoura do Estado, no município de Nova Soure.*

donada, aguardando que o chefe da família se instale e mande buscá-los. O mesmo fato ocorre com os imigrantes de vários municípios da própria região estudada. Assim, os movimentos interiores afetam, às vezes, famílias inteiras à procura de trabalho.

15. AS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS: A AUSÊNCIA DE ESTATUTO PARA O TRABALHADOR RURAL, O MAIS GRAVE DOS PROBLEMAS

O desenvolvimento sisaleiro permitiu a melhora da situação social da região. Numerosas escolas rurais foram abertas nesses últimos anos, e escolas secundárias começam a ser instaladas em várias cidades.

A assistência técnica de higiene e de economia doméstica ao cultivador e sua família é feita pelo Serviço de Extensão Rural da ANCARBA (Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural da Bahia), que possui setores localizados em Serrinha, C. Coité, Valente e Santaluz, e irradiam sua ação sobre a zona rural desses municípios. Há médicos nas cidades mais desenvolvidas, tais como C. Coité, Valente, Santaluz e Senhor do Bonfim. Entretanto, na zona rural, a mentalidade não mudou muito; os medicamentos preferidos são sempre de ervas medicinais e os médicos são chamados para os casos graves e mesmo assim no último instante; as parteiras são chamadas de preferência por questões de hábito. *

* Em C. Coité visitei uma família onde o parto foi feito por uma parteira cega, de muita fama na região.

O serviço de profilaxia é realizado pelo Estado nos setores do Serviço de Endemias Rurais, sediadas em Serrinha e Senhor do Bonfim, com influência em toda a região. Seu objetivo é combater a peste bubônica, o tracoma, os vermes intestinais, a xistossomose e o kala-azar que estão em vias de desaparecer. *

Mas a assistência social não atingiu ainda o trabalhador do sisal; ele não tem nenhuma garantia; ganha por tarefa e se fica doente não recebe nenhum pagamento. Para o *maquinista* a situação é ainda pior: apesar da obrigação de fazer seguro de acidente para os motores, os proprietários não o fazem. Em caso de acidente, se o motor é segurado o trabalhador recebe uma indenização, se não ele nada recebe; e o maquinista perde sua mão e, algumas vezes, grande parte do braço.

Os exemplos de homens mutilados por acidente pelo motor ou pela bateadeira são numerosos. Existem casos em que ao mutilado não resta outra solução que apelar para a caridade pública.

16. MONOGRAFIAS DE LAVOURAS

Os inquéritos nos diversos estabelecimentos agrícolas foram feitos a partir do questionário anexo. Das pessoas entrevistadas, responsáveis pelas lavouras, dois terços declararam-se proprietários e o terço restante como administrador. Em geral são todos da região e instalaram-se por compra ou então por herança, tendo o pai adquirido a terra de grandes proprietários. Os mais idosos beneficiaram-se de uma lei de 1917 que facilitava a compra aos ocupantes das terras inexploradas.

A metade das pessoas que respondeu ao questionário exerce outras atividades ao lado da agricultura, principalmente a comercialização da fibra. As culturas de subsistência são feitas pelo lavrador e sua família, e a cultura do sisal por trabalhadores temporários. Mas há casos em que a cultura do sisal é feita em estabelecimentos de *faire-valoir* direto; o corte e o preparo da fibra são feitos por contrato verbal com um proprietário de motor, o qual, tendo trabalhadores, encarrega-se também da comercialização do produto, com direito a 75% da produção.

Apenas os grandes lavradores, ao mesmo tempo exportadores, responderam que faziam contabilidade. Todos os outros não fazem controle de suas lavouras; assim, em geral, não respondiam sobre o rendimento da produção.

16.1 *Exemplo de um minifúndio em Serrinha (11/10/66)*

Pequena lavoura com 8 tarefas, ou seja, 3,40 ha, localizada no distrito sisaleiro de Barrocas. Seu proprietário, de côr branca (sua mulher

* A peste bubônica espalhou-se na região a partir de 1961, em estreita relação com a extensão das lavouras do sisal. Ela é transmitida pela pulga das preás, as quais habitam sob as folhas do sisal. A pulga pode transmitir-se ao homem de 2 maneiras: contato accidental do trabalhador (tendo os pés descalços), ou então, no momento da caçada ao animal ou de sua preparação na cozinha. Dois dias são suficientes para matar a pessoa atingida, se ela não recebe os cuidados necessários.

também) tem mais ou menos 30 anos; possui 6 filhos (3 morreram na infância). Ele nasceu na propriedade que posteriormente recebeu como herança de seu pai.

Há 9 anos possui pequena lavoura de sisal. Antes cultivava apenas milho, feijão e mandioca, que mantém ainda em associação com o sisal para a subsistência da família. A produção da fibra é fraca e como não possui motor, paga NCr\$ 0,12 por quilo para o corte e o preparo da fibra. Tem uma renda de NCr\$ 0,04 por quilo.

A fim de manter sua família, êle associa a sua atividade de agricultor com a de pequeno negociante, utilizando uma das peças de sua casa como loja de alimentação. Já seu pai, além de agricultor, trabalhava como pedreiro, pintor de paredes ou em outros pequenos serviços.

16.2 *Exemplo de um lavrador com duas propriedades em C. Coité (13/10/66)*

Êsse é um caso muito comum na região. Uma propriedade tem 70 tarefas (30,45 ha), sendo 40 tarefas (18,42 ha) em sisal e o restante em caatinga; e outra propriedade possui 44 tarefas (19,16 ha) com 8 tarefas (3,48 ha) em mandioca e o restante em tabuleiro; essa última foi adquirida há 3 anos. As duas propriedades localizam-se no mesmo município, e são registradas em cartório, uma em seu nome e outra em nome de sua espôsa. Possui ainda uma casa na cidade, a fim de facilitar o estudo dos seus filhos que são 12, dos quais 7 rapazes (outros 4 morreram em criança).

A lavoura do sisal é feita depois de 5 anos, e possui a propriedade há 20 anos; antes era ocupada por pastagem natural e culturas de milho, feijão e mandioca; o sisal substituiu as culturas de subsistência, e algum gado vive ainda na caatinga. O rendimento da fibra do sisal é fraco, porém êle possui motor e um contrato com trabalhadores temporários para o corte e o preparo das fibras; êsse trabalho é feito de preferência no fim do ano, antes das chuvas que impedem a rápida secagem das fibras. Vende sua produção a um armazém da cidade de C. Coité.

16.3 *Exemplo de uma grande propriedade em Valente (16/10/66)*

Estabelecimento agrícola de mais ou menos 1.000 tarefas (435,6 ha) tendo 300 tarefas (130,68 ha) em pastagem, 100 tarefas (43,56 ha) em sisal e 5 tarefas (2,18 ha) com novas culturas da palma forrageira para o gado. Seu proprietário, de côr branca, tem 11 filhos, dos quais 7 maiores de 18 anos. Há 15 anos está no estabelecimento, tendo vindo de R. Jacuípe. Das 1.000 tarefas 40 são ocupadas por 20 famílias que lhe pagam aluguel e trabalham nas lavouras vizinhas. Êle está à frente do estabelecimento, e sua família possui um hotel na cidade de Valente, administrado pela espôsa e filhas.

16.4 *Exemplo de uma grande propriedade em Santaluz (21/10/66)*

Propriedade agropastoril de 4 000 ha (não se fala em tarefa, pois seu proprietário é evoluído) é o maior estabelecimento da região em superfície contínua. Possui 4 açudes, 2 tratores e 22 motores para o preparo da fibra. Cerca de 2 150 ha são em sisal (4 500 000 plantas), 17,42 ha em palma forrageira para o gado, e o restante em pastagem natural e caatinga. Existe alojamentos para 100 trabalhadores, e acredita que uma média de 110 pessoas da zona rural e da cidade vêm aí trabalhar.

Seu proprietário é também exportador. Assim a fibra é beneficiada, embalada e comercializada sem intermediários. A produção varia de 22 a 25 toneladas por semana, durante o período de corte. A produção anual atinge 800 ton.

A época da pesquisa, o proprietário em causa era também prefeito, realizando uma profícua administração naquele município.

17. CONCLUSÃO: AS NECESSIDADES DE UMA IMEDIATA REESTRUTURAÇÃO REGIONAL

Entre as conseqüências do desenvolvimento sisaleiro há umas de caráter positivo, enquanto outras representam as desvantagens desse mesmo desenvolvimento. No primeiro caso encontram-se a fixação do homem à terra, graças à possibilidade de aquisição de uma propriedade e a introdução da assistência médico-sanitária, que permite uma transformação dos costumes.

Entretanto, as conseqüências negativas são mais numerosas: àquela mais grave do meio físico, que é a "imobilidade" da terra por grandes áreas, cujo rendimento torna-se cada vez mais fraco, juntam-se outras de caráter humano, que é o crescimento demográfico natural e uma elevada taxa de imigração.

Nessas condições, a região vê seu futuro ameaçado não só pela "sobrecarga" do sisal mas também pela "sobrecarga" do elemento humano. A educação faz apenas seus ensaios, o que não dá boas perspectivas à geração autóctona. E se a essa geração juntam-se os excedentes de uma população móvel, igualmente sem instrução, os problemas tornam-se mais sérios.

Enfim, a ausência de garantias do trabalhador temporário agrava o problema, já real, da instabilidade da mão-de-obra, ainda mais que a cultura sisaleira, como é praticada atualmente, formará elevado número de mutilados, com a conseqüente ameaça de mendicância e desemprego, terrivelmente perigosos ao futuro do País.

A necessidade de uma reestruturação regional é um fato. Essa é uma tarefa difícil que depende da atenção dos poderes públicos, os únicos capazes de efetuar uma renovação das estruturas fundiárias e sociais da região.

AS NOVAS ESTRUTURAS REGIONAIS

O preparo da fibra do sisal para a comercialização criou, na área estudada, novas estruturas, que se evidenciam por um desenvolvimento da urbanização e abertura de vias de comunicação que facilitam as relações humanas.

18. AS EXIGÊNCIAS DO PREPARO DA FIBRA DO SISAL E SUA COMERCIALIZAÇÃO

18.1 *A importância dos armazéns*

O preparo da fibra começa na lavoura; em seguida sofre um processo de beneficiamento realizado nos *armazéns*, cada vez mais numerosos, que se localizam nas cidades ou nas vilas da zona sisaleira. Existem também *depósitos*, onde se faz o comércio da fibra bruta.

Nos armazéns as fibras são selecionadas em feixes homogêneos, as “bonecas”, a fim de facilitar sua introdução nas máquinas chamadas batedeiras; as fibras recebem uma espécie de escovadela, a “batida”, e tornam-se macias, lisas e livres de poeira; cada batedeira pode beneficiar 1 500 quilos de fibra por dia à base de 8 horas de trabalho. Uma nova seleção das fibras é feita, após o que são embaladas; em seguida as embalagens são classificadas e identificadas (cada prensa pode preparar por dia 15 a 20 embalagens) para, enfim, serem transportadas a Salvador para exportação.

Os armazéns e os depósitos são de propriedade dos agentes das firmas exportadoras ou de intermediários que são, na maioria das vezes, comerciantes influentes na região. Há armazéns que são também depó-

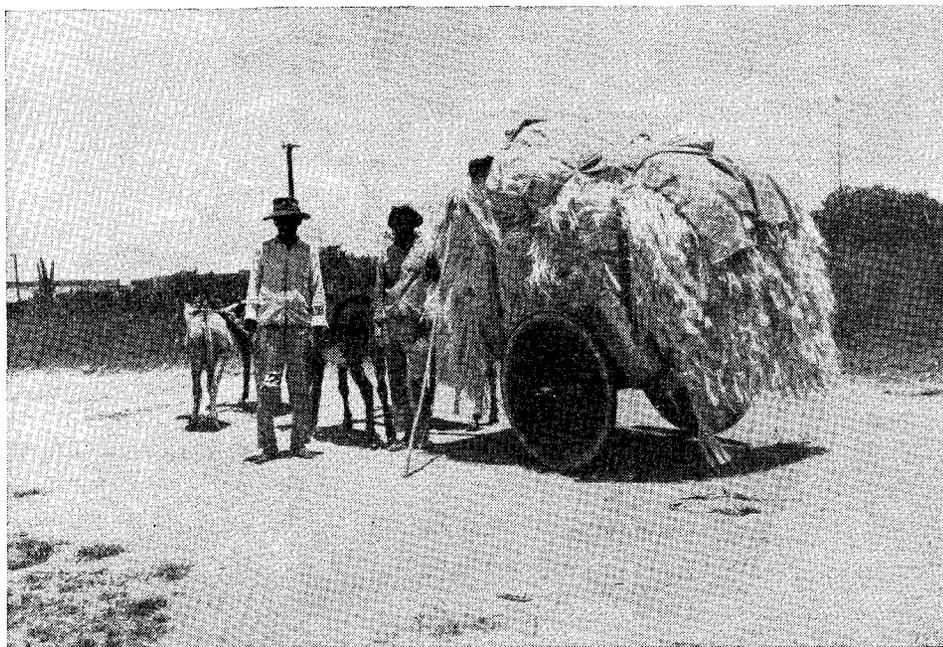


Fig. 33 — Transporte de fibra da lavoura ao armazém.

sitos e comercializam igualmente a fibra bruta, que é enviada a São Paulo e Salvador para o beneficiamento, a fim de ser exportada. O *refugo* é vendido às indústrias locais, de São Paulo, Rio de Janeiro e outros Estados.

A mão-de-obra dos armazéns é de origem local, muito numerosa (entre 30 e 100 trabalhadores segundo a capacidade dos armazéns) e não especializada. Há numerosas mulheres e também crianças; os homens encarregam-se do trabalho nas bateadeiras e na prensa para o preparo de embalagens. O pagamento é proporcional à produção e em alguns armazéns os trabalhadores têm direito a salário-família.

18.2 A Comercialização e seus problemas

A comercialização da fibra é feita na região, em outras cidades, tais como Juazeiro, Feira de Santana e Salvador. Na região estudada ela é feita pelos agentes (oficiais e oficiosos) das firmas exportadoras, ou por verdadeiros intermediários. As firmas exportadoras mais importantes são as seguintes:

| <i>Firmas</i> | <i>Sedes</i> |
|--|---------------|
| Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro — SANBRÁ | Salvador |
| Luís Campelo & Cia. Ltda. | ” |
| Teócrita Calixto Com. e Ind. Sisal Ltda. | ” |
| Sisalbrás S. A. | ” |
| Exp. Sisalba Ltda. | ” |
| Sociedade Continental de Fibras “Brasil” Ltda. | ” |
| Brandão Filho Exp. Imp. Resp. S. A. | ” |
| Exp. Queiroz Ltda. | ” |
| Moreira Irmãos & Cia. Ltda. | ” |
| Exportadora Coelho S. A. | Petrolina |
| João Miranda | Salvador |
| B. Oliveira & Cia. Ltda. | ” |
| Mineróleo do Brasil Ltda. | ” |
| Nilton Oliveira & Cia. Ltda. | F. de Santana |
| J. Bandeira S. A. | Salvador |
| J. Gracindo S. A. | ” |
| Bahiana Sisal Ind. Com. S. A. | ” |
| Cassiano Marques S. A. | ” |
| Viana Braga S. A. | ” |
| Exp. João César | Juazeiro |

Salvo para as agências oficiais na região, os armazéns funcionam como agências, mas em verdade são verdadeiros intermediários que fazem a transação entre o produtor e o exportador. Outras espécies de intermediários existem ainda: são aqueles que, tendo um caminhão, compram a fibra bruta diretamente nas lavouras para revendê-la aos armazéns. Em Jacobina esse tipo de intermediário é chamado *fiscador*.

Em geral os agentes fazem empréstimos para serem pagos com a produção; entretanto, algumas vezes, à época do vencimento, o cultivador não possui a quantidade contratada, então êle a procura em outras lavouras. Após o cumprimento do seu contrato êste intermediário desaparece.

O produto é vendido na própria lavoura, seja a intermediários ocasionais, seja a intermediários efetivos. O transporte é pago pelo produtor ou então pelo comprador. Mas é normal que o próprio cultivador prepare a fibra durante a semana e a faça transportar aos armazéns, no sábado, ocasião em que êle “presta contas”. Nesse momento recebe o valor da sua produção ou paga uma parte do seu débito.

Assim apresenta-se, para os produtores, o *problema do intermediário*, que é responsável pela diferença que existe entre o preço na fonte da produção e o preço do curso da Bôlsa para os tipos de fibra do sisal. Acrescenta-se também o problema da classificação da fibra, que é feita pelo comprador sem qualquer contrôle oficial.

18.3 Os “centros de concentração” da fibra do sisal e os mercados consumidores

A maior parte dos intermediários envia as fibras diretamente aos agentes de Salvador ou São Paulo. Entretanto, há na região cidades que fazem o papel de entreposto, pois são verdadeiros “centros de concentração” da fibra. (Fig. 34)

CENTROS DE CONCENTRAÇÃO REGIONAL
E DESTINO DA FIBRA DE SISAL - 1965
(excluindo SALVADOR)

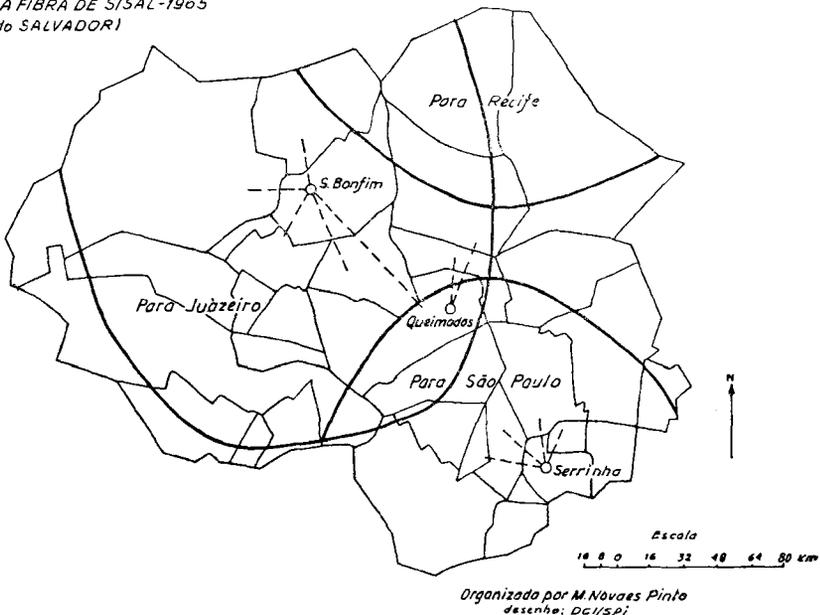


Fig. 34

Baseado nos recibos de pagamento de impostos ao Estado * constata-se a presença de três “centros de concentração” que são Serrinha, Queimadas e Senhor do Bonfim, privilegiados pela presença de agentes oficiais de firmas exportadoras; essas 3 cidades têm também a vantagem de serem bem servidas pelas vias de comunicação. A cidade de Serrinha, situada ao sul da *região sisaleira* *pròpriamente dita*, é o cruzamento rodoviário mais importante da região; possui também uma estação de estrada de ferro e é favorecida pela proximidade de Salvador.

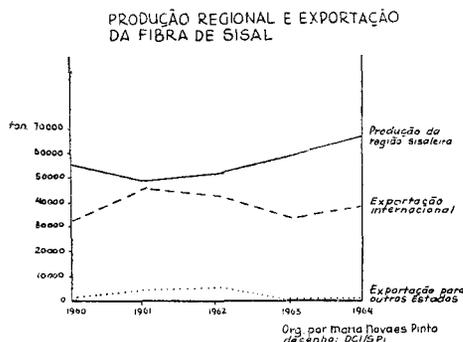


Fig. 35

A maior parte da produção da fibra de sisal é exportada, como se pode observar no gráfico anexo — Fig. 35 — para o período 1960-64. * A exportação internacional corresponde a 59,28% da produção regional em 1960; 96,58% em 1961; 83,74% em 1962; 58,30% em 1963 e 58,77% em 1964. O valor em US\$ é o seguinte:

| | | | |
|-------------|-----------|-------------|------------|
| 1960 — US\$ | 7 262 463 | 1963 — US\$ | 10 504 123 |
| 1961 — | 9 385 398 | 1964 — | 11 895 107 |
| 1962 — | 8 444 286 | | |

Os principais compradores são a Alemanha Ocidental, os Estados Unidos, a Polônia, os Países Baixos, a Iugoslávia e a Checoslováquia. Os compradores mais recentes são a China Popular, a Alemanha Oriental e a Rússia. O gráfico — Fig. 36 — mostra os maiores compradores da fibra do sisal durante o período 1960-1964.

A bucha é também exportada, como atestam os dados do DEE para o ano 1964:

| | | |
|--------------------|--------------|----------------|
| Estados Unidos | — 2 838 ton. | — US\$ 559 746 |
| Canadá | — 100 | 19 232 |
| Portugal | 97 | 18 307 |
| Alemanha Ocidental | — 10 | 2 079 |
| Itália | — 10 | 1 911 |

No Brasil, a fibra do sisal da Bahia é vendida a vários Estados. Pode observar-se no quadro (anexo XX) a inclusão de outros estados do nordeste mais próximos do centro sisaleiro da Paraíba e em outros, onde a cultura do sisal se desenvolve nestes últimos anos, como Pernambuco, Sergipe, Rio G. do Norte, Ceará, Piauí. Também se constata a redução da compra, por vários estados, no ano 1965, em plena crise.

* Consulta aos recibos do Imposto de Vendas e Consignações referente à fibra do sisal, na Divisão de Arrecadação do Departamento de Receitas da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

** Dados do Departamento de Estatística do Estado (DEE).

PRINCIPAIS PAÍSES COMPRADORES DA FIBRA DE SISAL

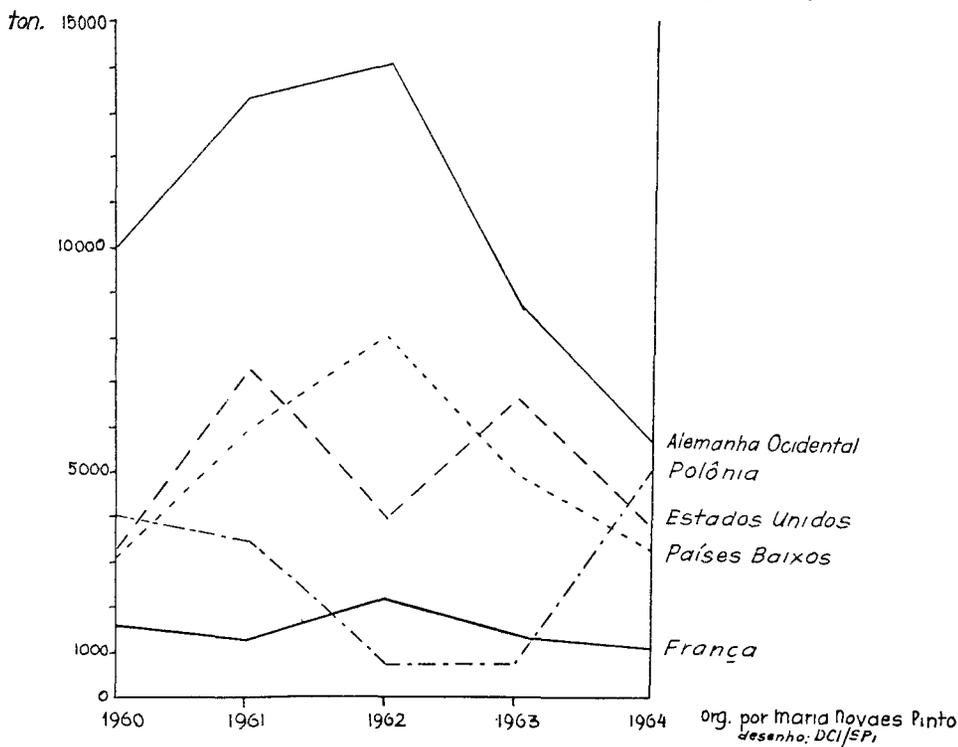


Fig. 36

Igualmente os maiores compradores de bucha são os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Guanabara, como mostram os dados anexos (DEE) (anexo XX).

As mais importantes empresas brasileiras compradoras da fibra e da bucha do sisal da Bahia são as de São Paulo, para a preparação de escovas, cordas, tapetes e sandálias; são as firmas seguintes:

- Indústrias P. Maggi S. A.
- Fábrica de Escovas Florença S. A.
- Fiação e Cordoaria Giusti S. A.
- Indústria de Tapetes Corvelo Ltda.
- Fibratex Comércio e Indústria
- H. Indiani & Cia. Ltda.
- São Paulo Alpargatas
- Indústria de Tapetes Cerello Ltda.
- Escovas Rotativa Ltda.

O transporte do sisal é feito principalmente por caminhão, a não ser de uma parte da produção que é enviada a Salvador e Juazeiro por estrada de ferro. Mas a preferência pela rodovia é evidente, em virtude da rapidez e das taxas menos elevadas que a estrada de ferro, em razão do seu volume, já que as embalagens do sisal são leves, apesar de ocupar mais espaço. Há também a vantagem de fazer o transporte desde a origem até os depósitos de destino.

As estações de estrada de ferro, onde o tráfego do sisal é o mais importante, são Jacobina, Santaluz e Queimadas. Durante os anos de 1964, 1965 e 1966 o tráfego na região estudada é o seguinte: *

Tráfego por estrada de ferro (quilo) partindo da região

| | 1964 | 1965 | 1966 |
|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Jacobina | 1 819 500 | 2 899 000 | 4 357 530 |
| Queimadas | 1 110 060 | 2 325 701 | 1 112 571 |
| Santaluz | 1 027 900 | 2 929 734 | 540 522 |
| Itiúba | 951 191 | 45 260 | 263 800 |
| M. Calmon | 28 550 | 63 800 | 6 200 |
| Saúde | 14 500 | — | — |
| Serrinha | 6 220 | 2 873 | 73 016 |
| C. Coité | 1 550 | 590 | 2 944 |
| S. Bonfim | 380 | 324 490 | 25 720 |
| Total | 4 959 851 | 8 591 448 | 5 382 303 |

A vantagem do tráfego rodoviário é, então, evidente sôbre o tráfego ferroviário, para a fibra do sisal. Tomemos o exemplo do ano 1965: a produção regional foi de 70 047 ton. e apenas 8 591 ton. foram expedidas por estrada de ferro, ou seja 12,26% da produção.

19. O ESTABELECIMENTO DAS VIAS DE COMUNICAÇÃO

Até 1950 as comunicações da região com o exterior faziam-se pelos antigos caminhos de gado, preferidos pelas tropas, mas elas se faziam também pela estrada de ferro.

A via férrea foi construída no fim do século XIX, com o objetivo de estabelecer a ligação entre Salvador e Juazeiro, na época, importante vila à margem do rio São Francisco. Uma ramificação da via férrea cortava a região no sentido SE-NW, enquanto uma outra seguia o rebordo da Chapada Diamantina. As duas ramificações uniam-se em Senhor do Bonfim, de onde partia o prolongamento em direção a Juazeiro. Compreende-se bem a importância da cidade de Senhor do Bonfim, constatada no ano de 1940.

Com correspondência, a região liga-se ao nordeste e ao sul do país pela estrada de ferro. Mas as necessidades econômicas condicionaram a abertura de estradas, a fim de permitir o escoamento da produção brasileira. (Fig. 37)

Em 1959 um tronco rodoviário que ia de Serrinha a C. Coité foi pôsto em circulação. De C. Coité até Santaluz, a rodovia era ainda utilizada por carroças e o tronco Santaluz-Queimadas estava em construção. De Queimadas a Itiúba havia, como ainda hoje, duas estradas, uma das quais utilizada por carroças. O traçado para Valente foi construído mais tarde, mais ou menos em 1964.

* Dados da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro. Para o ano de 1964 os dados são a partir do mês de março.

CIRCULAÇÃO

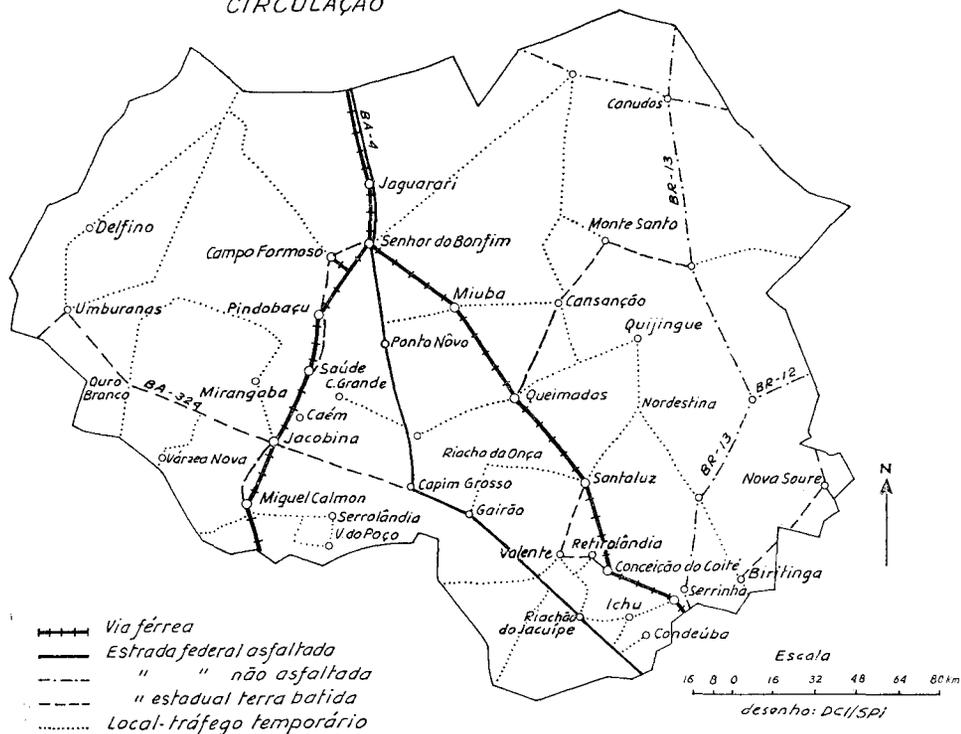


Fig. 37

Nesse mesmo ano (1959) já havia um grande tráfego de sisal por carroças e por caminhão entre os municípios sisaleiros, principalmente de Santaluz e C. Coité para Serrinha. * Para isso contribuíram a deficiência do transporte ferroviário regional e o aumento da produção da fibra do sisal.

O tráfego rodoviário para Salvador e São Paulo tornou-se cada vez mais intenso. Alguns lavradores compraram caminhões, e eles próprios encarregavam-se do transporte e da comercialização da fibra nos centros citados, ou então negociavam na região encarregando-se do transporte. Por outro lado caminhões vindos do sul do Brasil para a região sisaleira, daí retornavam carregados de fibra para vendê-la em São Paulo e Rio de Janeiro.

Para evitar o prejuízo de ida “a seco”, os transportadores de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, ocupavam os seus caminhões com mercadorias de toda espécie (utilidades domésticas) para serem vendidas na região sisaleira. A venda desses produtos, antes desconhecidos dos habitantes, acelerou a transformação social dessa região.

Novas estradas são abertas e outras melhoradas nos últimos anos, o que permite as relações fáceis e rápidas com todo o país.

A nova estrada estadual posta em circulação no ano passado (início 1967), chamada Rodovia Lomanto Júnior (BA-4), liga Feira de Santana

* Declarações do Sr. CARLITO PROCÓPIO DE OLIVEIRA, funcionário do DERBA que, em 1959 estava encarregado da conservação do tronco rodoviário Serrinha-Conceição do Coité.

a Juazeiro, num percurso de 385 km; ela beneficia, no seu trajeto, entre outras, as aglomerações de Riachão do Jacuípe, Noventa, Gavião, Peixe, Capim Grosso, Pedras Altas, Ponto Novo, Barracas, Filadélfia, Lagarto, Senhor do Bonfim, Carrapichel, Estiva, Jaguarari, Itumirim, Flamengo e Massaroca, tôdas na região estudada.

Além de favorecer os municípios situados na borda dessa estrada, ela torna possível a abertura de outras, graças a ligações secundárias. Por outro lado, a Rodovia Lomanto Júnior isola as cidades da encosta da Chapada Diamantina, tais como Miguel Calmon, Jacobina, Caém, Saúde, Pindobaçu e Antônio Gonçalves, pois as estradas que as ligam não são asfaltadas, enquanto que a BA-4, asfaltada, percorre uma região pioneira.

Salvo a BA-4, tôdas as estradas da região estudada são em *terra batida*, mesmo a BR-13, chamada Transnordestina, que se dirige para Fortaleza, e a BR-12 que vai para Natal. Na época das chuvas, tôdas as estradas, em terra batida, transformam-se, algumas vêzes, em lamaçal, entrando a circulação.

Também numerosas estradas rudimentares são abertas para ligar a sede municipal a diferentes zonas do município. Elas permitem a passagem de carroças e de viaturas adaptadas às penosas condições que fazem com que essas estradas se apresentem, algumas vêzes, como verdadeiros caminhos vicinais alargados.

20. O ESBÔÇO DE UMA RÊDE URBANA

A região estudada apresenta uma rêde urbana, que será devidamente identificada a partir de pesquisas especiais que, entretanto, escapam ao objetivo dêste trabalho. A título de colaboração esclareço que essa rêde urbana encontra-se no estágio mais elementar, pois que tôdas as cidades possuem ainda uma função agrícola notável, pelas seguintes razões: a atividade essencial é a comercialização dos produtos agrícolas do município, como o sisal e a mamona; também uma grande parte da população urbana é constituída por agricultores que têm uma residência na sede municipal, a fim de facilitar os estudos de seus filhos. Os agricultores "urbanos" colocam-se ao lado dos comerciantes, dos profissionais liberais, dos empregados de comércio e de serviços, e dos trabalhadores agrícolas.

Acrescento ainda que essa *rêde* é definida pelas relações comerciais e intelectuais, pois que a *indústria* é rudimentar, baseada na preparação da fibra do sisal e de cordas, da fabricação de cestos e de móveis, tendo mão-de-obra essencialmente local. Das 125 indústrias regionais, tendo mais de 5 empregados, 99 dedicam-se ao beneficiamento da fibra e de cordas de sisal, que correspondem a 80% das indústrias (anexo XXI). Constata-se, igualmente, que as indústrias do sisal situam-se nos municípios do núcleo sisaleiro (C. Coité, Valente, Retirolândia, Santaluz) e também em outros, onde essa cultura é importante: Serrinha, Queimadas, M. Santo, Tucano, Jacobina, M. Calmon e N. Soure. Os

serviços existem em S. Bonfim, Jacobina, Serrinha e, em grau inferior, em algumas outras cidades; entretanto, a ausência de dados recentes (de 1960 e anos seguintes) não permitem o estudo da estrutura dos serviços para chegar a uma conclusão das relações entre as cidades da região.

Entretanto, é possível ter-se uma idéia de certos elementos responsáveis pela formação dessa rede urbana.

20.1 O crescimento da população urbana

Dêsse fato testemunham os dados estatísticos. Como já vimos, as culturas do sisal permitem o agrupamento do *habitat*, dando como conseqüência um desenvolvimento à maior parte das cidades da região.

De 1940 a 1960 * a variação da população urbana é remarcável, com um aumento de 143,04%, enquanto que o aumento da população, rural é de apenas 38,88%, como mostra o Anexo XXII. Para a maior parte dos municípios, o aumento da população rural foi menos importante que aquele da população urbana. Alguns dêles, tais como M. Calmon e S. Bonfim tiveram uma redução da população rural. Caso especial é o município de S. Bonfim que, em 1940, era a cidade mais populosa da região (7 213 habitantes) e que aumentou de apenas 8,22%, em virtude do desenvolvimento de outras cidades na região estudada.

Numerosas vilas desenvolveram-se depois de 1940, a ponto de tornarem-se sedes administrativas dos municípios criados com a subdivisão de outros dos quais faziam parte. Graças à produção e à comercialização do sisal pode citar-se Valente e Retirolândia, que constituíam sedes dos distritos dêsses nomes, desmembrados de C. Coité; é o mesmo caso para Araci, Teofilândia e Biritingas, destacados de Serrinha; Cansação de Monte Santo; Quijingue de Tucano. Outras novas cidades são Caém e Serrolândia, antigas vilas de Jacobina; Candéal e Ichu de Riachão do Jacuípe; Várzea do Poço de Miguel Calmon; Pindobaçu e Antônio Gonçalves de Campo Formoso e Mirangaba e Caldeirão Grande de Saúde. Assim, no lugar de 17 municípios, que constituem a região estudada, em 1940, existem 33, pela divisão administrativa de 1964.

Entre as vilas elevadas à categoria de sedes distritais em 1960, citam-se:

| <i>Municípios</i> | <i>Sedes distritais</i> |
|-------------------|---|
| Jacobina: | Itapiru São José do Jacuípe Várzea Nova |
| Serrinha: | Barrocas |
| Queimadas: | Nordestina |
| C. Coité: | Salgadália |
| E. Cunha: | Massacará |
| S. Bonfim: | Igara Tijuaçu |

* Dados dos recenseamentos, dos quais os de 1960 são ainda parciais.

A influência da atividade sisaleira para o desenvolvimento dessas aglomerações é bem evidente: Várzea Nova, por exemplo, é o centro da região sisaleira do município de Jacobina; Barrocas corresponde à região sisaleira de Serrinha, e Igara e Tijuacu àquela de Senhor do Bonfim. Salgadália em C. Coité e Nordestina em Queimadas, estão no núcleo sisaleiro.

Entre outras aglomerações, que se desenvolvem graças ao sisal, pode-se citar Quicé em Senhor do Bonfim, Ponto Novo em Caldeirão Grande e S. Domingos e Ouro Verde,* no município de Valente.

Em 1965 a população das 33 cidades sedes municipais constituíam 19,68% da população total da região (quadro abaixo). Pode-se observar os valores absolutos da população e a percentagem sobre a região, das cidades de Senhor do Bonfim, Jacobina e Serrinha, que os colocam à frente das demais. É necessário sublinhar que a noção de cidade na região é essencialmente estatística e legal mais que funcional. São considerados como cidades as sedes administrativas municipais:

População das cidades em 1965

| <i>Cidades</i> | <i>Valôres absolutos</i> | <i>% sobre a população</i> |
|----------------|--------------------------|----------------------------|
| S. Bonfim | 16 200 habts. | 14,19% |
| Jacobina | 13 531 | 11,85 |
| Serrinha | 13 000 | 11,38 |
| C. Coité | 5 600 | 4,90 |
| E. Cunha | 5 000 | 4,37 |
| M. Calmon | 4 916 | 4,30 |
| Tucano | 4 236 | 3,71 |
| Valente | 4 000 | 3,50 |
| Santaluz | 4 000 | 3,50 |
| C. Formoso | 3 766 | 3,29 |
| Queimadas | 3 600 | 3,15 |
| Itiúba | 2 254 | 2,85 |
| R. Jacuípe | 2 254 | 2,85 |
| Araci | 2 500 | 2,18 |
| C. Grande | 2 400 | 2,10 |
| Saúde | 2 200 | 1,92 |
| N. Soure | 2 045 | 1,79 |
| Jaguarari | 1 994 | 1,74 |
| M. Santo | 1 984 | 1,73 |
| Serrolândia | 1 810 | 1,58 |
| Pindobaçu | 1 800 | 1,57 |
| Uauá | 1 700 | 1,48 |
| Várzea do Poço | 1 600 | 1,40 |
| Cansanção | 1 555 | 1,36 |

* Ouro Verde — designação dada à aglomeração criada na região, na época em que o sisal era considerado o *ouro verde* pelos habitantes.

População das cidades em 1965

| Cidades | Valôres absolutos | % sôbre a população |
|----------------|-------------------|---------------------|
| Retirolândia | 1 500 | 1,31 |
| Caém | 1 374 | 1,20 |
| Ant. Gonçalves | 1 138 | 0,99 |
| Mirangaba | 1 000 | 0,87 |
| Candeal | 871 | 0,76 |
| Biringas | 830 | 0,72 |
| Teofilândia | 700 | 0,61 |
| Ichu | 489 | 0,27 |
| Quijingue | 313 | 0,27 |
| Total | 114 160 | 100,00% |

20.2 Os trabalhos de equipamento dos centros urbanos

Nas aglomerações onde tem sido mais forte o desenvolvimento nesses últimos anos, ruas são pavimentadas e outras são abertas em xadrez, para permitir sua extensão em tórno de uma praça central, onde se situam o comércio e os serviços. As casas são substituídas por outras mais confortáveis e também a pequena igreja por outra maior que domine a aglomeração e simbolize assim sua importância.

A energia elétrica existe em tôdas as sedes dos municípios e em algumas sedes distritais importantes. Em geral a energia é fornecida por um conjunto de motor a óleo diesel, mas a força hidráulica proveniente da cachoeira de Paulo Afonso começa a substituí-lo, graças a um Plano de Eletrificação do Estado, do qual faz parte o Sistema Elétrico do Sisal.

A primeira etapa do Sistema Elétrico do Sisal já foi concluída na região estudada, e compreende as seguintes *linhas de transmissão* num total de 905 quilômetros:

| | | | |
|-------------------------|-----------|-------------------------|-----------|
| Serrinha — C. Coité | - 31,5 km | Retirolândia — Valente | · 10,0 km |
| C. Coité — Retirolândia | - 19,0 | Retirolândia — Santaluz | · 30,0 |

O Sistema Elétrico do Sisal, além de proporcionar à população o conforto, proporciona também o progresso, pois vai permitir a eletrificação da zona rural com melhoria, também, das condições de beneficiamento da fibra.

As cidades de Jacobina, S. Bonfim, E. Cunha, C. Formoso, Tucano, N. Soure, Valente, Serrinha, C. Coité, Jaguarari e Caém têm o serviço de abastecimento de água potável, e as de Senhor do Bonfim, Jacobina, C. Formoso, Valente, C. Coité, Serrinha, Santaluz, E. Cunha e Araci têm serviços telefônicos interiores.

Em resumo, as cidades que têm serviços de energia elétrica, abastecimento de água e telefone são Jacobina, S. Bonfim, E. Cunha, C. For-

moso e Valente, e as cidades de Serrinha, C. Coité e R. Jacuípe têm êsses trabalhos em curso.

Casas de saúde e hospitais são construídos em Valente, Araci, Queimadas, Serrinha e em outras cidades, mas por questões de ordem material estão fechados. Assim, a população, tendo necessidade de serviços hospitalares e cirúrgicos, deve deslocar-se para Jacobina, Feira de Santana, Juazeiro ou Salvador. Para um caso simples de cirurgia ou para consultas, a assistência é feita em casas de saúde, clínicas particulares e nas residências dos médicos que se encontram em quase tôdas as cidades, a exceção de Araci, Teofilândia, Retirolândia, Candéal, Ichu, Uauá, M. Santo, Pindobaçu, Mirangaba, Cansanção, cujos habitantes se dirigem a Caém se necessitados de assistência médica e a R. Jacuípe, onde existe um hospital; os clientes de Uauá e M. Santo vão a E. Cunha; os de Caém a Jacobina; de Mirangaba e Pindobaçu a Saúde; de Cansanção a Queimadas; de Teofilândia, Araci e Biringas a Serrinha, de Retirolândia a C. Coité ou mesmo a Serrinha para onde afluem também os doentes de C. Coité e de Valente, para uma clínica particular ali sediada.

Escolas secundárias são criadas em C. Coité, Valente, Serrinha, R. Jacuípe, Queimadas, Santaluz, Tucano, V. Poço, ao lado de outras mais antigas, como em C. Formoso, Jacobina, S. Bonfim, M. Calmon, Saúde, C. Grande, Caém, E. Cunha e N. Soure. Assim, cidades como S. Bonfim e Jacobina não atraem, como antigamente, os jovens da região, seja por escolas secundárias, seja por escolas primárias, cada vez mais numerosas. Bibliotecas são encontradas nessas cidades.

A distração das cidades é assegurada por um alto-falante situado na praça central, que toca música e anuncia as novidades; também pelo cinema (C. Coité e S. Bonfim possuem 3; Tucano e M. Calmon 2) que se encarrega da apresentação de filmes e de representações teatrais e folclóricas do município.

O transporte urbano é elementar mas suficiente para a população, que prefere caminhar. Os rurais servem-se de cavalo ou jumento, de caminhões ou mesmo de ônibus para fazer o trajeto até as cidades.

Assim a urbanização faz ensaios nesses municípios, sob a forma de trabalho de equipamento das aglomerações, pela introdução e aperfeiçoamento das necessidades de higiene e de conforto e pela noção de cidade que se define em cada habitante.

20.3 *As relações comerciais*

Na região estudada verificam-se relações comerciais representadas pelo comércio varejista, pelos bancos e pela feira semanal. O comércio se abastece fora da região, seja na metrópole regional, Salvador, seja em outras metrópoles que aí estendem sua influência, tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Aracaju.

Comércio varejista: êsse gênero de comércio é representado pelas lojas de tecidos, confecções, sapatos, artigos eletrodomésticos, móveis,

material agrícola, ferragens, produtos farmacêuticos, de mercearia, por padarias, açougues e outros estabelecimentos. Encontram-se nas cidades como também nas vilas e povoações.

Nessas condições, cada município tem a capacidade de fornecer a seus habitantes os produtos de primeira necessidade. Artigos especiais, como confecções, tecidos finos, são encontrados nas cidades de Jacobina, Senhor do Bonfim e Serrinha. Jóias e artigos de luxo são procurados em Salvador.

Relações bancárias: muito ativas na região após 1960, as relações bancárias são feitas pelas agências de Bancos do Estado e de Bancos particulares. As influências exprimem-se, sobretudo, pelo raio de ação dos Bancos do Estado: Banco do Brasil S. A., em Serrinha, Jacobina e S. Bonfim. Banco do Nordeste do Brasil S. A. em Serrinha e Banco do Estado da Bahia S. A. em Valente, Euclides da Cunha e Tucano.

Certos municípios fazem parte do raio de ação de Bancos do Estado instalados fora da região. Assim, R. Jacuípe está subordinado às agências do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste do Brasil, em Feira de Santana e os municípios de E. Cunha e Tucano estão ligados à agência do Banco do Nordeste do Brasil, localizada em Cícero Dantas.

Os Bancos particulares são os seguintes: Banco Econômico da Bahia S. A., com as agências localizadas em Serrinha, Santaluz e Jacobina; Banco da Bahia S. A. em Serrinha, C. Coité, Valente, Santaluz e S. Bonfim; Banco Brasileiro de Descontos S. A. em Araci e Queimadas, e uma agência do Banco Comercial do Nordeste S. A. em R. Jacuípe. Esses bancos fazem empréstimos a curto prazo, principalmente a 90 dias. Assim eles não podem dar grande impulso às atividades agropastoris, que necessitam de um prazo mais longo.

Feiras semanais: os dias de feira são um acontecimento importante na vida regional. Atrai a população rural do próprio município onde ocorrem e também a população dos municípios vizinhos, que aí vêm fazer suas compras; mas atraem, também, comerciantes e agricultores que se reúnem para tratar de seus negócios

As principais feiras da região são as de Jacobina (aos domingos), muito reputadas pela variedade de produtos; são preferidas principalmente pelos comerciantes que adquirem mercadorias para as lojas ou para as feiras de outras localidades. Em outras cidades da região as feiras se realizam aos sábados na sede municipal e aos domingos ou segunda-feira nos povoados.

Os artigos, muito variados, são colocados em tabuleiros ou por terra, e a miscelânea de côres vivas e variadas das frutas e dos legumes misturam-se às dos tecidos, aos artigos domésticos de alumínio e vários outros produtos, inclusive cereais. Na periferia, caminhões vazios ou carregados de frutas, legumes, sacos de farinha e de milho, estão ao lado de jipes e camionetas, bem como dos animais que transportam vendedores e compradores. Por tôda a parte domina o tumulto da oferta e da procura misturado às tagarelices das pessoas e aos gritos dos animais.

20.4 *As influências comerciais exteriores*

A região encontra-se sob a influência da metrópole, Salvador, e também das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Aracaju e outras. A influência da metrópole reduz-se em direção ao norte, onde encontra-se com a de Recife, que atinge Jacobina e Serrinha.

Essas influências fazem-se por intermédio dos representantes comerciais de firmas sediadas nas grandes cidades; mas são feitas também através dos comerciantes locais, que se abastecem em Salvador e São Paulo, por exemplo, a fim de fazer no próprio local a escolha de mercadorias colocadas à venda nessas lojas, sejam elas atacadistas ou varejistas.

De Salvador vêm artigos de mercearia, vestuários, jóias, louças, medicamentos, ferramentas, etc. Com exceção dos artigos de mercearias, os outros vêm também de São Paulo. As especiarias e os tecidos são originários de Recife e Aracaju; medicamentos do Rio de Janeiro e São Paulo e móveis do Estado do Paraná.

20.5 *Monografia de um centro urbano — Valente*

Entre as cidades que tiveram grande desenvolvimento, devido à atividade sisaleira, a cidade de *Valente* ocupa um lugar especial pelo seu desenvolvimento rápido, estreitamente ligado à produção e comercialização do sisal. A cidade é a sede do município do mesmo nome, onde a população teve melhores benefícios das altas de preço da venda do sisal na década 1950-60 e início da de 1960. Como vimos, os agricultores de Valente utilizaram a planta do sisal como cêrca em suas lavouras. A cidade de Valente é, pois, o próprio símbolo do desenvolvimento sisaleiro na Bahia.

Em 1950 Valente era ainda um povoado, que fazia parte do município de Conceição do Coité, com uma população de 796 habitantes. Em 1958 tornou-se a sede do novo município de 711 km² de superfície. Em 1965 a população da cidade era de 4 000 habitantes e a do município 17 000 habitantes.

Tôda a população da cidade contribui para seu desenvolvimento em colaboração com a administração regional. Hoje a cidade cresce a partir de uma planificação; junto à praça central, muito bem ornamentada, encontram-se o comércio e os serviços, bem como um grande cinema em fase final de construção; na periferia encontram-se residências luxuosas e confortáveis. Mais longe, a escola secundária e o hospital atraem a população. Isolados da cidade, dois subúrbios, habitados por trabalhadores, localizam-se às margens do açude Valente (5 000 000 m³ de água) em terreno doado pela Prefeitura.



Fig. 38 — *Vista parcial de Valente*

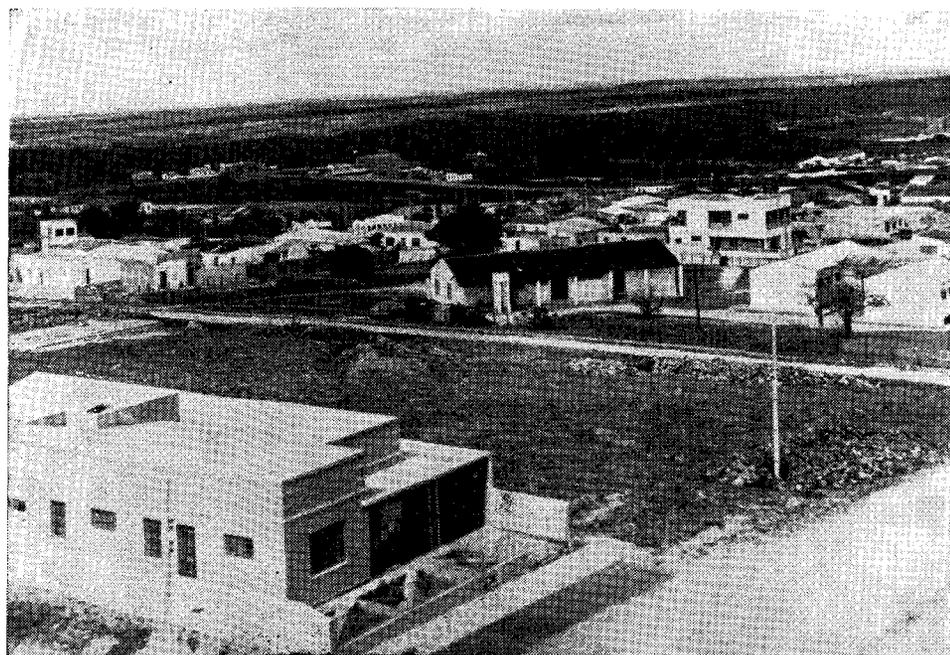


Fig. 39 — *Vista parcial de Valente*

Os trabalhos de pavimentação prosseguem nas ruas da cidade; há luz elétrica e a água para consumo é originária do açude S. Domingos (1 800 000 m³ de água), tratada e transportada a uma caixa d'água antes de ser canalizada para as residências. Há também serviço interno de telefones, com extensão à cidade vizinha de C. Coité.

As lojas são numerosas, entre as quais 10 são de grossistas; algumas são de artigos eletrodomésticos, há também um concessionário da agência de viaturas Willys Overland do Brasil. Uma agência do Banco do Estado está ao lado do Banco da Bahia S. A. Armazéns de beneficiamento e depósitos da fibra do sisal são igualmente numerosos. Há também pensões, restaurantes e bares e mesmo cabeleireiros.

21. CONCLUSÃO: A ABERTURA DA REGIÃO DEVIDO AO DESENVOLVIMENTO SISALEIRO

O desenvolvimento da lavoura sisaleira permitiu a abertura da região, graças à procura da fibra para o mercado nacional e internacional. Após a estrada de ferro, as rodovias foram abertas e as idas e vindas dos caminhões entre São Paulo ou Salvador e a região facilitaram a penetração do dinheiro, acompanhado pela imagem de um nôvo mundo, das grandes cidades.

Nas cidades da região realizam-se trabalhos de equipamento e as relações comerciais fazem aparecer uma hierarquia de centros, cuja influência se faz sentir no próprio município, como também nos municípios vizinhos. Entretanto, as facilidades de comunicação atraíram a êsses centros a influência das cidades de São Paulo e Recife, que aí fazem concorrência à própria metrópole que é Salvador.

Assim, a região se apresenta, hoje, aberta pelas relações comerciais com o norte e sul do Brasil, seja pela venda da fibra do sisal, seja pela aquisição de artigos necessários a uma vida higiênica e mais confortável.

AS CRISES DO SISAL

Ensaiei aqui uma análise dos fatores responsáveis pelas crises que atingem a cultura sisaleira, bem como os problemas que causam à vida regional. As crises de 1952, de 1957 e a que começou no fim de 1964, são responsáveis por conseqüências econômicas e sociais muito sérias para as regiões atingidas. Já que os fatores originários das crises são de ordem puramente humanos, é possível remediá-los.

22. OS FATÔRES

22.1 *A irregularidade dos preços de venda da fibra do sisal*

Êste é um problema muito complexo, que depende, por sua vez, da procura internacional e do preço de venda no mercado exterior, bem como do curso do cruzeiro e do dólar de exportação, da concorrência dos produtos de outras fontes de produção e do desenvolvimento de fibras sintéticas. Assim o problema tem suas origens em tôda a escala da preparação do sisal, desde as fontes de produção, passando pelos negociantes da fibra, até os mercados consumidores.

As fontes de produção — Os produtores do Estado da Bahia, estranhos às flutuações do mercado internacional, não são capazes de equilibrar a produção com a procura; é o contrário do que acontece com a produção de Quênia e de Tanganica, por exemplo, que, além da superioridade técnica da fibra, associa a oferta à procura e as lavouras são de propriedade de grandes emprêsas estrangeiras, das quais apenas a mão-de-obra é local. Por outro lado, não existe estocagem nas pequenas lavouras da Bahia; depósitos existem apenas em algumas lavouras muito importantes em R. Jacuípe, C. Coité, Valente e Santaluz. Êsses depósitos permitem ao produtor a espera de melhores preços.

Agentes de firmas exportadoras e negociantes locais fazem emprêstimos em dinheiro ao cultivador, que deverá pagá-los com o produto. Mas à época do vencimento, muitas vêzes a fibra é vendida a um preço inferior ao curso do dia. E, fato agravante, algumas vêzes o preço do mercado nacional é nitidamente superior ao do mercado internacional, devido ao valor do dólar de exportação. Devido a isso, cultivadores, que possuem caminhões, preferem transportar a fibra para o sul do país (São Paulo principalmente), onde a vendem a preços, muitas vêzes, o dôbro daqueles ofertados pelos negociantes na fonte de produção.

A importância dos negociantes da fibra — Em geral a comercialização do sisal é feita por firmas aptas a esta transação. Entretanto, frequentemente, infiltram-se entre elas alguns intermediários sem condições econômicas e financeiras, de cuja ação resulta a desvalorização dos preços. De início, para garantir o mercado internacional, êsses intermediários vendem a produção com antecedência, a um preço inferior àquele da Bôlsa. Além do mais os financiamentos que fazem aos cultivadores dão-lhes um certo poder de forçar a baixa dos preços nas fontes de produção.

Os negociantes do sisal podem também utilizar a Promissória Rural, título colocado em Banco para ser pago pelo produtor. A Promissória Rural foi criada pelo Govêrno a fim de permitir facilidades bancárias à comercialização do sisal; mas à época do vencimento, o produtor vende não importando qual preço a sua produção, a fim de poder liquidar a sua dívida no Banco.

É preciso não esquecer que certas firmas exportadoras são simples agências de grandes trustes que podem, assim, dominar o mercado mundial, pois estão à frente da política de especulação da fibra; tais como a Continental S. A. e a Sisalbrás S. A., que possuem agentes em vários centros produtores do sisal. O resultado dessa atividade especulativa é o estímulo de certos centros produtores, quando a procura é mais forte, com uma alta dos preços de compra da fibra. Isto é o que aconteceu na Bahia (igualmente na Paraíba) em 1951 e mais tarde, no período de 1963-64. Êsses períodos de alta foram seguidos de períodos de baixa, que coincidiram com uma superprodução da fibra sisaleira.

Em uma exposição sôbre “os problemas da comercialização da fibra do sisal”, * o gerente da agência do Banco do Brasil em Serrinha, Dr. Barradas Neto dá o exemplo da Continental S. A., de cuja ação teve por resultados uma baixa imediata dos preços do sisal brasileiro. Os preços que giravam em tórno de NCr\$ 0,25 começaram a baixar sensivelmente a ponto de atingirem o preço de NCr\$ 0,17 na época da exposição do Dr. BARRADAS NETO. **

Os mercados consumidores — A fibra do sisal da Bahia, apesar de considerada como uma das fibras de agave das mais resistentes (40% superior em resistência ao sisal africano) sofre a concorrência de produtos artificiais, com o fio sintético colocado no mercado internacional pela Kodak norte-americana e a Imperial Chemical Industries (ICL) inglesa a preços ligeiramente mais baixos que aquêles do sisal natural. Sofre também a concorrência de outras fontes de produção (exemplo das plantações de Quênia e Tanganica) que colocam no mercado uma fibra tènicamente preparada e que naturalmente recebe classificações nitidamente superiores à fibra da Bahia, que é inferior mesmo à fibra do Estado da Paraíba, onde a produção está em constante melhora.

Além disso, os mercados consumidores desenvolvem uma política de especulação a partir de suas necessidades interiores (dependência de boas colheitas entre outras) o que se traduz por uma diminuição ou por um aumento da produção de certas regiões produtoras.

O contrôle da produção — A produção do sisal de tôda a América Latina é controlada pelos americanos, através de seus agentes da Bôlsa Comercial de Londres, onde se efetua 9/10 das operações concernentes à fibra do sisal de todo o mundo. O 1/10 restante é feito em Paris, onde se realizam as operações relativas à produção do sisal dos países da África francófona.

22.2 *Os problemas de crédito*

Na Terceira Parte, quando tratamos das causas do desenvolvimento da cultura sisaleira na Bahia, vimos que o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste ajudaram a política de desenvolvimento, com empréstimos para a *instalação de culturas*. Esta política se fazia também para a *conservação das culturas* e para *compras de motores* para a preparação da fibra.

O Banco do Nordeste começou o financiamento para a instalação de novas lavouras em 1954; mas foi a partir de 1961 até 1963 que essa

* Exposição feita em setembro de 1965.

** O preço de NCr\$ 0,17 ficou estabilizado longo tempo, pois o era ainda à época das pesquisas de campo, no fim de 1966 e início 1967. Atualmente (fins 1968) o preço é de NCr\$ 0,27 o quilo.

ajuda foi mais forte. A condição exigida para ter-se o direito a esses empréstimos era a obrigatoriedade de fazer as culturas em fileiras duplas e espaçadas de 4 a 5 metros, para tornar possível a cultura intercalar. Mas os agricultores negligenciaram essa exigência, e a maioria agia segundo sua experiência, aliás muito empírica; o resultado é que grande porcentagem das culturas foi instalada sob o sistema de fileiras simples, o que demonstra também lamentável falta de fiscalização.

O Banco do Brasil fez financiamentos para a instalação de culturas de 1961 a junho de 1964. Como o Banco do Nordeste, exigia a fileira dupla, com o mesmo insucesso.

Esses Bancos exigiam, como garantia dos investimentos para a cultura do sisal, a hipoteca da exploração beneficiada; o investimento podia ir até 60% do valor da propriedade, para um período de 3 anos, prorrogável por mais 1 ano.

Mas, por receio de uma superprodução nos próximos anos, os bancos não fazem mais financiamentos para a *instalação* de novas culturas depois de 1964. Atualmente ainda há empréstimos, mas somente para a *conservação* das culturas depois do 3.º ano, por uma duração de 1 ano; mas isto não é possível a não ser para aqueles que não tiveram empréstimos para a instalação da cultura. Há também o sistema de Promissória Rural, que tem por fim financiar a compra e a venda da fibra. As operações são feitas na base de 90 a 120 dias no Banco do Brasil e 180 dias no Banco do Nordeste.

O Banco do Estado da Bahia e os bancos particulares, cujas agências se localizam na região estudada (Banco da Bahia S. A., Banco Econômico da Bahia S. A., Banco Brasileiro de Descontos S. A. e Banco Comercial do Nordeste S. A.) fazem operações para uma duração variável entre 90 e 180 dias.

Em virtude da baixa dos preços de venda da fibra e das restrições de crédito, várias lavouras encontravam-se, na época das pesquisas de campo, em grandes dificuldades: numerosos títulos haviam vencido há muito tempo, e aqueles que puderam pagar o fizeram graças à venda de um pedaço de terra (sem sisal) ou de gado, ou então por intermédio de agiotas. Os mais prejudicados eram os pequenos lavradores, dos quais as terras estavam desvalorizadas pela presença do sisal. O preço de venda do primeiro corte (1966-67) não era suficiente para cobrir a dívida feita com a instalação das culturas em 1963 e 1964, e desde que os financiamentos foram feitos por hipoteca da propriedade beneficiada, pode-se deduzir o resultado lógico dessa transação.

Na época do desenvolvimento sisaleiro houve um estímulo do governo, por intermédio dos Bancos oficiais e o agricultor acreditou que

êsse apoio fôsse permanente. Mais tarde houve a decepção, quando a baixa de preços de venda teve como resultado imediato o fechamento dos créditos para o sisal, o que mostrou aos agricultores que a cultura não tinha nenhuma proteção. É o jôgo da especulação que o agricultor dificilmente compreende. Assim, êle é obrigado a dirigir-se aos agiotas e negociantes da fibra, com perdas cada vez mais graves para a sua lavoura.

22.3 *Os problemas técnicos*

Várias vêzes vimos que a instalação da cultura na Bahia foi feita sem nenhum conhecimento técnico: o arcaísmo e o empirismo dominam na lavoura regional.

Nas fontes de produção mais evoluídas, como as plantações de sisal em Quênia e Tanganica e as de henequén, em Taumalipas (México), os intervalos entre as plantas facilitam o corte das fôlhas e as lavouras são cortadas por estradas; as fôlhas cortadas são postas na margem da estrada onde caminhões os recolhem e os transportam às usinas localizadas nos centros das lavouras, ou nas cidades junto às grandes estradas. As fibras são preparadas, lavadas, secadas, embaladas e já saem da usina prontas para a utilização interna ou para exportação.

Na Bahia, ao contrário, é uma outra a técnica empregada para a preparação da fibra; a implantação das culturas não permite a existência de estradas e após difícil trabalho de corte as fôlhas são transportadas no dôrso de muares para a usina, onde se encontra um motor em condições precárias, de fraco rendimento. As fibras não são lavadas e, assim, após a secagem, têm uma coloração esverdeada devido à presença da clorofila; em seguida as fibras são transportadas, por carroças ou caminhões, das lavouras até os armazéns das aglomerações, onde, mais uma vez, com técnicas rudimentares, são preparadas para a exportação.

É evidente que a fibra da Bahia não pode suportar a concorrência de fibras de qualidade superior, preparadas segundo técnicas modernas. A êsse fato se junta a fraqueza dos rendimentos nas lavouras do Estado da Bahia.

22.4 *A degradação do meio físico*

Êsse fator se traduz pela *sobrecarga do solo* e pelos *problemas de erosão*. A sobrecarga do solo já foi estudada na 4.^a parte a respeito da imobilidade da terra; é resultante da instalação anárquica das culturas e da rapidez de aparecimento dos filhotes em volta de uma planta de longo ciclo vegetativo.

Os problemas de erosão do solo se apresentam em virtude da ausência de cuidados nas encostas, da redução da fertilidade devido à ação das raízes da planta e da ausência de utilização de esterco e de compostos químicos.

A ausência de cuidados sobre as encostas: o sisal é uma planta que tem a vantagem de proteger os solos, desde que se encontrem, nas encostas, em curva de nível. Entretanto, na Bahia, as lavouras do sisal foram instaladas sem conhecimentos técnicos e esse fato acelera a erosão em áreas onde o escoamento superficial é intenso.

A redução da fertilidade do solo: o sisal, além de ter uma alta pressão osmótica, tem também forte capacidade de penetração vertical de suas raízes, a fim de captar os alimentos nutrientes do solo, tais como o cálcio (CaO) e o magnésio (MgO). Por essas razões é prudente associar o sisal com certas culturas, a exemplo das leguminosas, quando há um espaço conveniente entre as plantas de sisal (caso das plantas em fileiras duplas).

A experiência * mostrou que na Paraíba, na região do Brejo, a exploração intensa do sisal, à base de uma tonelada de fibras por ano, empobrece os solos nas proporções seguintes:

| | |
|--|------------|
| Nitrogênio (N) | — 44 kg/ha |
| Fósforo (P ₂ O ₅) | — 27 " |
| Potássio (K ₂ O) | — 70 " |
| Cálcio (CaO) | — 118 " |
| Magnésio (MgO) | — 53 " |

Assim, é necessário restituir ao solo os resíduos da cultura e da preparação da fibra com as cinzas e o caldo (este tem 75% de N, 90% de K e 10% de CaO e MgO) ao qual se ajuntam estêrco nitrogenado.

A ausência da utilização de estêrco e de composto químico — As culturas do sisal na Bahia são livres de estêrco, que poderia aumentar a produção por hectare, se bem que os lavradores conheçam a vantagem dos resíduos do sisal para a fertilidade do solo, eles não o utilizam, por negligência ou descuido.

23. CONSEQÜÊNCIAS ECONÔMICAS DAS CRISES

Os mais importantes efeitos das crises do sisal são a queda do rendimento da cultura, com dificuldades muito graves para o pequeno lavrador, e baixa do nível de vida da população, que se traduz por uma

* Citada em Sisal (problemas econômicos), vol. I — Banco do Nordeste do Brasil S. A., Ceará 1959.

redução do movimento comercial dos municípios, onde o sisal faz parte de suas rendas.

a — A queda de rendimento: Esta é uma conseqüência que amedronta os lavradores e que se traduz de uma maneira diferente, desde que se trate de uma pequena ou de uma grande lavoura. O pequeno lavrador é aquêle que sofre com a especulação; desde que haja uma redução da procura da fibra, êle se encontra diante de compromissos que assumiu anteriormente com o negociante da fibra; é preciso prepará-la e cumprir o contrato. Então êle se depara com outro problema: o do custo da produção; — deve pagar os trabalhadores freqüentemente sem, ao menos, um pequeno lucro, que justifique a conservação da cultura.

Mas o grande lavrador, se não é ao mesmo tempo negociante da fibra tem, também, a pecuária ou outras fontes de renda; pode, então, esperar melhores preços ou colocar o gado nas plantações onde os bulbilhos lhe serve de alimento. Isto ocorreu no Estado da Paraíba durante a crise de 1957, e o mesmo aconteceu na Bahia, onde várias culturas foram destruídas voluntariamente pelo fogo, no fim de 1966, como tive ocasião de testemunhar. Mas na Bahia o sisal está sendo substituído pela palma forrageira (*Opuntia ficus var. indica inermis* Burbank) (figura 40), a conselho de agrônomos de instituições oficiais e financiamentos bancários. Esta nova cultura é preciosa para o alimento do gado na ocasião das sêcas, porque ela é muito rica em água.



Fig. 40 — A palma forrageira

b — A baixa do nível de vida: Esta conseqüência é evidenciada na lavoura e também nas aglomerações. O lavrador, com a diminuição da procura da fibra, é obrigado a reduzir, igualmente, o trabalho de

preparação; não há entrada de dinheiro porque há falta de venda e os trabalhadores estão sem trabalho. Da mesma forma, nos armazéns a redução de trabalho provoca o desemprego dos trabalhadores da fibra.

Há, então, nítida redução da moeda circulante, e o resultado é a baixa do nível de vida. A época das pesquisas *in loco*, tôdas as agências bancárias registravam uma baixa no movimento de depósito; certas lojas, além de uma redução das vendas, encontrava-se diante de obrigações financeiras urgentes; e as feiras estavam menos freqüentadas que normalmente, com uma redução de compradores e de vendedores. Eu mesma testemunhei casos de falência devido a essa situação.

24. O SISAL, CULTURA "CÍCLICA"

O desenvolvimento da cultura do sisal no Estado da Bahia teve a grande vantagem de fixar o homem à terra (como trabalhador) e de favorecer a aquisição de terrenos (pelos mais favorecidos), onde plantaram a agave. Entretanto as crises, principalmente aquela que iniciou-se em 1964, provocam, pouco a pouco, o retôrno à caatinga pastoril e o desaparecimento progressivo da efêmera estrutura agrária (figura 41). O êxodo rural, por um momento reduzido, vai novamente acelerar-se e a organização urbana esboçada, graças à comercialização, está em perigo com a ameaça de uma outra letargia regional. O progresso rápido da cultura, com uma transformação econômica e social e prosperidade na região, seguido pelo declínio devido à especulação e à falta de política econômica a longo prazo, fazem com que essa cultura se assemelhe a outras culturas especulativas que constituem ciclos da

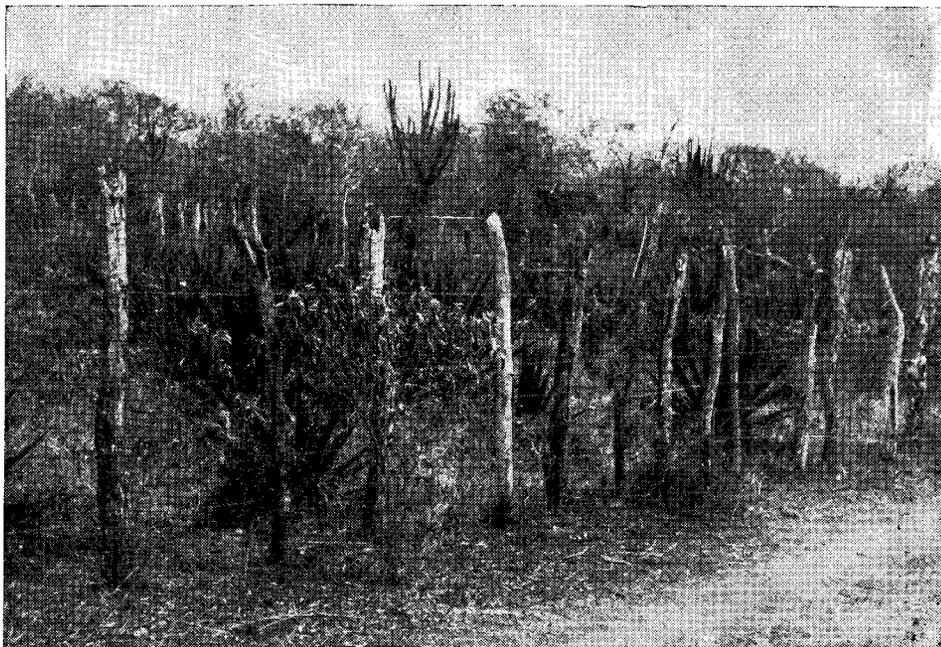


Fig. 41 — Ressurgimento da vegetação de caatinga em antigos campos de cultura da agave.

economia brasileira, tais como a cana-de-açúcar, a borracha e o café, se bem que, no caso do sisal, seus efeitos são restritos à área estudada.

24.1 O êxodo

Antes do desenvolvimento sisaleiro na região, o êxodo rural se fazia em vagas humanas amontoadas em caminhões chamados “paus-de-arara”. Hoje é diferente: parte-se em ônibus, que deixam a região com destino ao Rio de Janeiro e, principalmente, a São Paulo. Nesta última cidade, onde já se encontram parentes ou amigos, o elemento masculino se orienta para o trabalho nas indústrias; as mulheres, muito raras, empregam-se como domésticas, e aquelas que são um pouco instruídas e que “apresentam-se bem” podem trabalhar nas lojas.

Alguns desses imigrantes têm problemas de adaptação, mas em geral retornam em férias, principalmente durante as festas de São João ou de Natal. Quando não mais possuem dinheiro retornam a São Paulo para trabalhar e algumas vezes levam consigo algum parente ou amigo para dar-lhe a mesma chance.

Essas informações me foram prestadas pelo proprietário da empresa de ônibus Santo Antônio, em Queimadas, Sr. RANÚSIO BATISTA. Disse-me ainda que grande parte dos salários dos emigrados é enviada, através da própria empresa, a parentes que ficam na região. Creio que este é o mesmo processo que ocorre na França com os trabalhadores portugueses e norte-africanos, com a diferença que, os nossos, não tendo sucesso em São Paulo, têm a possibilidade de retornar a sua região, com uma passagem gratuita outorgada por aquela empresa.

E não se creia que esses imigrantes são párias ou desclassificados, há entre eles um grande espírito de solidariedade e os que são bem sucedidos ajudam aos outros. Às noites de sábado eles se reúnem no clube “A União Mútua”, de propriedade de um imigrante de Cansanção, a fim de dançar e aplaudir cantores famosos.

Duas vezes por semana um ônibus parte de Euclides da Cunha, com viajantes desse município e também de Monte Santo, Cansanção, e um pouco menos de Queimadas, Santaluz, C. Coité e Valente, em direção a São Paulo. Outros ônibus partem de Feira de Santana. Para Salvador partem 3 ônibus de M. Santo e 3 outros partem de Queimadas. Há portanto, grande ligação entre a região e essas cidades.

A época de mais forte número de viajantes para São Paulo é a das secas, mais em geral há equilíbrio entre as idas e vindas, pois que o retorno é sempre certo, seja de maneira definitiva ou temporária.

No momento da pesquisa preliminar a meu trabalho (fins de 1966 e início de 1967) sentia-se certa angústia por parte dos pequenos lavradores inqueridos. Essas pessoas que ocuparam suas terras com o sisal, encontravam-se em desesperada espera de qualquer coisa que pudesse salvar suas lavouras. Em geral os homens estavam mais calmos e confiantes, enquanto as mulheres diziam que a única coisa racional a fazer seria partir; algumas dessas pessoas tinham um filho ou parente em

São Paulo, e dêles esperavam dinheiro para lhes encontrar. Assim, o atual tipo de êxodo rural pode mudar de característica mais uma vez.

24.2 *O retôrno à grande propriedade e à exploração extensiva do gado*

Esta tendência apresenta-se nas grandes lavouras; em algumas delas o fogo já destruiu várias tarefas em culturas de sisal. Entre numerosos casos, presenciei o incêndio de 200 tarefas (87,12 ha) sôbre 1 340 tarefas (uma média de 58,7 ha) da fazenda São Bento, a mais antiga lavoura de sisal em R. Jacuípe: o objetivo era colocar o gado e em seguida fazer plantações de palma forrageira.

Além disso, a SUDENE, através dos seus técnicos, faz, na região, uma campanha para o plantio da palma e os bancos oficiais oferecem financiamentos para essa cultura. Ora, o pequeno lavrador de sisal, desde que a fibra não ofereça bons preços e que não possa comprar o gado, será obrigado a partir deixando a terra abandonada; por outro lado, o grande lavrador escapa à crise do sisal e ainda mais tem a vantagem de poder apropriar-se, sem pagar, dessas terras abandonadas, para nelas colocar o gado. Nesse momento haverá o retôrno a uma situação anterior, com a diferença, entretanto, que a terra pôde ser valorizada e a palma forrageira servirá de complementação ao alimento do gado.

24.3 *A ameaça da decadência da rêde urbana esboçada pelo desenvolvimento comercial*

Vimos que, graças ao sisal, a região teve intensificadas suas relações humanas e a comercialização permitiu o esboço de uma rêde urbana que não pode ser aqui claramente explicada por escapar ao objetivo imediato dêste trabalho. Entretanto, é evidente que os ensaios de urbanização na maior parte das cidades atraíram os serviços, os quais, por sua vez, intensificaram a influência dessas mesmas cidades. Mas, desde que o sisal desapareça da região para ser substituído pela palma, apenas o êxodo retirará a mão-de-obra sã em benefício das indústrias de São Paulo, e desaparecerão a comercialização e os serviços, pois algumas cidades, tais como Valente, C. Coité, Santaluz e Araci, que vivem da atividade sisaleira, serão cidades mortas, já que o gado sôzinho não poderá promovê-las. A região está, assim, ameaçada de destruição de todo um êxito de alguns anos, para cair, mais uma vez, em letargia já conhecida do século XVII até o século XX.

25. CONCLUSÃO: UMA ESPECULAÇÃO SEM CESSAR AMEAÇADA PELAS CRISES

É impossível considerar a segurança como elemento constante da região sisaleira. As crises se repetem cada vez mais frequentemente e os raros períodos de bons preços não são suficientes para garantir uma estabilidade econômica e social. Os fatores das crises acompanham sempre as culturas de especulação e a população regional encontra-se à mercê de uma política perigosa, que origina graves conseqüências sócio-econômicas locais, bem como para a economia geral do País.

CONCLUSÃO GERAL

26. O MECANISMO DE UMA CULTURA DE ESPECULAÇÃO: CASO DO SISAL NA BAHIA

O resultado da instalação da lavoura sisaleira na Bahia é consequência da introdução e do desenvolvimento de uma cultura de especulação, com tôdas as vantagens e desvantagens que ela pode produzir na região que é objeto. O que faz a originalidade dessa instalação na Bahia é o *acaso* da introdução na região e também a utilização como *cérca*, em virtude de dificuldades econômicas.

A partir do momento em que se descobriu as diferentes utilizações da planta, houve tôda uma campanha para sua extensão espacial, infelizmente sem nenhum conhecimento técnico; o Govêrno do Estado, na época, deu o primeiro impulso, com prêmios, para a instalação de lavouras. Em seguida as emprêsas começaram sua ação especulativa para o estabelecimento de agências e fornecendo empréstimos e que, por isso mesmo, acrescentaram um encorajamento suplementar à instalação de novas lavouras sisaleiras.

Quase tôda a produção é destinada aos mercados exportadores, e desde que a superprodução ameace a região, tem-se a baixa de preços no curso da Bôlsa e a retirada dos mercados compradores. Quando o desespero faz com que os lavradores destruam as culturas, há nova alta de preços, ao lado de forte procura, que tem como consequência um nôvo encorajamento e o restabelecimento das lavouras.

Assim, o sisal representa, na Bahia, um caso típico de lavoura de especulação em região subdesenvolvida, com uma constante instabilidade econômica e social. O sistema agrícola anterior (culturas de subsistência, pecuária) transformou-se, pela especialização de caráter comercial da lavoura sisaleira, em sistemas econômicos, dos quais dois se associam na região; o da economia agrícola primitiva e o da economia de mercado.

O *sistema de economia primitiva* é evidenciado por uma evolução original de tipos de apropriação do solo e dos modos de exploração, com uma tendência à concentração individual e familiar, e pelo fraco rendimento da terra e da produtividade do trabalho devido ao atraso da técnica agrícola. O *sistema de economia de mercado* é caracterizado pela organização comercial e de transportes na região, e pelo fato de que a parte mais substancial dos benefícios da produção é absorvida pelos negociantes da fibra.

Êsses sistemas são resultantes de mecanismos diferentes, uns espontâneos, outros impostos, que influenciam sôbre a produção e sôbre a comercialização, respectivamente. Sôbre a produção, porque ela é feita pelos lavradores que realizam a venda com agentes comerciais no quadro restrito da região. Os custos do transporte entram, pois, em jôgo, sômente para os casos do envio da produção da lavoura até o local de

venda. Por outro lado, os investimentos nas lavouras são feitos sob forma de crédito bancário, e os casos de autofinanciamento são raros. Não há previsão econômica; assim quando os preços são elevados, os lavradores têm tendência a investir seus benefícios em novas lavouras, as quais só produzem após 4 anos, quando então a conjuntura econômica poderá ter mudado (é sempre o caso, também, para outras culturas, tal o café) o que conduz a queda dos preços.

Sobre a comercialização, a ação de mecanismos impostos é devido a influência de fortes grupos econômicos no predomínio do mercado mundial da fibra. A partir dos preços estabelecidos na Bolsa Comercial de Londres, são fixados os preços para a comercialização interior; entretanto, na região, esses preços sofrem variações freqüentes sob a cobertura de uma classificação feita arbitrariamente pelos compradores, sem nenhuma garantia oficial. É preciso sublinhar a presença de numerosos intermediários entre o produtor e o exportador, que compram a fibra a preço inferior àquele fixado pela Bolsa Nacional.

Os grupos econômicos, raros, porém poderosos, são constituídos por trustes, tais como as firmas SANBRA, SISALBRÁS e CONTINENTAL. Esses dois últimos exercem predomínio no mercado mundial da fibra e sua influência se estende a todas as fontes de produção.

27. SOLUÇÕES POSSÍVEIS

A melhor solução para salvar a lavoura do sisal, afastando para sempre a ameaça de crises, é a seguinte: 1) a reunião dos lavradores do sisal em cooperativas locais; 2) investimentos pelos organismos oficiais; 3) a fixação de um preço mínimo; 4) a criação de indústrias para o consumo local da produção sisaleira. Essas medidas devem ser tomadas conjuntamente, pois o seu sucesso depende da sua interligação.

27.1 *A criação de cooperativas*

O primeiro passo para a criação de uma cooperativa de produtores de sisal já foi dado, com o registro em cartório, em 1965, da Cooperativa dos Produtores de Sisal do Estado da Bahia Responsabilidade Limitada, sediada em Salvador. Mas, até o momento, essa Cooperativa tem existência apenas jurídica. Entretanto, a Cooperativa Mista Agropastoril de Jacobina, que possui, entre seus associados, numerosos lavradores do sisal, decidiu, há 2 anos, ocupar-se do preparo e da comercialização da fibra; a produção confiada à Cooperativa é enviada a Salvador, onde a fibra é beneficiada e em seguida comercializada. Após essa operação a Cooperativa paga ao produtor o preço de venda da fibra

Mas na região estudada uma cooperativa dos produtores do sisal deve possuir tarefas mais amplas, em virtude da complexidade do sistema de produção. Assim a ela compete:

- adquirir máquinas para a mudança do sistema de cultura e em consequência do melhoramento da qualidade da fibra;

- compra do produto diretamente ao produtor;
- estocagem e venda do produto.

Os *investimentos oficiais* seriam distribuídos às cooperativas e seu emprêgo seria orientado pelas associações rurais que existem já em certos municípios, pelos técnicos da ANCARBA e do Ministério da Agricultura e pela fiscalização dos organismos que fizessem os investimentos.

A *fixação de um preço mínimo* deveria ser estabelecida pelo Governo, a fim de manter certa situação sócio-econômica, regional, durante a *reorganização regional* que seria realizada da maneira seguinte: as plantações de sisal em cada lavoura seriam divididas em 4 partes; cada ano a cooperativa encarregar-se-ia da substituição da quarta parte dessa lavoura, através de máquinas para a sua destruição e preparo de novas plantações em fileiras duplas; no ano seguinte seria a segunda parte, em seguida a terceira e no momento do preparo da quarta parte, a primeira plantada segundo novas técnicas já produziria uma fibra de qualidade.

Em seguida seria a tarefa de *reorganização das usinas*, sempre pelas cooperativas. As lavouras atuais não permitem a colocação de máquinas de grande capacidade de operação, em virtude das dificuldades de corte e de transporte; mas, com novas lavouras em fileiras duplas, os cortes seriam fáceis e o acesso à usina muito rápido; a fibra beneficiada poderia, assim, concorrer com aquela produzida na África e em outras regiões, no mercado internacional.

Ao lado dessa *reorganização do sistema de produção* seria recomendável a criação de *indústrias* de papel, escôvas e outros produtos, na região ou mesmo fora, a fim de permitir elevado consumo da fibra; êsse fato impediria que a produção estivesse sempre na dependência dos mercados exteriores. Na região estudada, além de uma atividade artesanal, apenas existem algumas fábricas de tapetes, barbantes, sacolas e outros. Em Serrinha existem duas dessas fábricas, uma das quais ocupa mão-de-obra de 86 trabalhadores locais. Assim, as indústrias, além da consumação da fibra, seriam também uma garantia para a mão-de-obra regional.

A existência de cooperativas, entretanto, dificulta a ação dos negociantes da fibra e também as atividades das emprêsas que instalam lavouras em Jacobina, segundo os métodos modernos. Se o sistema de produção atual continua, essas novas lavouras constituem grande ameaça para o conjunto da região sisaleira.

27.2 *A associação do sisal com outras culturas*

A fim de reduzir os efeitos da monocultura do sisal, poder-se-á associá-lo com outras culturas, desde que não existam problemas de adaptação: a associação de culturas de leguminosas, entre o sisal e a planta associada, será também muito benéfica para o sisal. Além do mais é possível a associação com culturas de subsistência, tais como a mandioca e as leguminosas, e mesmo a palma forrageira para alimentar o gado, bem como com certas culturas comerciais, tais como a

mamona, o algodão e o girassol. Experiências de associação do sisal com essas culturas são feitas com sucesso na Estação Experimental de Valente.

A mamona — Hoje bem comercializada, a mamona é plantada desde 1964, em associação com o sisal, no município de Jacobina. Mas, devido a ausência de limpeza nas lavouras do sisal, é êle que domina nas plantações. A mamona do tipo longo pode ser plantada em associação, nos dois primeiros anos do ciclo vegetativo do sisal, em uma fileira ao meio; no 3.º ano do ciclo do sisal pode fazer-se mesmo 2 fileiras, no centro com a mamona de altura média, e no 4.º ano pode escolher-se uma fileira de mamona do tipo baixo. Entretanto a mamona prejudica o sisal devido a sombra; o sisal tem necessidade de luz solar para seu desenvolvimento e seu emprêgo não seria mais que um paliativo.

O algodão — Introduzido em Santaluz, C. Coité e Queimadas, no fim do século passado, o algodão desenvolveu-se bem. Entretanto, a ameaça da “lagarta rosada”, associada à falta de comercialização, reduziram essa cultura e em alguns locais foi completamente eliminada (caso de Santaluz e C. Coité).

Em R. Jacuípe vi o resultado de uma experiência feita em uma lavoura com o sisal e o algodão; depois de 10 anos, êles estão juntos; o algodão não é prejudicado pelo sisal e vice-versa. Da mesma maneira em Jacobina, na plantação da SEPEL, o algodão é associado ao sisal que se encontra no 3.º ano do seu ciclo vegetativo. Entretanto, em certos municípios, a cultura algodoeira apresenta fraco rendimento; assim, em M. Santo e Cansanção, produz apenas 35 kg/ha, enquanto em Jacobina e Saúde o rendimento é de mais ou menos 550 kg/ha.

O girassol — Essa cultura é muito ativa em Jacobina para o preparo de óleo comestível. Sua comercialização começa e parece que tem futuro. Na lavoura da SEPEL, em Jacobina, o sisal está também associado ao girassol.

27.3 *A substituição da lavoura do sisal pela pecuária leiteira*

A tendência atual da região é a instalação da lavoura da palma forrageira, ideal para a alimentação do gado. Em virtude do baixo preço da fibra, numerosos cultivadores queimam suas lavouras para substituí-la pela palma forrageira.

Essa substituição é mais econômica que a renovação da lavoura sisaleira. Há também a vantagem da proximidade de Feira de Santana e de Salvador, as duas cidades mais importantes do Estado da Bahia, onde o consumo da carne, do leite, manteiga, queijo e outros produtos é sempre certa. Mas a pecuária necessita de muitas terras e de mão-de-obra reduzida, assim é vantajosa apenas para o grande proprietário; em conseqüência o êxodo empurrará a população regional para as grandes cidades, onde há risco de desemprego, com graves conseqüências sociais.

28. A CRIAÇÃO DE COOPERATIVAS, A INSTALAÇÃO DE INDÚSTRIAS E A ASSOCIAÇÃO DO SISAL COM OUTRAS CULTURAS — SOLUÇÃO IDEAL PARA A REGIÃO

A solução ideal para a região estudada é, pois, a formação de cooperativas, a instalação de indústrias e a associação do sisal com outras culturas comerciais e de subsistência. E isto pelas razões seguintes:

- 1) o sisal fixou o homem à terra, com a possibilidade de realização de uma lavoura adaptada às condições ecológicas locais;
- 2) a cultura do sisal é feita, em sua maioria, por lavradores médios e pequenos; e justamente os pequenos lavradores, pela falta de comercialização do sisal e também pela falta de dinheiro para comprar gado serão obrigados a partir, com outros trabalhadores agrícolas que, desempregados, deverão deixar a região; assim haverá forte recrudescência do êxodo, que fará essa região recair na sua letargia anterior, em proveito de cidades como São Paulo, que recolherão essa mão-de-obra vigorosa e desde então disponível;
- 3) o desaparecimento do sisal reduzirá e mesmo eliminará uma organização sócio-econômica recentemente instalada, com o retorno à grande propriedade e à criação extensiva do gado.

Assim, mesmo considerando os grandes investimentos necessários eles são perfeitamente válidos, em virtude das vantagens sociais e econômicas muito importantes para o desenvolvimento do Brasil.

ANEXO I

Produtos agrícolas de venda — 1960 (ton.)

| MUNICÍPIOS | Sisal | Mamona | Fumo | Algodão | Café |
|-----------------|--------|--------|------|---------|------|
| Araci..... | 1 200 | 1 | — | — | — |
| Cansanção..... | 1 120 | 996 | — | 0,750 | — |
| C. Formoso..... | 2 100 | 4 600 | 267 | — | 150 |
| C. Coité..... | 20 000 | 1 800 | — | — | — |
| E. Cunha..... | 690 | 74 | — | — | — |
| Itiúba..... | 1 700 | 1 240 | — | — | 15 |
| Jacobina..... | 5 573 | 15 000 | 180 | 392 | 360 |
| Jaguarari..... | 113 | 500 | — | — | 85 |
| M. Calmon..... | 630 | 287 | — | — | 114 |
| M. Santo..... | 1 500 | 240 | — | 0,450 | — |
| Nova Soure..... | — | — | — | — | — |
| Pindobaçu..... | 187 | 525 | — | — | 150 |
| Queimadas..... | 2 180 | 2 | — | — | — |
| R. Jacuípe..... | 3 500 | 2 000 | 150 | — | — |
| Santaluz..... | 2 860 | — | — | — | — |
| Saúde..... | 240 | 8 274 | 30 | 192 | 13 |
| S. Bonfim..... | 80 | 270 | 48 | — | 105 |
| Serrinha..... | 2 450 | 10 | 129 | — | — |
| Tucano..... | 700 | 36 | — | 36 | — |
| Uauá..... | 2 200 | — | — | — | — |
| Valente..... | 9 500 | 75 | — | — | — |
| TOTAL..... | 58 523 | 35 930 | 756 | 621 200 | 992 |

I. O LAVRADOR, SUA FAMÍLIA E SEU AMBIENTE PROFISSIONAL

- A — IDADE?
- B — ESTADO CIVIL?
- C — QUANTOS FILHOS MENORES HOMENS E QUANTAS MULHERES?
- D — QUANTOS FILHOS MAIORES HOMENS E QUANTAS MULHERES?
- E — CÔR DO PAI?
- F — CÔR DA MÃE?
- G — OS PAIS E FILHOS NASCERAM NA REGIÃO OU SÃO IMIGRANTES DE OUTRA ZONA, NO ÚLTIMO CASO, DE ONDE ERAM PROCEDENTES?
- H — QUANTOS ANOS RESIDE NO LUGAR ATUAL DO TRABALHO?
- I — QUANTOS ANOS TRABALHA NA PLANTAÇÃO ATUAL?
- J — JÁ TRABALHOU EM OUTRO OFÍCIO QUALQUER E QUAL?
- L — CASO POSITIVO, CONTINUA NO MESMO ALÉM DA SUA ATIVIDADE AGRÍCOLA?

II. A ÁREA DO TRABALHO E SEU OCUPANTE

- A — É PROPRIETÁRIO, ARRENDATÁRIO, MEEIRO, TAREFEIRO, EMPREGADO, ADMINISTRADOR, OU SIMPLES INVASOR DO TERRENO QUE OCUPA A PLANTAÇÃO?

(Descrever detalhadamente as relações entre o plantador e o proprietário da área plantada, citando, caso houver plantador diferente do proprietário, seu nome e residência. Fritisar a relação “explotação” e “exploração”).

- B — ÁREA OCUPADA COM SISAL E ÁREA OCUPADA COM EVENTUAL CULTURA DE SUBSISTÊNCIA?
- C — HAVIA CULTURA DIFERENTE NA MESMA ÁREA ANTES DO PLANTIO DE SISAL? (Era pasto, cultura de cereais, terra sem cultura alguma, mas que pertencia à alguém, ou era terra devoluta do Estado) DESCRIVER AS RAZÕES DE CADA TIPO DE OCUPAÇÃO.
- D — A ÁREA DO PLANTIO TEM MEDIÇÃO OFICIAL E/OU TÍTULO REGISTRADO NA DELEGACIA DE TERRAS E MINAS?
- E — É SIMPLES POSSE OU USUFRUTO OU *ENFITEUSE* OU O QUÊ?
- F — HÁ QUANTO TEMPO PLANTA SISAL NA REGIÃO E EM PARTICULAR NA ÁREA INVESTIGADA?
 - 1 — A SAFRA É A PRIMEIRA?
 - 2 — É A SEGUNDA SAFRA?

- 3 — OU QUANTOS CICLOS DE SAFRA JÁ HOUE COM O ATUAL OCUPANTE?
- G — TEM BRAÇO ASSALARIADO TEMPORÁRIO OU PERMANENTE E QUANTOS?
- H — ESPECIFICAR O SALÁRIO DIÁRIO, SEMANAL OU MENSAL, SE HOUEVER.
- I — OS ASSALARIADOS MORAM COM O OCUPANTE DA TERRA, RECEBENDO ALÉM DO ALOJAMENTO ALIMENTAÇÃO “IN NATURA”?
- J — OS ASSALARIADOS MORAM FORA DA ÁREA SOB INVESTIGAÇÃO?
- L — A MAIORIA DOS MESMOS É SOLTEIRA OU CASADA?
- M — OS ASSALARIADOS E O PATRÃO CONTRIBUEM PARA ALGUM IAP E EM QUE BASE DE SALÁRIO?
- N — EM CASO DE NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA MÉDICA, DIZER A QUE DISTÂNCIA É A MESMA DISPONÍVEL?
- O — HÁ OUTRAS CULTURAS DE SUBSISTÊNCIA NA PLANTAÇÃO ATUAL? AS MESMAS SÃO ROTATIVAS OU NÃO?

III. RELAÇÕES HUMANAS

- A — EXISTE UMA FEIRA NO LUGAR OU PERTO DO PLANTIO DE SISAL? DE ONDE PROCEDEM OS PRODUTOS VENDIDOS NA FEIRA PARA OS COMPRADORES E IDEM PARA OS VENDEDORES? QUAL É O MEIO DE TRANSPORTE PARA ATINGIR O LOCAL DA FEIRA?
- B — ONDE OS ATACADISTAS ADQUIREM OS SEUS PRODUTOS DE SUBSISTÊNCIA E OUTROS BENS DE CONSUMO?
- C — ONDE SÃO ADQUIRIDOS
- cc — as vestimentas e sapatos?
 - dd — os móveis?
 - ee — os implementos agrícolas?
- D — AS NOTÍCIAS AÍ CHEGAM POR INTERMÉDIO DE
- dd — rádio?
 - ee — jornais?
 - ff — por outros meios?
- E — DE QUE CIDADES CHEGAM AS NOTÍCIAS, DA CAPITAL OU DE ALGUMA CIDADE PRÓXIMA?
- F — PARA ONDE SÃO ENVIADOS OS JOVENS PARA ESTUDAR, PARA CAPITAL OU OUTRAS CIDADES DA REGIÃO, DISPONDO DE COLÉGIOS?
- G — ONDE OS JOVENS DO LUGAR GOSTARIAM DE MORAR?
- H — OS JOVENS EMIGRAM DA LOCALIDADE?
- hh — para onde?
 - ii — por que motivo?
 - jj — maioria rapazes ou mças?
- I — QUAL É A LOCALIDADE QUE OS HABITANTES CONSIDERAM “CIDADE”?

J — HÁ INFLUÊNCIA DE OUTRAS INDÚSTRIAS, LOCALIZADAS NA REGIÃO, COM RELAÇÃO À FÔRÇA DE TRABALHO DISPONÍVEL (Petrobrás, etc.)?

IV. A PRODUÇÃO DA TERRA

A — QUAL É A PRODUÇÃO BRUTA DA PLANTAÇÃO (QUILOS)?

B — QUAL É A PRODUÇÃO LÍQUIDA (QUILOS) DEPOIS DO BENEFICIAMENTO DO PRODUTO?

C — O PLANTIO É MANUAL, COM AUXÍLIO DE MÁQUINAS OU MISTO?

D — CASO HAJAM MÁQUINAS, QUEM AS FORNECE OU ONDE O OCUPANTE DA TERRA AS COMPRA E EM QUE CONDIÇÕES?

E — DESCREVER OS TIPOS DE MÁQUINAS EXISTENTES NA PLANTAÇÃO.

F — QUAL É A ÉPOCA DO PLANTIO E QUAL A DA SAFRA? (citar os meses de plantio, os meses de safra e os meses de entressafra.)

G — DESCREVER O PREPARO (BENEFICIAMENTO) DO SISAL DEPOIS DA SAFRA? (corte, seleção das fôlhas, desfibramento, secagem e enfardamento etc.)

H — HÁ SELEÇÃO DE SEMENTES PARA O PLANTIO E DE ONDE PROCEDEM?

I — QUAL É O MEIO DE TRANSPORTE DA PRODUÇÃO ATÉ O LUGAR DA SUA VENDA (animal, caminhão, estrada de ferro)?

J — HÁ ASSISTÊNCIA TÉCNICA E/OU FINANCEIRA POR PARTE DA UNIÃO E/OU DO ESTADO NO PREPARO DA TERRA E DO PRODUTO? (Descrever detalhadamente os tipos de financiamento concedidos pelos bancos oficiais da União e/ou do Estado, idem da assistência técnica com referência à seleção de sementes, implementos agrícolas, adubo, assistência por agrônomos do Estado ou da União etc.)

L — Repetir o mesmo questionário sob "J" quando se TRATAR DE AUXÍLIO DE INICIATIVA PRIVADA (bancos particulares, exportadores da Capital etc.)

M — REPETIR O MESMO QUESTIONÁRIO QUANDO SE TRATAR DA "ABCAR".

V. COMERCIALIZAÇÃO DO PRODUTO NO INTERIOR E/OU NA CAPITAL

A — VENDA DO PRODUTO POR ANTECIPAÇÃO, ANTES DA SUA SAFRA.

aa — A PREÇOS COMPENSADORES OU NÃO?

bb — DURANTE OU DEPOIS DA COLHEITA DA MERCADORIA BRUTA E/OU BENEFICIADA?

- B — COM PAGAMENTO A VISTA OU A PRAZO?
- C — QUAIS SÃO OS COMPRADORES DO PRODUTO?
 - cc — comerciantes gerais do lugar maior mais próximo?
 - dd — agentes especializados das casas exportadoras da capital, residindo na região produtora, compradores atacadistas, independentes dos exportadores que residem na região produtora, ou a venda se procede diretamente aos exportadores residindo na capital, sem interferência de terceiros?
- D — A MERCADORIA É ENTREGUE AO COMPRADOR
 - dd — em estado bruto sem classificação?
 - ee — classificada por tipos?
 - ff — enfardada ou não?
- E — EM CASO DA ENTREGA DA MERCADORIA EM ESTADO BRUTO
 - ee — como é feita a classificação e a pesagem?
 - ff — quem classifica a mercadoria, os prepostos e classificadores oficiais do S.E.R. ou o comprador particular?
 - gg — o produtor prefere a classificação oficial ou do comprador particular, dando as razões para cada tipo de classificação?
- F — EXISTEM NAS PLANTAÇÕES ARMAZÉNS APROPRIADOS PARA A ESTOCAGEM DE MERCADORIA JÁ BENEFICIADA? (Descrever os div. tipos de armazéns.)
- G — IDEM IDEM NOS LUGARES MAIORES ONDE ESTÃO LOCALIZADOS OS COMPRADORES DO PRODUTO?
- H — HÁ BENEFICIAMENTO DO PRODUTO POR PARTE DO COMPRADOR, DE MODO APROPRIADO EM SENTIDO TÉCNICO?

VI. ESTRUTURA DO COMÉRCIO EXPORTADOR DO PRODUTO NA CAPITAL

- A — VENDA DIRETA DO EXPORTADOR NACIONAL AO IMPORTADOR E/OU IMPORTADOR OU MANUFACTUREIRO RESIDINDO NO EXTERIOR?
- B — VENDA DO EXPORTADOR POR INTERMÉDIO DE AGENTE LOCAL E IMPORTADOR ESTRANGEIRO?
- C — RELAÇÃO DO PREÇO ENTRE INTERIOR E EXTERIOR E RESPECTIVA MARGEM DE LUCRO?
- D — QUAIS SÃO OS MAIORES COMPRADORES NACIONAIS E PARA QUE FIM UTILIZAM O SISAL?
- E — QUAIS SÃO OS MAIORES PAÍSES COMPRADORES DO PRODUTO? (Relacionar para os dois últimos itens as estatísticas dos últimos três anos.)
- F — INTERFERÊNCIA DO GOVÉRNO FEDERAL (CACEX) NA FIXAÇÃO DOS PREÇOS INTERNOS E EXTERNOS?

ANEXO III

| MUNICÍPIOS | População urbana | População rural | PORCENTAGEM | |
|-----------------|------------------|-----------------|----------------------|---------------------|
| | | | População urbana (%) | População rural (%) |
| C. Formoso..... | 3 527 | 32 249 | 9,85 | 90,14 |
| C. Coité..... | 1 632 | 24 509 | 6,24 | 93,75 |
| E. Cunha..... | 1 247 | 15 093 | 7,63 | 92,36 |
| Itiúba..... | 1 917 | 13 916 | 12,10 | 87,89 |
| Jacobina..... | 6 548 | 45 145 | 12,66 | 87,89 |
| Jaguarari..... | 1 561 | 10 163 | 13,41 | 86,68 |
| M. Calmon..... | 4 389 | 20 789 | 17,43 | 82,56 |
| M. Santo..... | 2 278 | 23 167 | 8,95 | 91,04 |
| Nova Soure..... | 984 | 6 918 | 12,45 | 87,54 |
| Queimadas..... | 1 670 | 8 439 | 16,51 | 83,48 |
| R. Jacuípe..... | 2 044 | 25 650 | 7,38 | 92,61 |
| Santaluz..... | 1 893 | 5 377 | 26,03 | 73,96 |
| Saúde..... | 2 420 | 15 264 | 13,68 | 86,31 |
| S. Bonfim..... | 7 913 | 18 973 | 29,43 | 70,56 |
| Serrinha..... | 4 253 | 41 589 | 9,27 | 90,72 |
| Tucano..... | 2 075 | 18 397 | 10,13 | 89,86 |
| Uauá..... | 889 | 9 135 | 8,86 | 91,13 |
| TOTAL..... | 47 240 | 334 773 | 12,36 | 87,63 |

ANEXO IV

População — Grupos de idade em 1940

| MUNICÍPIOS | MENOS DE 20 ANOS | | DE 20 A 69 ANOS | | DE 70 ANOS E MAIS | |
|-----------------|------------------|-------|-----------------|-------|-------------------|------|
| | Total | % | Total | % | Total | % |
| C. Formoso..... | 19 390 | 54,19 | 15 773 | 44,08 | 613 | 1,71 |
| C. Coité..... | 14 937 | 57,14 | 10 775 | 41,21 | 429 | 1,64 |
| E. Cunha..... | 8 661 | 53,02 | 7 229 | 44,25 | 445 | 2,72 |
| Itiúba..... | 8 595 | 54,28 | 6 831 | 43,14 | 407 | 2,57 |
| Jacobina..... | 27 234 | 52,68 | 23 771 | 45,98 | 688 | 1,33 |
| Jaguarari..... | 6 438 | 54,91 | 5 076 | 43,29 | 210 | 1,79 |
| M. Calmon..... | 14 078 | 55,91 | 10 742 | 42,66 | 358 | 1,42 |
| M. Santo..... | 13 212 | 51,92 | 11 508 | 45,22 | 726 | 2,85 |
| Nova Soure..... | 4 195 | 53,08 | 3 490 | 44,16 | 217 | 2,74 |
| Queimadas..... | 5 416 | 53,57 | 4 438 | 43,90 | 255 | 2,52 |
| R. Jacuípe..... | 15 562 | 56,26 | 11 580 | 41,86 | 516 | 1,86 |
| Santaluz..... | 3 928 | 54,03 | 3 190 | 43,87 | 152 | 2,09 |
| Saúde..... | 9 279 | 52,47 | 8 128 | 45,96 | 277 | 1,56 |
| S. Bonfim..... | 13 836 | 51,46 | 12 387 | 46,07 | 663 | 2,46 |
| Serrinha..... | 25 496 | 55,61 | 19 357 | 42,22 | 989 | 2,15 |
| Tucano..... | 10 863 | 53,06 | 9 087 | 44,38 | 522 | 2,54 |
| Uauá..... | 5 476 | 54,62 | 4 281 | 42,70 | 267 | 2,66 |
| TOTAL..... | 206 596 | 54,08 | 167 643 | 43,88 | 7 734 | 2,02 |

ANEXO V
População ativa

| MUNICÍPIO | População ativa total | POPULAÇÃO AGRÍCOLA | | | |
|-----------------|-----------------------------|--------------------|----------|-------------------|-----------------|
| | | Valôres absolutos | | Valôres relativos | |
| | | Homens | Mulheres | Homens (%) | Mulheres (%) |
| C. Formoso..... | 25 172 | 9 442 | 936 | 37,50 | 2,63 |
| C. Coité..... | 17 756 | 7 967 | 1 506 | 44,86 | 8,48 |
| E. Cunha..... | 11 408 | 4 471 | 393 | 39,19 | 3,44 |
| Itiúba..... | 10 962 | 4 258 | 460 | 38,84 | 4,19 |
| Jacobina..... | 36 911 | 10 484 | 1 159 | 28,40 | 3,13 |
| Jaguarari..... | 8 443 | 2 955 | 173 | 34,99 | 2,04 |
| M. Calmon..... | 17 558 | 6 073 | 829 | 34,58 | 4,72 |
| M. Santo..... | 18 245 | 7 259 | 2 115 | 39,78 | 11,59 |
| N. Soure..... | 5 460 | 2 122 | 136 | 37,62 | 2,41 |
| Queimadas..... | 7 171 | 2 633 | 103 | 36,71 | 1,43 |
| R. Jacuípe..... | 19 351 | 7 369 | 533 | 38,08 | 2,75 |
| Santaluz..... | 5 092 | 1 412 | 177 | 27,72 | 3,47 |
| Saúde..... | 13 008 | 4 139 | 441 | 31,81 | 3,39 |
| S. Bonfim..... | 19 706 | 5 043 | 519 | 25,59 | 2,63 |
| Serrinha..... | 31 667 | 12 399 | 2 929 | 39,15 | 9,24 |
| Tucano..... | 14 467 | 6 157 | 1 198 | 42,55 | 8,28 |
| Uauá..... | 6 939 | 2 239 | 205 | 32,26 | 2,95 |
| TOTAL..... | 269 496 | 96 422 | 13 812 | 35,77 | 5,12 |

ANEXO VI
Áreas exploradas em 1940

| MUNICÍPIOS | Área explorada em ha (total) (ha) | Lavoura (ha) | Pastagem (ha) | Mata (ha) |
|-----------------|--|-----------------|------------------|--------------|
| C. Coité..... | 56 054 | 11 017 | 29 229 | 15 808 |
| C. Formoso..... | 51 084 | 10 354 | 29 755 | 10 975 |
| E. Cunha..... | 12 591 | 3 044 | 9 098 | 449 |
| Itiúba..... | 40 035 | 5 623 | 3 613 | 30 799 |
| Jacobina..... | 80 474 | 9 246 | 39 276 | 31 952 |
| Jaguarari..... | 10 447 | 2 496 | 7 242 | 709 |
| M. Calmon..... | 62 656 | 7 632 | 35 425 | 19 599 |
| M. Santo..... | 24 224 | 9 787 | 14 045 | 392 |
| N. Soure..... | 7 150 | 4 531 | 2 485 | 134 |
| Queimadas..... | 57 265 | 2 564 | 3 005 | 51 696 |
| R. Jacuípe..... | 80 443 | 5 804 | 29 825 | 44 814 |
| Santaluz..... | 5 419 | 2 204 | 2 626 | 589 |
| Saúde..... | 33 022 | 4 132 | 17 137 | 11 753 |
| Serrinha..... | 66 078 | 12 716 | 31 103 | 22 259 |
| S. Bonfim..... | 12 542 | 4 412 | 4 484 | 3 646 |
| Tucano..... | 11 422 | 6 493 | 2 694 | 2 235 |
| Uauá..... | 5 426 | 2 366 | 3 060 | — |
| TOTAL..... | 616 332 | 104 421 | 264 102 | 247 809 |

ANEXA VII

Número e área das propriedades agropastoris em 1940

| MUNICÍPIOS | MENOS DE 5 ha | | DE 5 A 50 ha | | DE 50 A 100 ha | | DE 100 A 500 ha | | MAIS DE 500 ha | |
|-----------------|---------------|--------|--------------|---------|----------------|---------|-----------------|---------|----------------|---------|
| | N.º | ha | N.º | ha | N.º | ha | N.º | ha | N.º | ha |
| C. Coité..... | 272 | 1 007 | 1 993 | 38 660 | 211 | 15 621 | 159 | 34 564 | 18 | 10 924 |
| C. Formoso..... | 780 | 2 232 | 1 036 | 17 863 | 146 | 10 898 | 181 | 38 113 | 17 | 31 125 |
| F. Cunha..... | 475 | 1 534 | 796 | 10 002 | 37 | 2 496 | 35 | 8 118 | 4 | — |
| Itiúba..... | 566 | 1 527 | 768 | 13 320 | 122 | 9 015 | 121 | 24 397 | 16 | 14 657 |
| Jacobina..... | 312 | 973 | 1 153 | 24 066 | 172 | 12 459 | 279 | 59 713 | 30 | 40 470 |
| Jaguarari..... | 997 | 2 441 | 363 | 5 062 | 27 | 2 058 | 16 | 3 866 | 5 | — |
| M. Calmon..... | 305 | 774 | 1 135 | 24 230 | 250 | 18 197 | 173 | 33 264 | 15 | 15 790 |
| M. Santo..... | 585 | 1 931 | 1 152 | 16 555 | 98 | 6 938 | 53 | 10 197 | 11 | 7 030 |
| N. Soure..... | 171 | 619 | 438 | 5 366 | 11 | 766 | 12 | 3 409 | 7 | 1 669 |
| Queimadas..... | 71 | 233 | 353 | 7 884 | 130 | 10 029 | 208 | 42 785 | 21 | 20 505 |
| R. Jacuípe..... | 60 | 218 | 1 153 | 30 335 | 376 | 27 985 | 392 | 78 616 | 90 | 116 503 |
| Santaluz..... | 21 | — | 185 | 5 704 | 126 | 9 564 | 124 | 26 817 | 25 | 22 241 |
| Saúde..... | 81 | 239 | 540 | 11 203 | 100 | 7 463 | 137 | 27 533 | 12 | 20 542 |
| Serrinha..... | 545 | 1 904 | 2 356 | 44 040 | 259 | 18 227 | 179 | 37 454 | 14 | 12 010 |
| S. Bonfim..... | 817 | 2 285 | 625 | 9 100 | 51 | 3 854 | 51 | 10 624 | 5 | — |
| Tucano..... | 1 559 | 4 478 | 661 | 7 565 | 2 | — | 16 | 4 441 | 3 | — |
| Uauá..... | 893 | 2 434 | 375 | 3 514 | 5 | 375 | — | — | — | — |
| TOTAL..... | 8 510 | 24 929 | 15 082 | 273 469 | 2 123 | 156 145 | 2 136 | 433 911 | 294 | 358 766 |
| %..... | 30,22 | 4,11 | 53,57 | 45,10 | 7,54 | 25,75 | 7,58 | 71,56 | 1,04 | 59,16 |

ANEXO VIII

Porcentagem de propriedades agropastoris em 1940

| MUNICÍPIOS | -- de 5 ha (%) | 5 a 50 ha (%) | 50 a 100 ha (%) | 100 a 500 ha (%) | + de 500 ha (%) |
|-----------------|----------------|---------------|-----------------|------------------|-----------------|
| C. Formoso..... | 9,16 | 6,86 | 6,87 | 8,47 | 5,78 |
| C. Coité..... | 3,19 | 13,21 | 9,93 | 7,44 | 6,12 |
| E. Cunha..... | 5,58 | 5,27 | 1,74 | 1,63 | 1,36 |
| Itiúba..... | 6,65 | 5,09 | 5,74 | 5,66 | 5,44 |
| Jacobina..... | 3,66 | 7,64 | 8,10 | 13,06 | 10,20 |
| Jaguarari..... | 11,71 | 2,40 | 1,27 | 0,74 | 1,70 |
| M. Calmon..... | 3,58 | 7,52 | 11,77 | 8,09 | 5,10 |
| M. Santo..... | 6,87 | 7,63 | 4,61 | 2,48 | 3,74 |
| N. Soure..... | 2,00 | 2,90 | 0,51 | 0,56 | 2,38 |
| Queimadas..... | 0,83 | 2,34 | 6,12 | 9,73 | 7,14 |
| R. Jacuípe..... | 0,70 | 7,64 | 17,71 | 18,35 | 30,61 |
| Santaluz..... | 0,24 | 1,22 | 5,93 | 5,80 | 8,50 |
| Saúde..... | 0,95 | 3,58 | 0,04 | 6,41 | 4,08 |
| S. Bonfim..... | 9,60 | 4,14 | 2,40 | 2,38 | 1,70 |
| Serrinha..... | 6,40 | 15,62 | 12,19 | 8,38 | 5,10 |
| Tucano..... | 18,31 | 4,38 | 0,09 | 0,74 | 1,02 |
| Uauá..... | 10,49 | 2,48 | 0,23 | — | — |
| TOTAL..... | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

ANEXO IX

Responsáveis pelo estabelecimento

| MUNICÍPIOS | Número de estabelecimentos agropastoris | RESPONSÁVEL PELO ESTABELECIMENTO | | | |
|-----------------|---|----------------------------------|---------------|--------------|----------|
| | | Proprietário | Administrador | Arrendatário | Ocupante |
| C. Formoso..... | 2 166 | 2 038 | 109 | 12 | 7 |
| C. Coité..... | 2 653 | 2 409 | 242 | 2 | 2 |
| E. Cunha..... | 1 347 | 1 121 | 213 | 10 | 3 |
| Itiúba..... | 1 593 | 1 303 | 224 | 8 | 9 |
| Jacobina..... | 1 946 | 1 778 | 157 | 8 | 3 |
| Jaguarari..... | 1 408 | 1 283 | 121 | 3 | 1 |
| M. Calmon..... | 1 878 | 1 697 | 137 | 10 | 34 |
| M. Santo..... | 1 899 | 1 775 | 122 | — | 2 |
| N. Soure..... | 639 | 613 | 22 | 2 | 2 |
| Queimadas..... | 783 | 600 | 183 | — | — |
| R. Jacuípe..... | 2 071 | 1 638 | 431 | 2 | — |
| Santaluz..... | 481 | 328 | 153 | — | — |
| Saúde..... | 870 | 842 | 24 | 4 | — |
| S. Bonfim..... | 1 549 | 1 360 | 68 | 4 | 117 |
| Serrinha..... | 3 354 | 3 065 | 282 | 7 | — |
| Tucano..... | 2 241 | 2 089 | 132 | — | 20 |
| Uauá..... | 1 274 | 1 134 | 138 | 2 | — |
| TOTAL..... | 28 152 | 25 073 | 2 758 | 74 | 200 |

ANEXO X

Número de proprietários dos estabelecimentos agropastoris em 1940

| MUNICÍPIOS | Número de agricultores e pastores | Número de proprietários dos estabelecimentos |
|-----------------|-----------------------------------|--|
| C. Formoso..... | 10 378 | 2 038 |
| C. Coité..... | 9 473 | 2 409 |
| E. Cunha..... | 4 864 | 1 121 |
| Itiúba..... | 4 718 | 1 303 |
| Jacobina..... | 11 643 | 1 778 |
| Jaguarari..... | 3 128 | 1 283 |
| M. Calmon..... | 6 902 | 1 697 |
| M. Santo..... | 9 374 | 1 775 |
| N. Soure..... | 2 258 | 613 |
| Queimadas..... | 2 736 | 600 |
| R. Jacuípe..... | 7 902 | 1 638 |
| Santaluz..... | 1 589 | 328 |
| Saúde..... | 4 580 | 542 |
| Serrinha..... | 15 328 | 3 065 |
| S. Bonfim..... | 5 562 | 1 360 |
| Tucano..... | 7 355 | 2 089 |
| Uauá..... | 2 444 | 1 134 |
| TOTAL..... | 110 234 | 24 773 |

ANEXO XI

Pecuária

| MUNICÍPIOS | VALOR ABSOLUTO DO ANIMAL | | | RELAÇÃO POR CABEÇA DE ESPÉCIME | | |
|-----------------|--------------------------|----------|---------|--------------------------------|----------|--------|
| | Bovinos | Caprinos | Ovinos | Bovinos | Caprinos | Ovinos |
| C. Formoso..... | 30 871 | 13 057 | 12 072 | 0,86 | 0,63 | 0,26 |
| C. Coité..... | 21 190 | 27 125 | 42 792 | 0,81 | 1,03 | 1,63 |
| E. Cunha..... | 17 191 | 31 620 | 14 899 | 1,05 | 1,93 | 0,91 |
| Itiúba..... | 19 207 | 46 737 | 19 473 | 1,21 | 2,95 | 1,22 |
| Jacobina..... | 40 321 | 24 639 | 15 174 | 0,78 | 0,48 | 0,29 |
| Jaguarari..... | 11 367 | 35 935 | 6 606 | 0,96 | 3,06 | 0,56 |
| M. Calmon..... | 26 189 | 11 393 | 3 995 | 1,05 | 0,45 | 0,15 |
| M. Santo..... | 29 189 | 58 996 | 21 081 | 1,14 | 2,31 | 0,82 |
| N. Soure..... | 4 385 | 2 067 | 4 945 | 0,53 | 0,26 | 0,62 |
| Queimadas..... | 24 663 | 40 101 | 15 344 | 2,43 | 3,96 | 1,51 |
| R. Jacuípe..... | 47 253 | 59 101 | 77 350 | 1,70 | 2,13 | 2,79 |
| Santaluz..... | 14 936 | 27 241 | 15 241 | 2,05 | 3,74 | 2,09 |
| Saúde..... | 14 588 | 6 609 | 2 864 | 0,82 | 0,37 | 0,16 |
| S. Bonfim..... | 15 038 | 16 999 | 7 182 | 0,55 | 0,63 | 0,26 |
| Serrinha..... | 29 724 | 36 792 | 42 570 | 0,64 | 0,80 | 0,92 |
| Tucano..... | 17 128 | 30 519 | 22 563 | 0,83 | 1,49 | 1,10 |
| Uauá..... | 19 193 | 84 235 | 40 355 | 1,91 | 8,40 | 4,02 |
| TOTAL..... | 382 851 | 553 166 | 354 486 | 1,00 | 1,44 | 0,95 |

ANEXO XII

Número de plantas do sisal

| MUNICÍPIOS | 1961 | 1965 | % de variação |
|-----------------|---------|---------|---------------|
| C. Formoso..... | 3 550 | 3 600 | 1,40 |
| C. Coité..... | 40 000 | 69 000 | 72,50 |
| E. Cunha..... | 4 450 | 16 000 | 259,55 |
| Itiúba..... | 2 000 | 5 063 | 153,15 |
| Jacobina..... | 5 550 | 17 000 | 206,30 |
| Jaguarari..... | 135 | 1 600 | 1 085,18 |
| M. Calmon..... | 1 100 | 7 400 | 572,72 |
| M. Santo..... | 7 100 | 11 300 | 59,15 |
| N. Soure..... | 4 500 | 3 000 | — 33,33 |
| Pindobaçu..... | 825 | 950 | 15,15 |
| Queimadas..... | 8 000 | 19 000 | 137,50 |
| R. Jacuípe..... | 6 000 | 60 000 | 900,00 |
| Santaluz..... | 14 850 | 58 000 | 290,57 |
| Saúde..... | 450 | 800 | 77,77 |
| S. Bonfim..... | 600 | 2 700 | 350,00 |
| Serrinha..... | 6 350 | 3 800 | 40,15 |
| Tucano..... | 2 500 | 6 600 | 164,00 |
| Valente..... | 36 000 | 67 000 | 86,11 |
| Araci..... | 3 560 | 5 800 | 62,92 |
| Cansanção..... | 6 100 | 10 000 | 63,93 |
| TOTAL..... | 153 620 | 368 613 | 139,95 |

ANEXO XIII

Variação do número de propriedades (1940-1960)

| MUNICÍPIOS | MENOS DE 5 ha | | | DE 5 A 50 ha | | | DE 50 A 100 ha | | |
|-----------------|---------------|--------|------------------|--------------|--------|------------------|----------------|-------|------------------|
| | 1940 | 1960 | % de variação | 1940 | 1960 | % de variação | 1940 | 1960 | % de variação |
| C. Formoso..... | 780 | 4 371 | 460,38 | 1 036 | 2 704 | 161,00 | 146 | 215 | 47,26 |
| C. Coité..... | 272 | 1 795 | 559,92 | 1 993 | 3 705 | 85,90 | 211 | 376 | 78,19 |
| E. Cunha..... | 475 | 1 439 | 202,94 | 796 | 1 881 | 136,30 | 37 | 105 | 183,78 |
| Itiúba..... | 566 | 516 | — 8,83 | 768 | 816 | 6,25 | 122 | 97 | — 20,49 |
| Jacobina..... | 312 | 1 397 | 347,75 | 1 153 | 3 276 | 184,12 | 172 | 525 | 205,23 |
| Jaguarari..... | 997 | 1 226 | 22,96 | 363 | 838 | 130,85 | 27 | 46 | 70,37 |
| M. Calmon..... | 305 | 565 | 85,24 | 1 135 | 1 396 | 22,99 | 250 | 226 | — 9,60 |
| M. Santo..... | 585 | 3 693 | 531,28 | 1 152 | 2 741 | 137,93 | 98 | 75 | — 23,46 |
| N. Soure..... | 171 | 861 | 403,50 | 438 | 1 117 | 155,02 | 11 | 50 | 354,54 |
| Queimadas..... | 71 | 1 301 | 1 732,39 | 353 | 800 | 126,62 | 130 | 61 | — 53,07 |
| R. Jacuípe..... | 60 | 519 | 765,00 | 1 153 | 3 040 | 163,66 | 376 | 633 | 68,35 |
| Santaluz..... | 21 | 100 | 376,19 | 185 | 390 | 110,81 | 126 | 107 | — 15,07 |
| Serrinha..... | 545 | 3 154 | 478,71 | 2 356 | 4 536 | 92,52 | 100 | 268 | 168,00 |
| Saúde..... | 81 | 490 | 504,93 | 540 | 1 585 | 193,51 | 51 | 64 | 25,49 |
| S. Bonfim..... | 817 | 2 284 | 179,55 | 625 | 734 | 17,44 | 259 | 339 | 30,88 |
| Tucano..... | 1 559 | 1 994 | 27,90 | 661 | 2 076 | 214,06 | 2 | 90 | — 400,00 |
| Uauá..... | 893 | 1 202 | 34,60 | 375 | 668 | 78,13 | 5 | 15 | 200,00 |
| TOTAL..... | 8 510 | 26 907 | 216,18 | 15 082 | 32 303 | 114,18 | 2 123 | 3 292 | 55,06 |

| MUNICÍPIOS | 100 A 500 ha | | | MAIS DE 500 ha | | |
|-----------------|--------------|-------|------------------|----------------|------|------------------|
| | 1940 | 1960 | % de variação | 1940 | 1960 | % de variação |
| C. Formoso..... | 181 | 259 | 43,09 | 17 | 39 | 129,41 |
| C. Coité..... | 159 | 236 | 48,42 | 18 | 24 | 33,33 |
| E. Cunha..... | 35 | 69 | 97,14 | 4 | 14 | 250,00 |
| Itiúba..... | 121 | 65 | — 46,28 | 16 | 10 | — 37,50 |
| Jacobina..... | 297 | 407 | 81,72 | 30 | 47 | 56,66 |
| Jaguarari..... | 16 | 36 | 125,00 | 5 | 2 | — 60,00 |
| M. Calmon..... | 173 | 176 | 1,73 | 15 | 26 | 73,33 |
| M. Santo..... | 53 | 55 | 3,77 | 11 | 17 | 54,54 |
| N. Soure..... | 12 | 41 | 241,66 | 7 | 9 | 28,57 |
| Queimadas..... | 208 | 97 | — 53,36 | 21 | 32 | 52,38 |
| R. Jacuípe..... | 392 | 500 | 27,55 | 90 | 51 | — 43,33 |
| Santaluz..... | 124 | 93 | — 25,00 | 25 | 10 | — 60,00 |
| Saúde..... | 137 | 179 | 30,65 | 12 | 8 | — 33,33 |
| S. Bonfim..... | 51 | 67 | 31,37 | 5 | 5 | — |
| Serrinha..... | 179 | 246 | 37,43 | 15 | 24 | 60,00 |
| Tucano..... | 16 | 73 | 356,25 | 3 | 19 | 533,30 |
| Uauá..... | — | 2 | — | — | — | — |
| TOTAL..... | 2 136 | 2 701 | 26,45 | 294 | 327 | 11,20 |

ANEXO XIV

Variação do número de responsáveis pelo estabelecimento

| MUNICÍPIOS | PROPRIETÁRIOS | | | ADMINISTRADORES | | | ARRENDATÁRIOS | | |
|-----------------|---------------|--------|---------------|-----------------|-------|---------------|---------------|------|---------------|
| | 1940 | 1960 | % de variação | 1940 | 1960 | % de variação | 1940 | 1960 | % de variação |
| C. Formoso..... | 2 038 | 6 937 | 240,38 | 109 | 258 | 136,69 | 12 | 30 | 150,00 |
| C. Coité..... | 2 409 | 5 796 | 140,59 | 242 | 243 | 0,41 | 2 | 2 | — |
| E. Cunha..... | 1 121 | 3 231 | 188,22 | 213 | 252 | 18,30 | 10 | 2 | 90,00 |
| Itiúba..... | 1 303 | 1 406 | 7,90 | 224 | 91 | 59,37 | 8 | — | — |
| Jacobina..... | 1 778 | 5 051 | 184,08 | 157 | 286 | 82,16 | 8 | 57 | 612,50 |
| Jaguarari..... | 1 283 | 2 011 | 56,74 | 121 | 35 | 71,07 | 3 | 68 | 166,63 |
| M. Calmon..... | 1 697 | 2 215 | 30,52 | 137 | 159 | 16,05 | 10 | 7 | 30,00 |
| M. Santo..... | 1 775 | 1 345 | 257,46 | 122 | 90 | 26,22 | — | 20 | — |
| N. Soure..... | 613 | 1 602 | 161,33 | 22 | 51 | 131,81 | 2 | 19 | 850,00 |
| Queimadas..... | 600 | 1 552 | 158,66 | 183 | 22 | 87,87 | — | 1 | — |
| R. Jacuípe..... | 1 638 | 4 345 | 165,26 | 431 | 375 | 12,99 | 2 | 5 | — |
| Santaluz..... | 328 | 604 | 84,14 | 153 | 90 | 41,17 | — | — | — |
| S. Bonfim..... | 1 360 | 3 075 | 126,10 | 68 | 55 | 19,11 | 4 | 20 | 0,04 |
| Serrinha..... | 3 065 | 7 889 | 157,88 | 282 | 285 | 1,06 | 7 | 33 | — |
| Saúde..... | 842 | 2 313 | 147,70 | 24 | 165 | 587,50 | 4 | 5 | 25,00 |
| Tucano..... | 2 089 | 4 086 | 95,59 | 132 | 73 | 44,69 | — | — | — |
| Uauá..... | 1 134 | 1 777 | 56,70 | 138 | 95 | 31,15 | 2 | 7 | 250,00 |
| TOTAL..... | 25 073 | 60 255 | 140,31 | 2 758 | 2 625 | 4,82 | 74 | 276 | 272,97 |

ANEXO XV

Variação da densidade da população

| MUNICÍPIOS | 1940 (hab/km ²) | 1960 (hab/km ²) | % de variação |
|-----------------|--------------------------------|--------------------------------|---------------|
| C. Coité..... | 14,26 | 23,34 | 63,67 |
| C. Formoso..... | 3,58 | 9,60 | 168,15 |
| E. Cunha..... | 3,01 | 5,89 | 95,68 |
| Itiúba..... | 9,13 | 11,24 | 23,11 |
| Jacobina..... | 7,94 | 11,57 | 45,71 |
| Jaguarari..... | 5,50 | 5,89 | 7,09 |
| M. Calmon..... | 14,61 | 16,68 | 15,60 |
| M. Santo..... | 5,58 | 9,08 | 62,72 |
| N. Soure..... | 15,89 | 23,15 | 45,68 |
| Queimadas..... | 3,72 | 6,51 | 75,00 |
| R. Jacuípe..... | 7,28 | 13,00 | 78,57 |
| Santaluz..... | 4,27 | 6,12 | 43,32 |
| Saúde..... | 5,15 | 7,85 | 52,42 |
| Serrinha..... | 7,41 | 18,30 | 146,96 |
| S. Bonfim..... | 11,76 | 15,77 | 34,09 |
| Tucano..... | 4,71 | 7,85 | 66,66 |
| Uauá..... | 3,73 | 4,19 | 12,33 |
| TOTAL..... | 7,50 | 11,54 | 53,86 |

ANEXO XVI

Varição da população total

| MUNICÍPIOS | 1940 | 1960 | de % variação |
|-----------------|---------|---------|------------------|
| C. Formoso..... | 35 776 | 51 499 | 43,94 |
| C. Coité..... | 26 141 | 45 023 | 72,23 |
| E. Cunha..... | 16 340 | 31 983 | 95,73 |
| Itiúba..... | 15 833 | 19 474 | 22,99 |
| Jacobina..... | 51 693 | 75 214 | 45,50 |
| Jaguarari..... | 11 724 | 15 155 | 29,21 |
| M. Calmon..... | 25 178 | 28 456 | 13,01 |
| M. Santo..... | 25 445 | 40 020 | 57,28 |
| N. Soure..... | 7 902 | 15 231 | 92,74 |
| Queimadas..... | 10 109 | 17 648 | 74,57 |
| R. Jacuípe..... | 27 694 | 49 400 | 78,37 |
| Santaluz..... | 7 270 | 10 412 | 43,21 |
| Saúde..... | 17 684 | 24 287 | 37,33 |
| S. Bonfim..... | 26 886 | 34 498 | 28,31 |
| Serrinha..... | 45 842 | 74 330 | 62,14 |
| Tucano..... | 20 472 | 34 099 | 66,56 |
| Uauá..... | 10 024 | 13 101 | 30,69 |
| TOTAL..... | 382 013 | 579 830 | 51,78 |

ANEXO XVII

Mortalidade infantil — 1960

| | |
|----------------------|-------|
| Araci..... | 9 |
| C. Formoso..... | 16 |
| Cansanção..... | 38 |
| C. Coité..... | ... |
| E. Cunha..... | 72 |
| Itiúba..... | ... |
| Jacobina..... | 90 |
| Jaguarari..... | 17 |
| M. Calmon..... | 52 |
| M. Santo..... | 23 |
| N. Soure..... | 19 |
| Pindobaçu..... | 3 |
| Queimadas..... | 46 |
| R. Jacuípe..... | 67 |
| Santaluz..... | 16 |
| Saúde..... | — |
| S. Bonfi | 89 |
| Serrinha..... | 80 |
| Tucano..... | 26 |
| Uauá..... | 6 |
| Valente..... | ... |
| Estado da Bahia..... | 9 726 |

ANEXO XVIII

Exportação, em quilos, da fibra do sisal para outros Estados do Brasil (DEE)

| ESTADOS | 1960 | 1961 | 1962 | 1963 | 1964 | 1965 |
|--------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| São Paulo..... | 2 498 836 | 3 498 439 | 1 932 625 | 816 952 | 662 561 | 1 822 086 |
| Guanabara..... | 172 898 | 374 944 | 238 732 | 323 264 | 59 324 | 192 737 |
| Rio Grande do Sul..... | 113 906 | 415 728 | 453 864 | 125 973 | 335 132 | 344 974 |
| Santa Catarina..... | 26 523 | 29 654 | 34 284 | 2 510 | 18 335 | 16 787 |
| Rio de Janeiro..... | 25 158 | 11 400 | 993 | 52 624 | 105 807 | 309 680 |
| Minas Gerais..... | 8 256 | 24 642 | 2 546 | 53 000 | 36 352 | — |
| Pernambuco..... | 6 250 | 1 377 580 | 3 028 540 | 61 696 | 14 368 | — |
| Paraná..... | 1 005 | 1 759 | 7 838 | — | 2 401 | — |
| Rio Grande do Norte..... | 110 | — | — | — | — | — |
| Sergipe..... | — | 26 309 | — | 2 000 | 6 710 | — |
| Mato Grosso..... | — | 6 000 | — | — | — | — |
| Espírito Santo..... | — | 1 239 | 3 130 | — | 7 089 | — |
| Maranhão..... | — | 10 818 | 222 | 9 909 | — | — |
| Piauí..... | — | — | 8 118 | 9 947 | 109 | — |
| Ceará..... | — | — | 2 326 | 6 700 | 2 630 | — |
| Alagoas..... | — | — | 107 | — | 531 | — |
| Goiás..... | — | — | 2 360 | — | 545 | — |
| Amazonas..... | — | — | — | 5 183 | 1 000 | — |
| Pará..... | — | — | — | 3 642 | 7 200 | — |
| TOTAL..... | 2 852 942 | 5 778 512 | 5 715 685 | 1 473 400 | 1 260 094 | 2 690 120 |

| ESTADOS | 1960 | 1961 | 1962 | 1963 | 1964 | 1965 |
|------------------------|---------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| São Paulo..... | 289 661 | 904 788 | 1 693 998 | 816 952 | 662 561 | 874 664 |
| Rio de Janeiro..... | 80 792 | 325 046 | — | 52 624 | 105 807 | 732 901 |
| Guanabara..... | 159 483 | 143 725 | 267 333 | 323 264 | 59 324 | 90 373 |
| Santa Catarina..... | 1 164 | — | — | 2 510 | 18 335 | 19 605 |
| Pernambuco..... | — | 100 455 | M 63 479 | 61 696 | 14 368 | 1 000 |
| Mato Grosso..... | — | 1 805 | — | — | — | — |
| Rio Grande do Sul..... | — | — | 102 910 | 125 973 | 335 132 | 271 086 |
| Amazonas..... | — | — | — | 5 183 | 1 000 | 5 000 |
| Pará..... | — | — | — | 3 642 | 7 200 | 1 500 |
| Maranhão..... | — | — | — | 9 909 | — | — |
| Piauí..... | — | — | — | 9 947 | 109 | — |
| Ceará..... | — | — | — | 6 700 | 2 630 | — |
| Sergipe..... | — | — | — | 2 000 | 6 710 | 10 489 |
| Minas Gerais..... | — | — | — | 53 000 | 36 352 | 212 440 |
| Alagoas..... | — | — | — | — | 531 | 1 000 |
| Espírito Santo..... | — | — | — | — | 7 089 | 10 408 |
| Paraná..... | — | — | — | — | 2 401 | 541 |
| Goiás..... | — | — | — | — | 545 | — |
| TOTAL..... | 531 100 | 1 475 819 | 2 127 720 | 1 473 400 | 1 260 094 | 2 231 007 |

ANEXO XIX

Indústrias com mais de 5 operários — 1965

| | | |
|-------------------|-----|------------------|
| C. Coité..... | 47 | (tôdas de sisal) |
| Valente..... | 23 | » » » |
| Serrinha..... | 10 | (3 de sisal) |
| E. Cunha..... | 6 | |
| S. Bonfim..... | 6 | |
| Retirolândia..... | 6 | (tôdas de sisal) |
| Tucano..... | 5 | (3 de sisal) |
| M. Santo..... | 5 | (tôdas de sisal) |
| Santaluz..... | 4 | (» » ») |
| Queimadas..... | 3 | (» » ») |
| C. Formoso..... | 2 | |
| Jacobina..... | 3 | (2 de sisal) |
| M. Calmon..... | 2 | (1 » ») |
| N. Soure..... | 2 | (tôdas de sisal) |
| Itiúba..... | 1 | |
| TOTAL..... | 125 | |

ANEXO XX

Evolução da população por distritos (1940/1960)

| DISTRITOS | NÚMERO DE HABITANTES | | Diferença |
|-----------------|----------------------|--------|-----------|
| | 1940 | 1960 | |
| C. Coité..... | 18 410 | 24 580 | 6 170 |
| Valente..... | 7 731 | 12 664 | 4 933 |
| E. Cunha..... | 14 464 | 23 325 | 8 861 |
| Canudos..... | 1 876 | 5 127 | 3 251 |
| Itiúba..... | 15 833 | 19 474 | 3 641 |
| Jacobina..... | 28 634 | 22 550 | — 6 048 |
| Caém..... | 6 429 | 7 332 | 903 |
| Itapeipu..... | 14 719 | 17 453 | 2 734 |
| M. Santo..... | 17 283 | 27 127 | 9 844 |
| Cansanção..... | 8 162 | 12 893 | 4 731 |
| Queimadas..... | 10 109 | 11 986 | 1 877 |
| R. Jacuípe..... | 16 107 | 24 824 | 8 717 |
| Candeal..... | 3 804 | 9 188 | 5 384 |
| Gavião..... | 5 519 | 11 278 | 5 759 |
| Ichu..... | 2 984 | 4 110 | 1 126 |
| Santaluz..... | 7 270 | 10 412 | 7 142 |
| Serrinha..... | 25 240 | 29 602 | 4 362 |
| Araci..... | 7 356 | 17 580 | 10 224 |
| Biritingas..... | 7 317 | 9 246 | 1 929 |
| Lamarão..... | 5 929 | 6 958 | 1 029 |
| Tucano..... | 13 912 | 22 677 | 8 765 |

Evolução da população por distritos (1950/1960)

| DISTRITOS | NÚMERO DE HABITANTES | | Diferença |
|------------------------|----------------------|--------|-----------|
| | 1950 | 1960 | |
| Caatinga do Moura..... | 4 779 | 4 870 | 91 |
| Itaitu..... | 2 483 | 2 875 | 392 |
| Quijingue..... | 9 675 | 11 422 | 1 747 |

População dos distritos criados em 1960

| | habitantes |
|-------------------------|------------|
| S. José do Jacuípe..... | 3 032 |
| Serrolândia..... | 1 197 |
| Várzea Nova..... | 4 861 |
| Itapiru..... | 6 433 |
| Barrocas..... | 4 511 |
| Retirolândia..... | 5 056 |
| Salgadália..... | 2 723 |
| Massacará..... | 3 531 |
| Nordestina..... | 5 662 |

BIBLIOGRAFIA

- ÁLVARES, J. Rey — O transporte ferroviário no Nordeste do Brasil — Divisão de Documentação, Recife, 1962.
- ANDREA, Raimundo — Chuvas na Bahia, MVOP — DNOCS — Salvador, 1962.
- ATLAS DO BRASIL — CNG — 1960.
- ATLAS GEOECONÔMICO DA BAHIA — Imprensa Oficial, 1959.
- BERNARDES, Nilo — Sobre a roça e a fazenda no Brasil — *Bol. Carioca* n.ºs 3 e 4, 1958.
- BONDAR, Gregório — Solos da Bahia, sua conservação e aproveitamento — *Bol. Geográfico*, 99, ano IX, junho 1951 — IBGE, Rio.
- C. N. G. — Relatório de excursão, fevereiro 1962.
- CUNHA, Euclides — *Os Sertões* — Liv. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1957.
- DERRUAU, Max — *Précis de Géographie Humaine* — Armand Colin, Paris, 1961.
- DERRUAU, Max — *Précis de Géomorphologie* — Masson & Cie., Paris, 1956.
- DUQUE, J. Guimarães — Solo e Água no Polígono das Secas — Publ. 148, série I-A 135, Ceará 1949.
- DOMINGUES, A. J. Pôrto — *Bahia — Guia de excursão* n.º 6, do XVIII Congresso Internacional de Geografia, CNG, Rio de Janeiro, 1956.
- DOMINGUES, A. J. Pôrto — Grande Região Nordeste — *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, 3, CNG, Rio de Janeiro, 1957.
- DUCHAUFOR, P. — *Précis de Pédologie* — Masson & Cie. Editeurs Paris 1960.
- FOX, David J. Henequem in Taumalipas, Mexico — *The Journal of Tropical Geography*, vol. 21 — Dec. 1965.
- FROMONT, P. — *Economie Rurale* — Ed. M. Th. Génin, Paris, 1957.
- GALLAIS J. — Étude Géographique de l'aménagement agricole de la serra de Baturité — Rapport. mission d'étude en été, 1963.
- GEORGE, P. — *La Campagne, le fait rural à travers le monde* — Presses Universitaires de France, Paris, 1956.
- GEORGE, P. — *Précis de Géographie Economique* — Presses Universitaires de France, Paris, 1956.
- GEORGE, P. — *Précis de Géographie Rurale* — Presses Universitaires de France.
- HARTT, F. — Geologia e Geografia Física do Brasil.
- JAMES, Preston — Tipos de uso da terra no Nordeste do Brasil — *Boletim Geográfico* 159, ano XVIII, 1960.
- JUILLARD, E. — La notion de région — *Annales de Géographie*, sept. 62.
- LACERDA DE MELO, M. — Bases geográficas dos problemas do Nordeste — *Revista Bras. de Geografia* n.º 4 Ano XXIV, Rio de Janeiro, 1962.
- LABORATÓRIO DE GEOMORFOLOGIA E ESTUDOS REGIONAIS DA UNIVERSIDADE DA BAHIA — Relatório de excursão à região de Valente, 1962.
- MAYO, Celeste, R. — Considerações gerais sobre a semi-aridez no Nordeste do Brasil. *Res. Bras. Geog.* n.º 4, ano XXIII, 1961.
- MEDINA, Julio C. — Plantas Fibrosas da Flora Mundial.
- MENDRAS, H. — Études de sociologie rurale — *Cahiers de Fond. Nat. Sc. Politiques*, 40 — A. Colin, Paris 1953.
- PAISAGENS DO BRASIL — CNG, IBGE, Rio, 1961.
- PRADO, Júnior — *Formação do Brasil Contemporâneo*.
- RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL — 1940, 1950 e 1960 — IBGE — Rio de Janeiro.
- RAMOS, Filho — Sisal, sua história entre nós — Artes Gráficas, Salvador, 1965.
- ROCHEFORT — Méthodes d'étude des réseaux urbains — *Annales de Géographie* — 1957.
- SANTOS, M. — O povoamento da Bahia, suas causas econômicas — Tese, Imprensa Oficial da Bahia, 1948.
- SANTOS, M. — Le sons — développement de l'Etat de Bahia — (Brésil) — Extraits des *Cahiers du Monde Hispanique et Luso Brésilien* — Caravelle, 1965.
- SISAL (Problemas Econômicos, 1 vol. e Problemas Técnicos, 2 vol.) — Banco do Nordeste do Brasil, S. A. — Ceará, 1959.
- SOUZA, Bernardino J. — *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil* — Cia. Editora Nacional, Rio de Janeiro, 1961.

- THORNTWAITE — Rational classification of Climate — *Geographical Review*, January, 1948.
- TIPOS E ASPECTOS DO BRASIL — CNG — Rio de Janeiro, 1957.
- TRICART J. e SANTOS M. — Estudos de Geografia da Bahia — Publicações da Universidade da Bahia — 1958.
- VALVERDE, O. — O sertão e a serra — *Bol. Carioca*, 3 e 4, 1952.
- VALVERDE, O. — Sistemas de roças — *Bol. Carioca*, V, n.ºs 3 e 4.
- VALVERDE, O. — Conceitos de sistema agrícola intensivo e extensivo — *Rev. Br. Geog.* n.º 4, ano XXIII — 1961.
- WAIBEL, Leo — *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil* — CNG, Rio, 1958.
- ZIMMERMANN, B. — Race relation in the Arid Sertão (Race and Class in Rural Brazil) — Edited by Charles Wagley — Unesco, Paris 1952.

SUMMARY

The afflicting problem of the dryness in the Northeast of Brazil didn't affect a small area of the State of Bahia, which found its prosperity promoting conditions for better employments and social welfare, by the cultivation of a xerophite plant, the agave, which produce a textile fiber, the sisal, of great importance in the export trade.

This work analyses the factors which were contributed to give that economic aspect verified in a region compraised between the parallels of 9°50' and 12°, and between the meridians of 38°50' and 41°50' (W of Greenwich), enclosing an area of 59,543 km², in which are 33 municipal communities of Bahia State.

It was spent seven months in searches where was utilized statistical and bibliographic dates in many kind of inquiries. It was sounded too the public opinion and was proposed a questionnaire which should be filled by 40 diverse establishments.

In six chapters was divided this paper, in which was studied the main aspect of the problem: the sisal and the physical ambient, with dates about observations related to the ecological exigence of the plant; the region before the sisal boom, with historical development of the population before 1940, and the agrarian sociology after that year; the forthcoming of the sisal hemp; the communication ways and the sketch of an urban network; and, at last, and development in State of Bahia; the changes in the rural environment as a consequence of the sisal cultivation, which presents a new agrarian landscape, and the necessity of organising a new regional structure; the exigences in the prepare and commercialization of the sisal hemp; the communication ways and the sketch of an urban network; and, at last, the factors and economic consequences related to the sisal and its commercial crisis.

In the conclusion of this study are presented the possible solutions in order to avoid the threat of crisis which hinder the region become prosperous. This solution would be co-operativism, investment, to appraise a low quotation for the sisal and establish an industry with a purpose of local sale for the sisal products.

RESUMÉ

C'est en cultivant une plante xérophile, l'agave sisalana, qui fournit une fibre textile, le sisal, très recherchée par les importateurs, qu'une petite région de l'Etat de Bahia trouva la prospérité, des emplois, le bien-être social et vainquit le problème angoissant de la sécheresse du Nord-est.

La région est située entre les parallèles 9.º5' e 12.º, et entre les méridiens 38.º5' et 41.º50' (Greenwich), elle s'étend sur 59,543 km², et comprend 33 municipes de l'Etat de Bahia. L'article étudie les facteurs qui contribuèrent à sa prospérité.

Des recherches ont été faites pendant 7 mois, en utilisant des données statistiques et la bibliographie. On réalisa alors des sondagens sur l'opinion et un questionnaire a été envoyé, à 40 établissements dont 15 seulement répondirent d'une manière convenable.

Le travail comprend six parties dans lesquelles sont étudiés les principaux problèmes: — le sisal et le milieu physique, avec des données sur l'aspect physique et les observations relatives aux exigences écologiques de la plante; la région avant le "boom" du sisal, avec l'historique du peuplement antérieur à l'année de 1940, et la sociologie agraire après 1940; l'apparition et l'extension du sisal avec des considérations sur l'introduction, le développement et l'expansion de la culture à Bahia; les conséquences rurales du développement du sisal, avec le nouveau paysage agraire et la nécessité d'une immédiate restructure régionale; les nouvelles structures régionales, les exigences de la préparation et de la commercialité de la fibre, les voies de communication et l'ébauche d'un réseau urbain; les facteurs et les conséquences économiques relatifs aux crises du sisal.

Pour conclure, l'auteur présente des solutions qui pourraient éloigner la menace de crises nuisibles à la prospérité de la région. Ces solutions seraient: le coopérativisme, les investissements, la fixation d'un prix minimum et la création d'industries pour la consommation locale de la production du sisal.